

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Mestrado em História

**Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de
Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964.**

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi

Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Mestrado em História

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi

**Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de
Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964.**

Dissertação apresentada como parte dos
requisitos necessários para a obtenção do
título de mestre em História Social pela
Universidade Federal Fluminense

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ferreira

Niterói

2012

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá.

F547Fittipaldi, Marta Lúcia Lopes.

Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964 / Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. – 2012.

128 f. ; il.

Orientador: Jorge Ferreira.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

Bibliografia: f. 124-126.

1. Memórias. 2. Golpe de 1964. 3. Carmo (RJ). 4. Além Paraíba (MG). I. Ferreira, Jorge. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 981.062

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi

**Um golpe e duas cidades: memórias dos moradores de
Carmo e Além Paraíba sobre o golpe civil-militar de 1964.**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Ferreira

Prof.^a Dr.^a Giselle Martins Venâncio

Prof.^a Dr.^a Andrea Casa Nova Maia

Prof.^a Dr.^a Marly Silva da Mota

(Suplente)

Dedico aos meus pais.

Resumo:

O trabalho recupera a conjuntura política do governo João Goulart e do golpe civil-militar de 1964 com base em fontes orais, tendo como recorte espacial dois municípios – Carmo e Além Paraíba – que embora localizados, respectivamente, nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, são vizinhos, podendo ser incluídos no seguinte critério geográfico: Bacia Hidrográfica do Vale Médio-Inferior do Paraíba do Sul. Objetiva evidenciar a pluralidade da memória sobre a polarização política daquela temporalidade, apresentando duas principais hipóteses: a história localmente valorizada pela institucionalização da memória ferroviária vem inibindo as vozes dissonantes sobre os confrontos ideológicos do período, agravados pela luta de representação dos vários grupos sociais pela afirmação de suas identidades; as narrativas revelam a valorização de nomes, símbolos e representações, apontando para a força e legitimidade do trabalhismo como importante elemento da cultura política local.

Abstract:

The paper restores the political conjuncture of João Goulart's government and the 1964 military-civil coup based on oral sources. There are as a side view two cities – Carmo and Além Paraíba – that although located respectively in the states of Rio de Janeiro and Minas Gerais they are neighbors and can be included in the following geographical criteria: Medium-Inferior Valley of Paraíba do Sul Hydrological Basin. It is pretended to evidence the plurality of the memory about the political polarization of that temporality, presenting two main assumptions: the history locally valued by the institutionalization of the railroad memoir that inhibits the dissonant voices about the ideological confrontations of that period, aggravated by the fight of representation of the various social groups for their identities assertion; the narratives reveal the names appraisal, symbol and representations, pointing to the force and legitimacy of the labourism as an important element of the local political culture.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I - O governo Goulart – da Guanabara ao Médio Paraíba do Sul	12
Capítulo II – Os Grupos de Onze Companheiros em Carmo e Além Paraíba	36
Capítulo III – Sindicato do “pau puro”: os trabalhadores da Leopoldina	69
Capítulo IV – Retornando à “normalidade”: vivendo após o golpe	93
Conclusão	119
Bibliografia	124
Fontes	127

Introdução

Quem pela primeira vez visita Além Paraíba logo se surpreende com a linha férrea, em sentido longitudinal, acompanhando o que parece ser a única via da cidade, de uma a outra extremidade. Certamente também aprecia a imponência, mesmo em ruínas, da antiga Estação de Porto Novo do Cunha, inaugurada ainda em 1874. Se ficar por algum tempo, verá e ouvirá o transitar dos vagões carregados de bauxita e outros minerais, serviço de transporte, exclusivamente de cargas, que desde 1996 passou a ser operado pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA), originária do programa de desestatização da Rede Ferroviária Federal (RFFSA).

Se procurar alguma informação histórica conhecerá logo a importância do transporte férreo na história da cidade, que em seu passado recente chegou a ter uma movimentação urbana bastante atípica para os padrões do interior mineiro, tudo em função do vai e vem de trens de carga e passageiros. Finalmente será também informado de que localmente a Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina “tornou-se referência no processo de luta de classes no Brasil” dos anos 1950-1960 até a deflagração do golpe civil-militar de 1964.

Presente em trabalhos acadêmicos¹ e nas explanações dirigidas aos grupos de estudantes que visitam o Museu de História e Ciências Naturais, a glorificação da luta sindical se solidificou como um dos pontos mais destacados na memória oficial do município. Memória vitoriosa, institucionalizada, que seguiu a tendência verificável também em nível nacional acerca da conjuntura do pré-golpe. Nas palavras de Daniel Aarão Reis, “as esquerdas derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas da memória.”² Esta memória foi transformada em história e dela “apagaram-se a radicalização e o confronto propostos pela maré reformista.”³

As interpretações tradicionais acerca do governo João Goulart e do golpe civil-militar de 1964, via de regra, não incluem as múltiplas percepções da sociedade sobre a radicalização política do período. O que prevalece é a oficialização da memória. Os relatos individuais sobre os primeiros anos da década de 1960 dizem respeito a um tempo muito próximo e

¹SENRA, Douglas Pereira. *Além da Ferrovia: a Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina em Além Paraíba (1959-1964)*. Rio de Janeiro. 153f. Dissertação de Mestrado. Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2003.

²REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória” In REIS, Daniel Aarão; RINDET, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964.2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 40.

³ Idem, p. 40.

estranhamente muito distante. Há o tempo das greves, das passeatas, dos comícios inflamados e o tempo do silêncio, rompido 20 anos depois por uma tradição historiográfica que tende a ignorar a pluralidade das lembranças sobre a radicalização política do período. Na memória vitoriosa, o papel de agentes históricos do pré-golpe foi incorporado apenas pelos militantes de esquerda, lutando pelas reformas. A parcela da população que viveu os conflituos anos iniciais da década de 1960 e seu lamentável desfecho, o golpe militar de 1964, foi incluída nos movimentos rotulados pejorativamente de “classe média”, que por sua vez estariam sendo manipulados por organismos golpistas, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).⁴

Interessada em conhecer a multiplicidade das histórias sobre o período e, sobretudo, de que forma essas experiências são hoje rememoradas por quem as viveu, elegi como tema a conjuntura política do governo João Goulart e do golpe civil-militar de 1964, tomando por base as vivências de moradores de cidades do interior do país. Desta forma, intenciono deslocar o olhar da memória vitoriosa nos grandes centros urbanos para outras versões, produzidas no interior. A polarização ideológica do pré-golpe não foi vivida apenas pela população urbana das grandes capitais, embora os principais episódios que acirraram a crise institucional do governo João Goulart tenham acontecido em grandes centros, especialmente no Rio de Janeiro, então capital da Guanabara e que apesar de ter perdido para Brasília o status oficial de capital brasileira, ainda se mantinha como centro político do país.

É importante que a população interiorana hoje tenha voz para relembrar as expectativas, temores e incertezas dos anos 1960, até em função de sua forte relação com a questão fundiária, principal demanda das propostas reformistas das esquerdas naquela temporalidade. Pequenos e médios produtores rurais, proprietários ou não, viveram dias de angústia com a possibilidade da reforma agrária “na lei e na marra” apregoada pelos líderes esquerdistas, sobretudo a partir de 1963, quando começaram a surgir em todo o país, por inspiração de Leonel de Moura Brizola, os chamados Grupos de Onze Companheiros (G11) ou Comandos Nacionalistas.

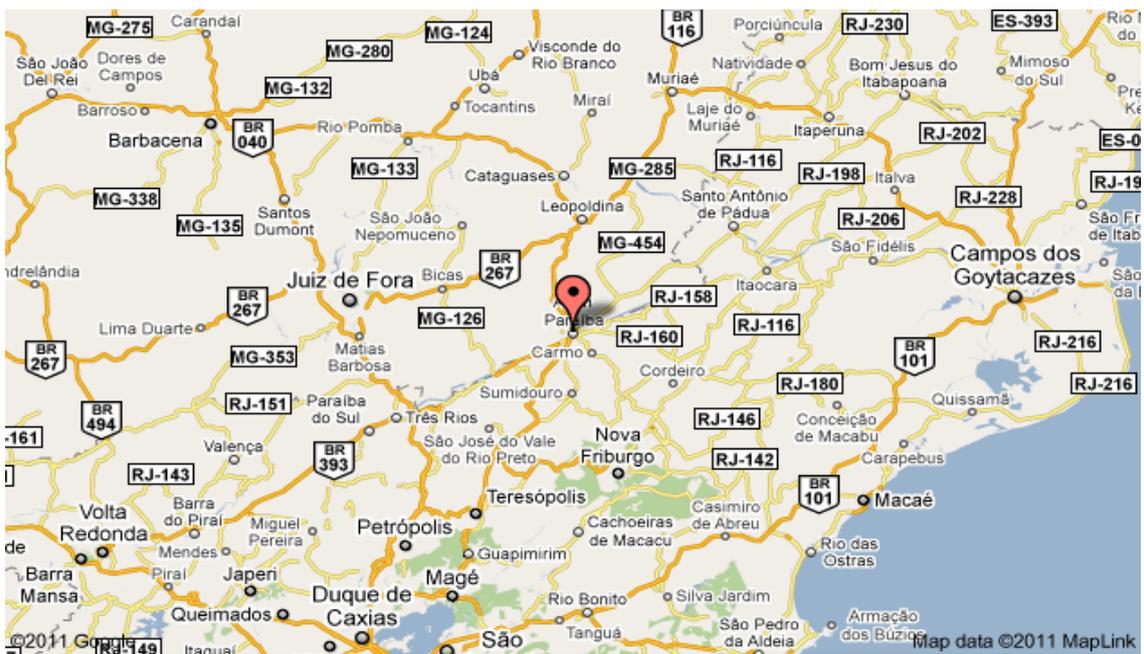
As mobilizações das organizações de direita e de esquerda são bastante conhecidas nos grandes centros urbanos, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Atribuo a relevância do meu trabalho ao redirecionamento do foco de interesse: perceber de que forma é rememorado

⁴ O IBAD foi criado em 1959 e o IPES em 1961. “A atuação conjunta dessas duas entidades estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart e a mobilização anticomunista.” In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart. Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

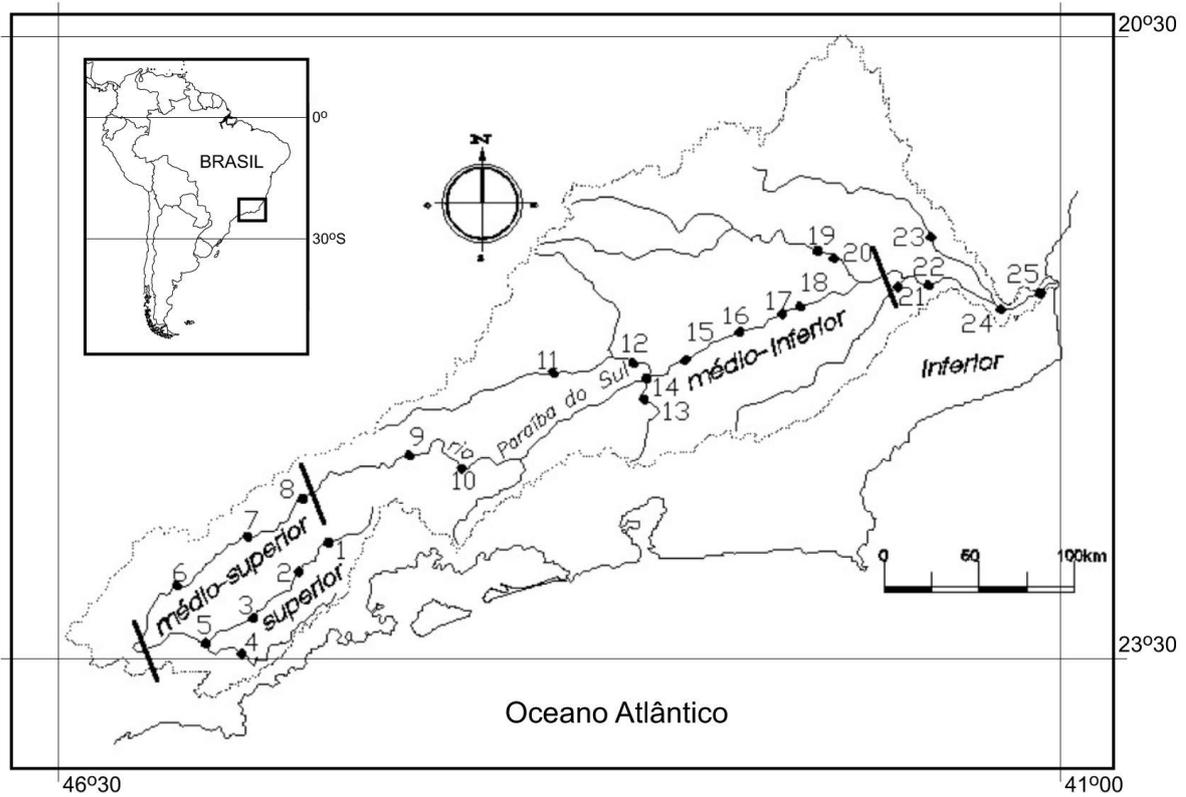
o processo de radicalização política do pré-golpe em duas pequenas cidades do interior do país.

Optei como recorte espacial por dois municípios interioranos: Além Paraíba, situado na zona da mata mineira, e Carmo, já pertencente à região serrana fluminense. Os municípios, cujo limite natural é o Rio Paraíba do Sul, são vizinhos e estão reunidos no seguinte critério geográfico: Bacia Hidrográfica do Vale Médio-Inferior do Paraíba do Sul.

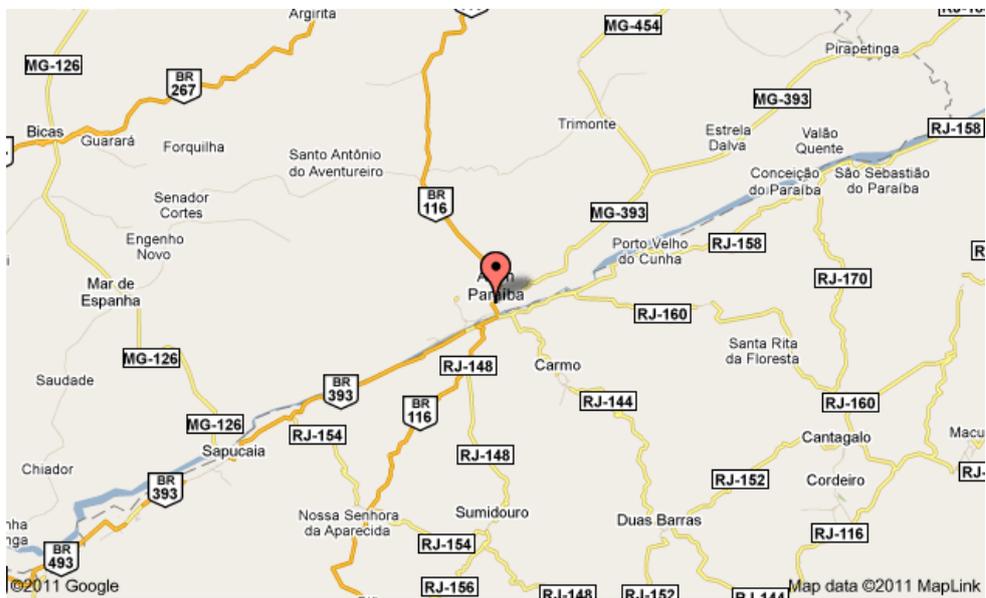
Contíguas, embora situadas, respectivamente, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo por divisor natural as águas do Paraíba do Sul, essas localidades nos anos de 1960 eram muito ligadas, não apenas no sentido geográfico. Suas populações mantinham-se em contínuo entrelace, já que Além Paraíba oferecia aos carmenses uma série de recursos que lhes faltavam, como o diversificado comércio, fortalecido por várias indústrias estabelecidas na sede do município. Ou seja, para Além Paraíba, cidade que há 50 anos apresentava um anômalo grau de movimentação urbana para os parâmetros do interior mineiro, convergia a população do município vizinho. Seus moradores compartilhavam espaços e vivências. As histórias que viveram sobre os agitados dias que antecederam o golpe militar de 1964 são, portanto, muito interligadas.



Figuras 1 e 2: O primeiro mapa destaca a localização do município de Além Paraíba, na Zona da Mata mineira. O segundo evidencia sua proximidade com o município fluminense do Carmo, cuja divisa natural é o Rio Paraíba do Sul.



Ambos estão inseridos na Bacia Hidrográfica do Vale Médio-Inferior do Paraíba do Sul.



Figuras 3 e 4: Entre o distrito carmense de Porto Velho do Cunha e Além Paraíba localiza-se a represa hidrelétrica da Ilha dos Pombos.

A delimitação temporal da pesquisa enquadra-se nos quatro primeiros anos da década de 1960, com menções, no entanto, em vários momentos, aos 30 anos anteriores, uma vez que o contexto político do recorte do trabalho esteve fortemente relacionado com o trabalhismo que tem suas origens ainda no Estado Novo.

Optei por fontes orais, instrumento entendido como apropriado ao objetivo de demonstrar como são plurais as memórias sobre o período e também apontar como as representações incorporadas por diferentes grupos em busca de sua legitimidade acabaram por criar um campo fecundo para a supervalorização do antagonismo ideológico. Lutas travadas por meio de simbolismos criados e recriados e que ainda marcam, profundamente, o imaginário dos antigos moradores daquela microrregião. Entre os grupos considerados estão, principalmente, os ferroviários, sindicalistas ou não; os eletricitários e os produtores rurais. Utilizei as fontes orais não como forma de estabelecer verdades ou de sondar a sinceridade dos entrevistados e eximi-los de culpas ou imputar-lhes alguma responsabilidade, mas sim como meio de conhecer as experiências e histórias de vidas de atores históricos, cujas rotinas simples e interioranas foram abaladas pela crise político-institucional do governo João Goulart e pelo golpe civil-militar de 1964.

Não foi fácil alcançar o meu propósito. Desde 2008, quando fiz as primeiras incursões pela História Oral – tendo como resultado o trabalho final do curso de especialização em História do Brasil cumprido no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – comecei a me aproximar das dificuldades do ofício. Em julho de 2010, já empenhada em desenvolver a minha dissertação de mestrado, voltei ao campo de pesquisa. O principal entrave encontrado foi justamente a relutância de algumas pessoas em gravar os depoimentos. Recebiam-me com a habitual cordialidade da população interiorana, porém demonstrando desconfianças, como a se perguntarem qual seria a utilização dada às suas lembranças, que afinal envolvem outras vidas em um local em que todos se relacionam. Neste ponto devo confessar minha dificuldade em realizar o tratamento das fontes orais, ou seja, o trabalho de análise e interpretação. Como transcrever a parte em que o eletricitário aposentado cita a opinião de um velho amigo a cuja narrativa tive acesso, mas fui impedida de registrar? O sentimento de que estava traíndo a confiança do simpático senhor de 95 anos foi afastado pela importância do relato.⁵

⁵Alistair Thompson discute o dilema por vezes enfrentado pelos profissionais da história oral sobre “o direito de usar as reminiscências das pessoas para criar histórias polêmicas ou que envolvam aspectos delicados para os narradores”. Para o autor, decisões que por vezes podem parecer “violação da confiança” devem ser justificadas pelos deveres do ofício do historiador. THOMPSON, Alistair. “Recompondo a Memória: Questões sobre a

O esforço e superações foram recompensados. O produto final do meu empenho talvez não alcance o êxito esperado junto ao leitor, que pode não se interessar pelas histórias de vida dos personagens apresentados. Conhecê-los, porém, foi muito interessante. Testemunhar a emoção de seus relatos foi essencial para a redação do trabalho.

A trajetória de consolidação da história oral, assim como suas práticas, técnicas e estilos; ainda o aspecto da memória como instrumento de pesquisa e análise histórica, sob um conjunto de postulados que norteiam e embasam o trabalho do historiador/entrevistador, inclusive no que diz respeito às imbricações entre memória/História já foram amplamente discutidas em várias obras: Paul Thompson. *A voz do passado; Usos e abusos da história oral*, obra organizada por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira; *História oral e memória*, de Antonio Montenegro; Verena Albert, em vários trabalhos, entre eles *História Oral: a experiência do CPDOC*; Michael Pollak "*Memória, esquecimento, silêncio*" e Beatriz Sarlo, com *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*, entre outros.

Em *Usos e abuso da história oral*, Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira consideram a história oral como metodologia e não como disciplina. Negam sua capacidade de gerar soluções teóricas para questões surgidas na prática. O livro aponta dois caminhos possíveis para a concepção oral como disciplina: o preterimento das questões exclusivas da teoria, cujos resultados são trabalhos que nada comprovam, apenas reproduzem depoimentos; ou a busca de respostas teóricas no âmbito da história oral, cujas, consequências, conforme a opinião das autoras são ainda mais danosas.

Peter Burke discute o grau de narratividade na historiografia contemporânea e observa alguns debates existentes ao redor do tema, apontando as principais tendências. Segundo observações do autor, o recurso à narrativa muitas vezes é essencial para a apreensão do fluir temporal. Conclui, no entanto, que se refere não à narrativa tradicional e sim a uma forma de narrativa que consiga escapar à superficialidade. Para tanto, apresenta soluções como a micronarrativa, narração da história de populares no tempo e no espaço, observando as variedades estruturais e a utilização de várias vozes a fim de captar os conflitos e as permanências.

Compreendo também a história oral como metodologia, à medida que deve ser vista como instrumento de pesquisa essencial para clarificar algumas questões. Por isso me decidi

pelas fontes orais, pois o que pretendo é sugerir o debate sobre a heterogeneidade das histórias e convicções sobre o período anterior ao golpe militar de 1964.

Os relatos que ouvi, transcrevi e analisei relacionam-se entre si e também com a conjuntura política considerada. Para desenvolver o trabalho alinhei-me a correntes interpretativas que resgatam o papel dos grupos de esquerda na crise institucional que acabou culminando com o episódio golpista, baseando-me, principalmente, nos seguintes autores: Rodrigo Patto Sá Motta, Jorge Ferreira, Argelina Figueiredo, Daniel Aarão Reis, Ângela de Castro Gomes e Lúcia Hippólito. Entendo que a linha interpretativa sustentada por eles a respeito da importância do trabalhismo⁶ na configuração do pré-golpe e sobre a relevância do papel das esquerdas na polarização ideológica que caracterizou o governo João Goulart vem ao encontro do panorama recuperado pelas narrativas aqui reunidas.

Os relatos sugerem a força conquistada pelo trabalhismo, sobretudo a partir da década de 1960, firmando-se como importante tendência da cultura política local. As fontes orais revelam que as instituições sindicais, um dos elementos básicos do trabalhismo, desempenharam localmente um papel importante na polarização ideológica, principalmente o sindicato dos ferroviários, mais em função de suas proporções agigantadas pelos conflitos de identidade frente a outros grupos sociais que por seu efetivo poder de coesão entre os trabalhadores.

Paralelamente, os conflitos de identidade que marcaram os anos 1960 persistem hoje nas “batalhas da memória”. Os antigos moradores de Carmo e Além Paraíba que sustentam lembranças muito ou parcialmente discordantes da memória sobre o passado glorioso do sindicato ferroviário local, chamado, por sua grande força no governo Goulart de “sindicato do pau puro,” em alusão à força, à estabilidade, à durabilidade das madeiras de lei, demonstraram grande relutância em gravar as entrevistas ou simplesmente se recusaram a registrá-las, admitindo que ainda hoje evitam comentários a respeito por temerem reprovações, “principalmente das pessoas mais jovens, que não viveram aqueles tempos.”

Em contraposição, depoimentos de ex-sindicalistas que, em 1964 foram muito atuantes, integram o acervo da memória ferroviária no Museu de História e Ciências Naturais, em funcionamento na parte menos deteriorada da antiga estação de trem de Porto Novo ou são ouvidos durante palestras dadas na instituição local de ensino superior.

⁶ Sobre o trabalhismo e suas relações com o varguismo e o PTB, baseio-me especificamente em FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005 e GOMES, Ângela de Castro. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reforma de base.” In: FERREIRA, Jorge & Reis, Daniel Aarão (orgs). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

Desenvolvo quatro capítulos. No primeiro analiso a conjuntura política do governo João Goulart (1961-1964) transitando do contexto local ao nacional. A opção pela micro-história fez surgir as peculiaridades da sociedade considerada: um misto de transformações e permanências explicado pela grande movimentação urbana que caracterizava Além Paraíba, sobretudo pelo seu grande número de trabalhadores ferroviários, e, ao mesmo tempo, pela sua tradição agropecuária, bastante forte na época. Traço um paralelo entre a realidade do município nos anos de 1960, que contava com a efervescência gerada por cerca de 2500 trabalhadores urbanos, entre ferroviários – a grande maioria – e funcionários de várias fábricas, como as de tecidos, papel, azulejo e macarrão e o seu atual cenário de esgotamento econômico.

O segundo capítulo reúne importantes relatos relacionados ao surgimento dos Grupo de Onze, organizações revolucionárias propostas por Leonel Brizola como forma de mobilização da sociedade civil brasileira para respaldar a efetivação das reformas de base.

A participação do vereador petebista Onofre Silvério no G11 só fez aumentar a oposição dos produtores rurais do Carmo contra o grupo revolucionário petebista sob a liderança de Leonel Brizola. Os depoimentos de Onofre, eletricitário aposentado de 88 anos, ocuparam grande parte do segundo capítulo. Na década de 1960, o ex-lavrador, criado na Fazenda Santa Fé, tinha se tornado delegado do Sindicato de Energia Elétrica e Produção de Gás do Rio de Janeiro e vereador eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Por ter integrado o Grupo de Onze do Carmo, Onofre foi preso e posteriormente demitido. Ele foi lembrado pelos demais entrevistados por seu caráter combativo e sua fala eloquente e ainda hoje os antigos moradores do município lhe atribuem não só a criação como a liderança do G11, ações que na verdade foram desempenhadas pelo professor de História, já falecido, Jair Macuco, personagem descrito como chefe de família exemplar, de caráter tranquilo e pacato, qualidades que são lembradas como a inocentá-lo das acusações que o levaram à prisão no ano de 1965.

O terceiro capítulo reúne a narrativa de alguns dos ferroviários entrevistados, que hoje relembram os conflitos entre os diferentes grupos sociais da localidade. Os depoimentos dos ferroviários têm em comum a reafirmação da força do movimento sindical ferroviário, sobretudo no governo João Goulart; a nostalgia referente aos tempos de prosperidade vividos pelos trabalhadores da ferrovia e também a menção ao delegado sindical Walter Portilho com um verdadeiro símbolo da força do sindicato no plano local. Por outro lado, destacam por vários momentos o permanente conflito com grande parte da população além-paraibana que os criticava pelas constantes paralisações que alteravam o cotidiano da cidade.

No entanto, a forma como são descritos e comentados esses embates revelam os vários graus de pertencimento classista dos ferroviários. A análise e confronto dos depoimentos evidenciam, sobretudo, que a simbologia dos grupos de esquerda do pré-golpe era apropriada de diferentes formas pelos trabalhadores além-paraibanos da extinta Rede Ferroviária Federal. Ainda assim, o crescente poder do Sindicato dos Ferroviários na conjuntura do governo Goulart foi interpretado por grande parte da população local como um claro indício de coesão da “classe” pelas demandas reformistas radicais. Essa percepção só fez aumentar o antagonismo entre vários grupos da sociedade local, como, especialmente, os comerciantes e os taxistas versus ferroviários.

Evidencio que esses conflitos ainda persistem no campo da memória. Percebi que as lembranças de moradores que sustentam uma visão da época em que os conflitos sociais – como as insatisfações populares geradas pelas paralisações do trem – aparecem de forma destacada, vêm sendo preteridas pelo discurso institucional pedagógico, aqui aplicado conforme a noção de campo, criada por Bourdieu.⁷

Na parte final, apresento narrativas sobre a deflagração do golpe: fugas, prisões, torturas; mas também relatos sobre sentimento de alívio e lembranças sobre a procissão em agradecimento ao “retorno da normalidade”. Salientei que dias antes do golpe civil-militar de 1964 era intensa a movimentação na sede do Sindicato dos Ferroviários de Além Paraíba. Vários depoimentos mencionam a presença de camponeses “acampados” na sede sindical no momento em que a notícia da intervenção militar chegou à cidade. Segundo a memória dos entrevistados, os trabalhadores rurais chegavam à cidade conduzidos pelos líderes sindicais em uma espécie de “recrutamento” que foi sendo intensificado após o dia 13 de março de 1964, ou seja, depois do comício da Central do Brasil.

Detalhei neste capítulo as narrativas sobre os improvisados esconderijos dos quais se valeram os sindicalistas ferroviários durante dias até se renderem à opressão do regime militar. Um deles relatou as torturas que sofreu na delegacia local. As lembranças sobre a procissão de agradecimento à deflagração do golpe também estão presentes no depoimento. Com velas acesas, a multidão fez uma pausa em frente à delegacia, onde um grupo de ferroviários permaneceu detido para interrogatórios.

Ainda no último capítulo, faço uma breve menção aos principais episódios que na opinião dos autores consideramos agravaram definitivamente a crise institucional do governo

⁷ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004

Goulart, como a revolta dos marinheiros, em 25 de março de 1964. Por fim, reconsidero de uma forma geral os relatos utilizados e, levando em conta o presente revelado nas impressões passadas, concluo pela reafirmação das minhas principais hipóteses: a coesão dos trabalhadores locais dada pelo trabalhismo de Vargas, Jango e Brizola não compreendia, de forma homogênea, a incorporação de demandas revolucionárias. Contudo, o confronto dos diferentes grupos pelo fortalecimento de suas identidades acabou por agigantar as proporções dos grupos de esquerda, como a Delegacia Sindical dos Trabalhadores da Leopoldina e o Grupo dos Onze do Carmo. Esses confrontos até hoje são perceptíveis, embora a memória vitoriosa do pós-golpe tenha se tornado dominante na historiografia sobre o tema. Sendo assim, devo destacar outro ponto relevante deste trabalho, que é deslocar não apenas o foco de interesse dos grandes centros para pequenas localidades do interior, como já foi dito, mas também transitar da memória oficial para as memórias hoje derrotadas.⁸

Agradeço ao grupo de amigos e familiares que sempre compartilham dos meus bons e maus momentos, em especial àqueles que de perto me acompanharam nesta difícil jornada, oferecendo-me fundamental ajuda: a João Carlos e Kível – irmão caçula e tio muito queridos – pelas idas e vindas no “encalço” dos entrevistados. Aos sobrinhos Maria Carolina, pelo trabalho de transcrição dos relatos; Ivo, pela importante e divertida assessoria e também Juliana pela travessia da Baía de Guanabara em auxílio ao cumprimento de prazos acadêmicos. Ao meu marido Ricardo pela habitual paciência e disponibilidade. À minha irmã Márcia e à amiga querida Vilma Guedes, pela solidariedade e o carinho em dias adversos. Ainda a Mara Lúcia Rodrigues Cerqueira, amiga sincera que na condição de diretora escolar viabilizou, com generosidade e determinação, minhas viagens semanais a Niterói. Finalmente a Alessandra Ciambarella, que me orientou no curso de especialização em História do Brasil e ao meu orientador, Jorge Ferreira, pelo grande incentivo.

⁸ Oportuno aludir à expressão “memória dividida” ressaltada por Alessandro Portelli. PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p 105.

Capítulo I – O governo Goulart – da Guanabara ao Médio Paraíba do Sul.

A cidade do Rio de Janeiro foi o palco dos principais acontecimentos que agravaram a crise política e institucional do governo João Goulart.¹ Embora a capital federal fosse Brasília, o Rio de Janeiro ainda era o centro político do país. No entanto, as populações do interior, que acompanhavam o desenrolar dos fatos, principalmente pelas emissoras de rádio,² naturalmente não foram meras observadoras. Viram-se envolvidas no turbilhão das contingências. Criaram expectativas e compartilharam incertezas. Segundo depoimento de Ivanir de Souza Bastos:

“Quando a rádio Mayrink Veiga noticiou a adesão do porta-aviões Minas Gerias ao movimento da Legalidade, que era um movimento justo, correto, nós viramos assim o alto-falante pro lado da Praça do Porto, a praça cheia de gente, e todo mundo começou a cantar Cisne Branco.³ Eu ainda me lembro mais ou menos o que dizia o cabograma que saiu do Minas Gerias: O porta-aviões Minas Gerias, o seu comandante e a sua tripulação não aceitam outras ordens a não ser estar de acordo com a legalidade. A gente tranca a voz, chega até a arrepiar.”⁴

A Praça do Porto é a Praça Getúlio Vargas, no centro comercial de Além Paraíba, onde ainda existe, em ruínas, a outrora movimentada estação ferroviária. Quando Ivanir de Souza Bastos, o Nerinho, de 75 anos, emprega o pronome nós está se referindo aos dirigentes dos sindicatos dos ferroviário e dos têxteis que, reunidos na sede do primeiro, retransmitiam as notícias da Rede da Legalidade,⁵ com o auxílio de um alto-falante, à pequena multidão que se aglomerava naquele ponto da cidade para acompanhar os rumos da Campanha da Legalidade, ou seja, a ação comandada entre agosto e setembro de 1961 pelo então governador gaúcho, Leonel Brizola, contra a tentativa de usurpação do direito constitucional

¹ Refiro-me especialmente ao comício da Central do Brasil e à rebelião dos marinheiros, eventos em várias obras relacionados ao acirramento da crise política e institucional em março de 1964. No entanto, o agravamento da crise também se desenrolou em outras áreas, como detalha Rodrigo Patto Sá Motta ao abordar, por exemplo, a tentativa frustrada de Leonel Brizola de liderar um comício organizado pelos líderes esquerdistas em Belo Horizonte no dia 25 de fevereiro de 1964. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*. O anticomunismo no Brasil. São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 2002, pp. 326-327.

² A primazia do rádio, ao lado dos jornais e revistas, comícios e reuniões públicas como veículo de difusão das informações políticas é abordada por Lavareda. LAVAREDA, José Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundo/Iuperj, 1991, p. 127.

³ Refere-se ao hino da Marinha do Brasil, cuja primeira estrofe, a mais conhecida, diz “qual cisne branco que em noite de lua vai deslizando num lago azul/ o meu navio também flutua nos verdes mares de Norte a Sul.

⁴ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵ Brizola conseguiu a mobilização de 150 estações de rádios que transmitia, para todo o país, os rumos do movimento legalista. Esse esforço, exitoso, de mobilização da opinião pública nacional ficou conhecido como Rede da Legalidade.

do vice-presidente João Goulart em assumir o cargo de chefe do executivo brasileiro. Como lembra Jorge Ferreira⁶ em *João Goulart – uma biografia* “os clamores do governador do Rio Grande do Sul” pela manutenção da normalidade sucessória encontraram grande ressonância. “Em todo o país surgiram manifestações de apoio à posse de Goulart, sobretudo por meio de greve de trabalhadores”.

Em Além Paraíba não foi diferente. Por ocasião da campanha da legalidade os ferroviários permaneceram parados por “12 dias, cumprindo greve geral em defesa da legalidade sucessória.”⁷ Pude depreender dos relatos obtidos entre os ferroviários, que as greves anteriores a 1961 tiveram motivações reivindicatórias corporativas como aumentos salariais, pagamentos de adicionais, remuneração dos trabalhadores licenciados para servirem ao sindicato. A partir da paralisação que fez parte do grande movimento nacional para assegurar a posse de João Goulart, se seguiram outras, de motivação política, sendo a última delas a paralisação deflagrada, mas em poucas horas encerrada, do dia 1º de abril de 1964. Algumas paralisações foram marcantes. Nas entrevistas houve menções à greve de julho e setembro de 1962, respectivamente, contra a posse de Auro de Moura Andrade⁸ e a favor da realização do plebiscito que decidiu pela volta do presidencialismo. Também em outubro de 1963, dos dias 4 e 7, conforme ficou registrado nas atas da delegacia sindical,⁹ houve uma grande paralisação em repúdio ao pedido de estado de sítio feito por Goulart.

As paralisações do transporte férreo, que nos anos de 1960 se tornaram mais frequentes, é até hoje um ponto polêmico na lembrança dos antigos moradores da cidade cuja movimentação – comércio, indústria, prestação de serviços – era extremamente dependente dos trilhos em funcionamento.

Do local e suas abrangências

O município de Além Paraíba, na zona da mata mineira, tem hoje aproximadamente 34.500 habitantes. Apenas cerca de 2.600 vivem na zona rural. Sua economia é baseada em uma pecuária decadente e em um diminuto comércio atacadista. A estação ferroviária, palco de tantas histórias, continua arruinada pelo tempo, enquanto obras de recuperação em ritmo

⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart*. Uma biografia. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 245.

⁷ Ata de reunião da Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina. Além Paraíba, setembro de 1961.

⁸ Conforme Jorge Ferreira, diante do veto dos conservadores a San Tiago Dantas, Goulart indicou a nomeação de Auro de Moura Andrade para o cargo de primeiro-ministro, intencionando com isso desgastar o parlamentarismo. A estratégia foi exitosa: “A reação das esquerdas foi imediata, como esperava Jango”. O movimento sindical se uniu, deflagrando greve geral: “A greve permitiu a criação do Comando Geral da Greve, embrião do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)”. Idem, p. 304.

⁹ Ata de reunião da Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina. Além Paraíba, outubro de 1963.

moroso dão alento à população que espera reavê-la em bom estado, quem sabe abrigando novas entidades culturais que viabilizem a alternativa de recuperação econômica do município por meio da fomentação do turismo histórico, conforme antigo projeto de intelectuais da terra e que acabou se tornando, rapidamente, promessa não cumprida de campanhas eleitorais. Os jovens não contam mais com o ensino profissionalizante do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), tampouco com o emprego na Rede Ferroviária Federal, privatizada em 1999, após um longo período de abandono e sucateamento. Apresentarei inicialmente essa localidade – apartada do estado fluminense pelo Rio Paraíba do Sul; distanciada da capital mineira por quase 400 quilômetros e a apenas 180 quilômetros do Rio de Janeiro – fazendo um paralelo com seu passado de 50 anos ainda presente na memória de muitos dos seus habitantes.

Na época para que volto minha pesquisa (anos de 1960) o cenário atual de esgotamento econômico seria, no mínimo, inimaginável, tamanha era a dinâmica do lugar. Além Paraíba tinha um dia a dia agitado para uma cidade interiorana. Contava com a efervescência gerada por mais de 1.200 ferroviários, com cerca de 700 trabalhadores entre as fábricas de tecido D. Isabel e a de papel Santa Maria. Havia ainda os funcionários de uma indústria de menor porte no setor alimentício – uma fábrica de macarrão; também fábricas de sabão, azulejo e um polo de laminação, que devia empregar, conjuntamente, conforme a memória dos meus entrevistados, mais ou menos 400 trabalhadores. Ou seja, tratava-se de uma cidade bastante atípica para os padrões interioranos do sudeste brasileiro naquele período. Ocupava uma posição de destaque naquela microrregião da zona da mata mineira, pela peculiaridade de uma economia forte, baseada em um leque de atividades bastante variadas: produção industrial, um bom comércio, sustentado principalmente pela movimentação econômica gerada pelas oficinas e estações ferroviárias e ainda pela sua então importante pecuária leiteira.

O seu anômalo grau de urbanidade para uma cidade do interior do sudeste brasileiro, há meio século, pode aqui sugerir a existência de um campo propício para o amadurecimento de uma sociedade híbrida, recriada pela simbiose entre as mudanças ensejadas pela fecundidade urbana e pelas permanências do universo rural.

Como um dos entroncamentos ferroviários mais importantes da região, oferecia conforto e lazer aos passantes, visitantes e moradores, por meio de bons hotéis, restaurantes, duas salas de cinema e confeitarias. Esse centro urbano, no entanto, era em grande parte uma extensão do meio rural que ainda fortemente caracterizava o município e o seu entorno. Uma

amostra bastante próxima do que deve ter sido, em termos gerais, o Brasil de 50 anos atrás, quando a parcela urbana se avolumava, em parte pela migração campo-cidade.

Mário Grynszpan¹⁰ aborda a questão da expulsão dos trabalhadores rurais das grandes propriedades, sobretudo a partir de meados dos anos 1950, esclarecendo que ela ocorre por questões diversas nas várias regiões do país. No caso específico estudado, parto da hipótese – cuja base restringe-se aos depoimentos reunidos, portanto dependendo sua comprovação de novas pesquisas – que o crescente processo de urbanização do município de Além Paraíba influenciou o esvaziamento da zona rural. Mais que expulsos, os trabalhadores foram sendo atraídos por novas oportunidades. A pecuária leiteira, atividade que substituiu a cultura do café naquela região ainda no início do século XX, não absorvia a mão-de-obra disponível. A maioria das relações de trabalho, na agricultura de subsistência e de apoio à pecuária leiteira, como o plantio do milho, se dava em sistema de parceria. Lembro aqui que somente em 1963 os direitos trabalhistas foram estendidos ao campesinato, por meio do Estatuto dos Trabalhadores Rurais, aprovado em 1963, depois de quase uma década tramitando no Congresso Nacional.

Na verdade, os “novos urbanos” pertenciam parcialmente ao universo rural. Pessoas que se deslocavam no espaço, mas que preservavam um sentimento comum de identificação, independentemente de pertencimento classista ou graduações sociais.¹¹ No censo de 1950, disponibilizado virtualmente pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o município contava com 12.051 habitantes na zona urbana, contra uma população rural de 15.454 pessoas. Somente na agricultura, pecuária e silvicultura trabalhavam 3.998 pessoas; no comércio de mercadorias, 484; na indústria, 1.027 e em transporte, comunicação e armazenamento, 1.049 pessoas. Havia cerca de 2.000 inativos.

Uma década depois a população do município dava significativas mostras de expansão, reunindo perto de 32 mil pessoas, das quais cerca de dezesseis mil viviam na zona rural. Em contrapartida, a outrora prevalência rural caminhava para a crescente sobreposição urbana, então em estado incipiente: o censo de 1960 registra cerca de 15.500 pessoas vivendo na cidade.¹²

¹⁰ GRZYNSZPAN, Mário. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores.” In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart. Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 61.

¹¹ Baseio-me em Antoine Proust¹¹ e sua crítica a história social *labroussiana*, por atribuir aos grupos sociais uma força racional e coletiva, movida, sobretudo, pela primazia do econômico e também a Roger Chartier,¹¹ quando alerta, pelo intermédio de Geertz, contra a errônea percepção de cultura existente apenas em um campo particular de práticas ou de produções, e não como um sistema de concepções por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu saber sobre a vida e suas atitudes diante dela”.

¹² Os dados demográficos foram extraídos do *site* do IBGE.

Assim, mesmo com toda a efervescência de inspiração urbana, as transformações ocorriam lentamente. Nos anos 1950, quase 4.000 mil além-paraibanos tiravam do campo o sustento de suas famílias, inseridos no setor agricultura, pecuária e silvicultura. De qualquer forma, muito além dos números existiam pessoas que tinham uma identidade cultural muito ligada aos valores e crenças interioranos, de predominante lógica rural e conservadora.

A aparente primazia urbana de Além Paraíba, baseada principalmente em sua movimentação operária e sindical competia espaços com a permanência cultural de uma cidade apegada a antigos valores agrários. Ao ressaltar as continuidades e transformações sociais decorrentes da imbricação entre as populações urbana e rural intenciono não alinhar minha pesquisa com o pensamento dos teóricos do populismo, que classificam as massas egressas do campo como manipuláveis, totalmente incapazes de exercer a cidadania. Aproximo-me antes à abordagem de Mario Grynszpan¹³ que bem descreve o vínculo do trabalhador rural com a terra e com os proprietários de terra como uma relação que extrapola o campo econômico e, portanto, molda a identidade dos homens rurais. Não há nesta observação qualquer conotação negativa. Não deixo de considerar o alto índice de analfabetismo e o isolamento da população rural como dificuldades para o engajamento político. Aceitá-las não significa o assentimento do despreparo generalizado dos trabalhadores egressos do mundo rural para o exercício da cidadania a exemplo do que atestam os teóricos do populismo,¹⁴ mesmo que isso tenha sugerido pelas lembranças de um dos entrevistados quando afirmou que não houve em Além Paraíba uma legítima liderança camponesa na década de 1960, embora um dirigente sindical da cidade tenha alçado a esta condição o folclórico Chico Come-Vidro, empregado de uma das fazendas da região, homem extremamente simples, dado a encenações jocosas que divertiam os seus contemporâneos.¹⁵

Por outro lado, a memória de grande parte dos entrevistados tornam visíveis os vários vértices das relações entre os trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, militantes sindicais e produtores rurais, proprietários ou não. Outro personagem de origem rural é destacado então como um dos principais líderes esquerdistas do Carmo, que de lavrador da Fazenda Santa Fé passou a líder sindical, vereador e membro do Grupo dos Onze de Leonel Brizola.¹⁶

¹³ GRYSZPAN, Mario. “O período Jango... op. cit.

¹⁴ Jorge Ferreira reconstitui em *O nome e a coisa* a história do populismo que em sua primeira geração, representada principalmente por Gino Germani e Torcuato di Tella, elegeu os “ingênuos, despreparados e manipuláveis” camponeses como ator coletivo central para o surgimento do populismo na América Latina. FERREIRA, Jorge. “O Nome e a coisa: O populismo na política brasileira.” In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 65.

¹⁵ Esse trecho do depoimento de Ivanir Souza Bastos consta do terceiro capítulo.

¹⁶ A trajetória de vida de Onofre Silvério será relatada no próximo capítulo.

Em grande parte do considerado microuniverso interiorano dos anos 1960, recorte temporal e espacial deste trabalho, a linha divisória entre os mundos rural e urbano era, na verdade, muito tênue e o que prevaleceu na relação estado e sociedade via sindicalismo urbano e a maioria dos trabalhadores, do campo ou da cidade, foi mesmo um misto de permanências e transformações. Os dois mundos não eram excludentes. Entrevistei antigos ferroviários e eletricitários de origem rural que por meio de suas lembranças revelam variados, mas significativos graus de participação política. Sendo assim, a condição de lavrador ou campeiro não surge como condenação à apatia política, que pode ter sido objeto de cooptação dos “líderes populistas”.

Ao mesmo tempo, a inserção em novas relações de trabalho não os levou a se desvencilhar da cultura rural. Ainda que tenham demonstrado o reconhecimento pelas conquistas materiais atribuídas com entusiasmado consenso a Getulio Vargas e também uma forte empatia com o novo conjunto de símbolos e valores do trabalhismo¹⁷ – como o orgulho em fazer parte do grupo de ferroviários, eletricitários e eleitores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – também traduziram, de forma não menos contumaz, a antiga identidade camponesa. Muitas foram as alusões aos símbolos valorizados pelo homem do campo, como a fatura de alimentos obtida com o cultivo da terra. O trabalho agrário, mesmo em terra alheia, era visto não só como meio de sobrevivência digna como também como forma de relações de confiança.

A descrição das relações entre senhores de terra e seus trabalhadores feita por Grynszpan,¹⁸ apesar de fazer referência ao período imediatamente posterior à abolição, pode ser aqui aplicada para explicar melhor minha impressão sobre as permanências entre campo-cidade nos períodos da virada demográfica do país, por se tratar, a meu ver, de um processo incluído na longa temporalidade. O autor define a relação entre o trabalhador e a propriedade como um conjunto de “obrigações morais, pessoais e mesmo de laços de compadrio, que ligavam o trabalhador ao senhor (...) Uma relação personalizada, que ainda que fosse de sujeição, supunha uma série de obrigações de ambos os lados.”

Assim, quando em 1964 atinge seu ápice o processo de polarização ideológica a cidade seguia sua rotina, nada pacata, em um estado de expectativa que variava entre a euforia

¹⁷Angela de Castro Gomes analisa a tríade getulismo, trabalhismo e PDT em ordem decrescente de grandeza: “O getulismo excedia o trabalhismo e o PTB, e não por motivos de acordos interpartidários, comuns em momentos eleitorais. Getulismo era trabalhismo se nessa associação a dimensão ideológica fosse privilegiada, mas getulismo não era trabalhismo em termos organizacionais, isto é partidários”. GOMES, Angela de Castro. “Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reforma de base.” In: Ferreira, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 66.

¹⁸GRYNSZPAN, Mario. Op. cit., p. 59.

e a insegurança, segundo as diferentes formas de percepção sobre quais seriam os prováveis desdobramentos da crise.

As reuniões, realizadas na associação comercial, na cooperativa de leite e nos salões paroquiais das igrejas avolumaram-se naquele final de março. Na Câmara Municipal de Além Paraíba, um improvável projeto de lei que transformava toda área do município em perímetro urbano foi, no dia 11 de março, apreciado em caráter “urgente urgentíssimo” e aprovado, tendo apenas dois votos contrários.¹⁹ Uma provável explicação para tão estranha proposta seria o sentimento, quase totalmente generalizado entre os vereadores, por sua vez representantes de interesses, senão da população, de alguns grupos, como os dos produtores rurais, de que a reforma agrária radical estava prestes a ser consumada. A saída encontrada, na tentativa de driblar possíveis medidas reformistas, foi passar a considerar toda a zona rural do município como urbana.

Por outro lado, empolgados com a perspectiva, cada vez mais acentuada, da implantação das reformas, principalmente a agrária, os sindicalistas ferroviários mantinham em constante movimentação a sede do sindicato. O “recrutamento” dos trabalhadores rurais tinha se intensificado. Havia uma espécie de plantão, viabilizado por colchões e até um “fogãozinho” para atendê-los. O pecuarista Walter Cortes lembrou que as últimas semanas do mês de março de 1964 foram marcadas por uma “grande desordem.” Os ferroviários iam às fazendas “requisitar” os trabalhadores. Segundo o entrevistado, de 83 anos, alguns se escondiam; outros atendiam ao apelo: “Naqueles três ou quatro dias antes da revolução nem leite nós conseguimos tirar.”²⁰

Expectativa e empolgação entre os líderes sindicais, incerteza e cautela por grande parte da população rural que tentava seguir normalmente o seu ritmo de vida. Agripino Firmino da Silva, de 90 anos, recordou-se que certa vez ele e outros campeiros da Fazenda Arapoca foram surpreendidos, logo de madrugada, por um grupo de homens desconhecidos, porta-vozes de promessas não muito críveis para quem labutava de sol a sol, desde a infância, sempre tendo como patrão o dono das terras trabalhadas:

“Abriram o portão do bezerreiro, soltaram a bezerrada pra mamá. O outro foi, passou a mão na corda de preá as vaca, meteu o canivete naquilo, jogou longe e falou que nós não precisava mais trabalhar pra ninguém porque eles ia fazer outras cerca na fazenda

¹⁹ Tais informações estão contidas na ata da Câmara Municipal de Além Paraíba, realizada em 11 de março de 1964. Livro 017, p. 19.

²⁰ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

e distribuir as terra. Vou falar uma coisa pra senhora, eu não acreditei naquilo não senhora. Como é que eles iam dividir o que não era deles? A fazenda tinha dono.”²¹

Agripino contou que, passado algum tempo, “alguém viu os homens chegando de novo”. Ele descreve, divertido, a “correria danada” provocada pelos indesejáveis visitantes: “Um pulou no mato. Eu corri pra tua. ²² Escondi lá dentro. Eles iam voltar lá com aquela conversa fiada”. Lembrou ainda que pouco mais tarde ele ouviu dizer que vieram “uns soldado de fora e prenderam um monte deles. Nunca mais eles voltaram não.”

O leitor talvez vislumbre certa incoerência entre a utilização do depoimento acima e a crítica deste trabalho à tese da incapacidade de engajamento político do homem rural elaborada pelos teóricos do populismo. O que enxergo, no entanto, é um conjunto de possibilidades: as narrativas falam sobre grupos de camponeses se instalando na sede sindical dos ferroviários. Outras recuperam histórias de superação, como a do lavrador negro que se tornou vereador e líder sindical, outras ainda dizem respeito, simplesmente, à condição de homem rural, como a do trabalhador que lembra ter se sentido incomodado com a interrupção da ordenha das vacas, feita sistematicamente todos os dias, ainda na penumbra da madrugada. Ele relembrou a vida “difícil” que sempre enfrentou na roça; por outro lado, na sua peculiar forma de se expressar, o tirador de leite aposentado – “dos bons”, como afirmou – falou da fartura de alimentos a que sempre teve acesso cultivando e criando animais nas terras do patrão, cuja figura surge em seu relato, senão como igual, pois são várias as vezes que expressa o distanciamento da relação empregador-empregado, como alguém que merecia seu apreço e confiança. Contou que não apenas cultivava para o consumo de subsistência, como vendia a produção excedente. Encarregava o patrão não só de comercializar o resultado do seu trabalho como também de guardar a parte que lhe cabia segundo os padrões da relação de parceria vigentes: “Foi assim que eu consegui comprar esta casinha com este terreninho aqui que a senhora tá vendo. Aqui eu ainda planto um milho, faço uma e outra coisinha.”²³

Quando friso que as populações dos municípios considerados eram eminentemente rurais, falo de pequenos produtores, arrendatários e todo tipo de trabalhadores rurais (meeiros, assalariados) que não faziam parte do reduzido número de latifundiários do país, mas tampouco estavam abertos a organizações revolucionárias. Eram trabalhadores apegados ao campo pela própria origem. Para essa parcela, na época majoritária do meio rural brasileiro, o projeto de reforma agrária das esquerdas soava mais como assustador do que promissor.

²¹ Depoimento de Agripino Firmino da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²² Referiu-se à tulha, ou seja, forma de armazenagem de alimentação animal.

²³ Depoimento de Agripino Firmino da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Obviamente, a ação conspiratória direitista se apropriou deste fenômeno. Passou a denominar de insufladora a ação das esquerdas, ao mesmo tempo em que alardeava os riscos da consumação das reformas radicais, apelando para o “perigo vermelho” e para predições alarmistas como a instalação do ateísmo e da socialização das propriedades, tanto rurais quanto urbanas.

Já no dia 1º de abril, quando as primeiras medidas de repressão foram sentidas na cidade, os ferroviários receberam por telefone os primeiros alertas. Naquela tarde, a sede sindical, “lotada de camponês”,²⁴ foi invadida. Na fuga, um líder sindical se embrenhou pela mata que então circundavam a cidade. Outros foram acolhidos por familiares que improvisaram curiosos esconderijos. Outro ainda se aventurou na penumbra da madrugada pelos conhecidos trilhos da linha férrea, vestindo terno e chapéu escuros e vencendo, a pé, cerca de 20 quilômetros até a estação de Simplício.

Os relatos se cruzam, complementam-se, divergem. Vivências de pessoas simples, de moradores do interior que viveram a imprevisível sucessão dos agitados dias anteriores ao 31 de março e que foram convidados a revisitá-los por meio de suas lembranças. Ao se reaproximarem de cenas e impressões passadas há quase 50 anos, usaram o seletivo recurso da memória. Inevitavelmente, algumas dessas tomadas tornaram-se nebulosas, outras iluminaram certos fatos e impressões em detrimento de outros. Distorções naturalmente feitas pelo filtro das reminiscências e determinadas pelas peculiaridades de quem recorda e narra.

Os próximos capítulos darão maior espaço para essas narrativas. Antes de avançar, porém, considero necessária uma breve recapitulação sobre aquela temporalidade. Voltemos, portanto, à crise sucessória gerada pela intempestiva renúncia de Jânio Quadro em 1961.

A tentativa de vetar a posse de Goulart partiu dos ministros militares de Jânio Quadros, que acabava de renunciar ao mandato de presidente, enquanto seu vice, Goulart, cumpria uma visita à China, em missão diplomática.²⁵ Moniz Bandeira expõe claramente os propósitos de Quadros: teria renunciado com vistas a um retorno triunfal, apoiado pelas multidões e pelas Forças Armadas, que admitiriam a sua volta como ditador ante a ameaça que representava o nome Goulart para a sucessão presidencial. Por sua vez, o Congresso

²⁴ Mário Grynszpan esclarece como o uso do termo camponês, em sobreposição a outras denominações do trabalhador rural, como capiau, sertanejo, fez parte de uma nova visão, a partir dos anos 1950 e, sobretudo, nos anos 1960, sobre o problema agrário brasileiro. Não mais se tratava de uma causa natural, atávica, e sim de um problema social que deveria ser combatido por meio da mobilização camponesa. GRYSZPAN, Mario. Op. cit., p. 62.

²⁵ O não alinhamento do governo Janio Quadros com a política externa estadunidense no contexto da Guerra Fria é analisado por Patto Sá como um dos fatores que ajudaram a fortalecer a campanha anticomunista, acirrada em fins de 1963. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart... op. cit.

“delegar-lhe-ia as faculdades legislativas, coagido pelos acontecimentos, sem prejudicar, aparentemente, “os aspectos fundamentais da mecânica democrática.”²⁶

O momento da renúncia seria extremamente propício ao objetivo de Quadros. Jango estava em visita diplomática à China comunista e este fato, com certeza, ajudaria a aumentar as desconfianças contra o ex-ministro de Vargas.²⁷

A estratégia de Quadros não surtiu efeito. Os ministros militares aceitaram a sua renúncia. A seguir, deflagraram a crise sucessória ao rechaçarem a medida constitucional seguinte: a posse do vice João Goulart. A crise que se seguiu demonstrou a disposição de amplos segmentos, civis e militares, a não compactuarem com a tentativa de *impeachment* do sucessor constitucional de Quadros:

“A mobilização popular do Rio Grande do Sul, a adesão do III Exército à solução legal para a crise e, particularmente, as ondas curtas da Rede da legalidade, que alcançavam todo o país e o exterior, sensibilizaram a correlação de forças entre o governador gaúcho e os ministros militares. A partir do dia 28 de agosto, o impedimento de Goulart não seria tão fácil.”²⁸

Brizola governava na época o Rio Grande do Sul. De lá organizou a Campanha da Legalidade, muito bem sucedida ao atrair o apoio da classe política e da sociedade brasileira e, logo após, o apoio militar, através da dissidência de influentes oficiais do Exército, desencadeadas pelo pronunciamento do marechal Henrique Lott, o mesmo que em 1955 havia garantido a posse de Juscelino Kubitschek, tendo assim impedido um golpe ensaiado pelo setor das Forças Armadas alinhado à ala mais reacionária da UDN liderada pelo deputado Carlos Lacerda. Lott foi preso por ordens do Ministro da Guerra, Odílio Denis, o que só contribuiu para que várias outras declarações pró-Goulart surgissem no meio político e militar. Mas a que realmente ficou marcada como a insurgência símbolo das Forças Armadas na Campanha da Legalidade foi a do comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, general José Machado Lopes, que se negou a executar o bombardeio do Palácio Piratini, extrema medida ordenada pelo comando militar que mostrava clara disposição ao uso da força contra a Campanha da Legalidade. Machado Lopes, ao contrário, acabou aliando-se ao governador Leonel Brizola. O ferroviário Nerinho relembrou este fato com grande emoção.

²⁶ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo, Editora UNESP, 2010, pp. 46-47 Ver também FERREIRA, Jorge. *O imaginário...* op. cit.

²⁷ Argelina Figueiredo atenta para o fato de que os ministros militares que em 1961 tentaram o veto ao governo Jango “pertenciam a um grupo de coronéis que, em 1954, reagiu às políticas de Goulart no Ministério do Trabalho, provocando sua queda daquele posto”. FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993, p. 36.

²⁸ FERREIRA, Jorge. *João Goulart...* op. cit., p. 244.

Na Praça de Porto Novo²⁹ as pessoas comemoraram efusivamente, cantando O Cisne Branco, o hino oficial da Marinha brasileira.

Apesar da defesa do mandato de Jango ter se transformado em grande movimento nacional, o impasse perdurava com a inflexibilidade dos ministros militares.³⁰ A solução parlamentarista foi articulada pelo ministro de Relações Exteriores de Jânio Quadros, senador Afonso Arinos e sobrepôs-se à possibilidade de uma guerra civil, risco que Jango levou em conta durante o seu encontro com Tancredo Neves, em Montevideo, de onde acompanhava os desdobramentos da crise sucessória, em uma espécie de escala aérea forçada no seu regresso da China. Ainda na capital uruguaia e não sem relutância, Goulart acabou concordando com a mudança provisória do governo. Faltava quebrar a resistência dos ministros militares, condição alcançada por um ultimato por parte de um influente grupo de generais legalistas. Para a majoritária ala militar engajada na causa da legalidade, o parlamentarismo foi a melhor solução,³¹ uma vez que cerceava os poderes presidenciais, pois, embora dispostos a defender a constitucionalidade, por outro lado “compartilhavam da reserva com que os ministros encaravam os pontos de vista políticos de Goulart.”³²

A mudança de regime foi igualmente bem vista pelos partidos conservadores, uma vez que ao impedir a ruptura constitucional, garantia a normalidade das eleições, ao mesmo tempo em que obstava o avanço das demandas esquerdistas pelo cerceamento do poder executivo. Argelina Figueiredo³³ destaca ainda duas outras razões para que o PSD, em particular, apoiasse o parlamentarismo. O interesse, como partido majoritário, na formação dos gabinetes ministeriais, o que na prática seria uma excelente oportunidade para a recuperação a

²⁹É muito comum as pessoas mais velhas se referirem a Além Paraíba como Porto Novo, nome do bairro central, onde funcionava a mais movimentada estação ferroviária, de passageiros e de carga, da cidade. O nome do bairro, por sua estratégica importância, eclipsou por muito tempo a oficial denominação do município. Na verdade, essa sobreposição tem a ver com o processo histórico de formação do município, iniciado no século XVIII, quando as incursões dos tropeiros atraídos pelo ouro que teria sido descoberto em Cantagalo acabaram por fazer surgir um conjunto de toscas habitações, os Ranchos de *Além Parahyba*. Já no século XIX, a expansão da atividade cafeeira promoveu e acelerou o povoamento local. Surgiu o ancoradouro fluvial Porto Novo do Cunha, em contraposição ao Porto Velho do Cunha, hoje distrito do vizinho município do Carmo, distante cerca de 20 quilômetros e que fora construído em 1784 por ordem do Governador da Província de Minas Gerais, Luiz da Cunha Menezes.

³⁰ Moniz Bandeira acrescenta à sua análise sobre a crise de 1961 o papel exercido pela posição do Departamento de Estado norte-americano: enquanto o Pentágono e a CIA estimulavam o golpe, *Jonh Kennedy* fazia chegar aos ministros militares a sua intenção de suspender o apoio financeiro ao Brasil caso houvesse a ruptura da legalidade. BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 49

³¹ Angela de Castro Gomes, referindo-se à eleição de Dutra e a volta de Getúlio em 1950, analisa a conjuntura política do governo João Goulart: Mais uma vez o PTB fazia o presidente, mas não chegava ao poder. Em primeiro lugar, devido à aprovação do parlamentarismo e, em seguida, em função do processo de radicalização política que tomou conta do país. GOMES, Ângela de Castro. “Partido Trabalhista...op. cit., p. 77

³² FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 46

³³ Idem, p.47

influência perdida com a vitória de Quadros.³⁴ Carlos Fico também ressalta a heterogeneidade das forças políticas e sociais que apoiaram a volta do presidencialismo: o cálculo eleitoral do PSD, que via na posse de Jango a sua exclusão da futura disputa eleitoral e os interesses dos capitalistas, “empresários que almejavam um governo forte.”³⁵

A breve vigência do parlamentarismo no país foi o resultado de um alinhamento entre vários grupos políticos, cuja correlação de forças “tornou impossível o cumprimento estrito das regras constitucionais.”³⁶ Excluía a viabilidade de reformas políticas e sociais mais abrangentes, justamente porque foi concebido como alternativa que conciliava a manutenção institucional com o cerceamento dos poderes presidenciais, aumentando ao mesmo tempo a influência do Congresso sobre o processo de tomadas de decisões. O espaço para as reformas durante o parlamentarismo foi, portanto, bastante estreitado, embora permitisse a implementação de reformas graduais e moderadas, que os conservadores viam, naquele momento, como um antídoto à ampliação dos movimentos sociais em prol de reformas radicais.³⁷

No entanto, as reformas permitidas pelo regime parlamentarista eram insuficientes para conter a ascendência dos movimentos reformistas. Para Argelina Figueiredo o processo de radicalização “havia-se engajado em uma estratégia maximalista que descartava concessões e compromissos.”³⁸ Jorge Ferreira compartilha da mesma opinião. Ambos ainda consideram que Jango pôs em prática uma estratégia de desestabilização do sistema parlamentarista, tentando desde o início enfraquecer os seus opositores conservadores, ao mesmo tempo em que buscava o apoio do centro, sobretudo do PSD, em um realinhamento que não incluía a ruptura com as esquerdas.

Se Moniz Bandeira comenta a “extrema perícia”³⁹ de Jango em demonstrar a inviabilidade do parlamentarismo,⁴⁰ a análise de Jorge Ferreira⁴¹ não atribui a Jango um

³⁴ Quadros elegeu-se em 1960 pelo inexpressivo PTN (Partido Trabalhista Nacional) ao final de uma disputada campanha em que enfrentou a coalizão, imbatível desde 1945, dos partidos PSD e PTB. Uma análise da meteórica trajetória eleitoral de Jânio Quadros, refutando, com base nas correspondências que lhes foram enviadas, o caráter populista e manipulador que comumente lhe são atribuídos, pode ser vista em QUELER, Jefferson José. “Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959 - 1960).” *Revista Tempo*, 2010. Vol. 14, n. 28.

³⁵ FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 16.

³⁶ FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 51

³⁷ Tancredo Neves, em seu discurso de posse como primeiro-ministro adverte o Congresso: ou este governo assume desde já um forte conteúdo afirmativo e reformista, com decisão e coragem inquebrantáveis, ou teremos que abrir as comportas do vácuo para sucção de todas as aventuras e subversões contra as tradições e esperanças brasileiras. [Congresso Nacional, 1961, p. 7041]

³⁸ FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 51

³⁹ BANDEIRA, Moniz. Op.cit., p. 79.

comportamento dúbio. Ao contrário, o autor destaca que desde a sua posse Goulart demonstrava um objetivo muito bem definido: unir o centro pessedista e a esquerda trabalhista e, com maioria no Congresso Nacional e o reforço da tradicional aliança entre o PSD e o PTB, implementar reformas negociadas e pactuadas pela via parlamentar. Destaca a capacidade de discernimento de Jango entre agentes que, embora conservadores, como JK e Tancredo, estavam dispostos a discutir as reformas – inclusive a agrária – e os reacionários, sobretudo aqueles pertencentes à direita golpista, cujos membros não pertenciam ao PSD e sim à ala de extrema direita udenista, liderada por Carlos Lacerda. O autor contextualiza ainda o comportamento político de Jango, relacionando-o a experiências que o presidente havia recentemente compartilhado com outros chefes de estado. Baseado na experiência republicana posterior ao Estado Novo, Jango estaria ciente de que a estabilidade política do regime presidencialista no país exigia maioria parlamentar. Menciona a integridade dos mandatos de Dutra e Juscelino em comparação aos governos, interrompidos, de Vargas e Quadros. Goulart, portanto, estava se guiando por experiências muito recentes e que alertavam para a necessidade de aliança com a legenda majoritária, ou seja, o PSD.

Se as interpretações personalistas da intervenção castrense são hoje inaceitáveis, como a que atribuem ao espírito oscilante do presidente Goulart o fracasso dos planos reformistas, também me parece falho um trabalho sobre o contexto político dos primeiros anos da década de 1960 que não ceda espaço à análise da trajetória política de Jango.⁴² Ele foi, incontestavelmente, ator histórico de extrema importância, se não pela sua condição de chefe do executivo brasileiro, que podemos dizer, foi acidental, como pelas reiteradas tentativas de encontrar solução conciliadora e constitucional entre os partidos de centro e os grupos esquerdistas, o que acabou sendo visto por esses últimos como uma traição. As esquerdas

⁴⁰ Com a queda do primeiro-ministro Tancredo Neves, cujo gabinete, baseado em uma lógica conciliatória, foi inviabilizado pela crescente polarização política, Jango anunciou San Thiago Dantas como seu substituto. A opção, festejada pelas alas esquerdistas, foi rechaçada pelo PSD que indicou um dos membros de sua ala conservadora, Auro de Moura Andrade. Desta vez os grupos esquerdistas se opuseram, deflagrando ampla campanha grevista, que na cidade do Rio de Janeiro combinou paralisação de transportes com escassez de alimentos, provocando tumultos que deixaram 40 mortos e 700 feridos. Brochado da Rocha acaba assumindo a pasta, novamente vaga, de primeiro-ministro de Goulart, com ele se comprometendo a favor do presidencialismo. FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., pp. 78-79

⁴¹ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a frente de Mobilização Popular”. In FERREIRA, Jorge & Aarão Reis, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro; Editora Civilização Brasileira, 2007, p. 561.

⁴² Argelina Figueiredo alerta que é preciso levar em conta o papel da liderança em momentos passados. A opção final de Goulart pelas esquerdas resultou de suas escolhas anteriores que haviam estreitado o leque de opções a sua ação política: “A decisão de Goulart em adotar uma estratégia radical teria decorrido principalmente de seu reconhecimento de que não havia alternativas disponíveis e pode ter sido tomada com plena consciência de riscos envolvidos. FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., pp. 28-29.

exigiam o “fim da política de conciliação” com o PSD. “Conciliação, aliás, era o termo mais ofensivo entre as esquerdas naquele momento.”⁴³

O presidente diante da sua própria imagem

O além-paraibano José Martins de Abreu, de 78 anos, foi membro do Partido Comunista Brasileiro e sindicalista ferroviário atuante.⁴⁴ Ele contou, com orgulho e emoção, que pode testemunhar “um gesto de generosidade e simplicidade” do então ministro do Trabalho do governo Vargas, João Goulart, em uma das “duas ou três vezes” que ele teve a “honra” de estar diante do político trabalhista. Entre os presentes, havia um ferroviário que estava passando por muita dificuldade e precisava de um auxílio para se safar das despesas com aluguel. Jango então se prontificou a escrever, improvisadamente, “sobre a perna cruzada”, um bilhete que abriu para o trabalhador todas as facilidades para o pretendido financiamento do imóvel. José Martins estendeu sua fala emocionada sobre Jango, classificando-o de “um ser maravilhoso”.

Em agosto de 1961 o ex-ministro do Trabalho de Vargas, reverenciado pelo operariado urbano como homem justo, propenso a gestos simples, que denotavam sua grande generosidade e afinidade com a classe trabalhadora, chegou ao posto de presidente da República. Defrontou-se desde o início com os projetos reformistas que ao longo de sua vida pública sempre estimulou. A efetivação das reformas de base,⁴⁵ sistematizadas desde a década de 1950 pelos trabalhistas, foi cobrada sem trégua pelos vários grupos esquerdistas e suas organizações.

Jango teve a sua importância na recente história do país relegada ao esquecimento ou, como muito, a críticas virulentas, tanto por parte de seus históricos opositores, quanto por seus aliados. Recentes trabalhos vêm contribuindo para que a história de vida do político gaúcho seja depurada das disputas da memória que foram travadas pelos vários grupos que participaram da polarização ideológica do pré-golpe e que se incumbiram de atribuir ao presidente deposto, cada um a seu modo, uma exagerada parcela do ônus da derrota.

⁴³ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola... op. cit., p. 560.

⁴⁴ A partir de 1958, o PCB adotou nova linha política, abandonando o radicalismo adotado com o Manifesto de Agosto de 1950. Com isso, o partido abriu-se à sociedade, admitindo a possibilidade de desenvolvimento econômico nos marcos do capitalismo e atuando dentro das regras constitucionais vigentes.. SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 208.

⁴⁵ As principais propostas eram reformas bancária, fiscal, administrativa, urbana, agrária e universitária. Também se pretendia a extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas, assim como a legalização do PCB.

A vida pública de Jango esteve intimamente ligada ao retorno de Getúlio Vargas à presidência após a deposição de 1945. Foi no cenário da Fazenda Itu, em São Borja, Rio Grande do Sul, durante o exílio de Vargas, após a sua deposição em 1945, que ambos estreitaram laços de amizade e, seguidamente, de cumplicidade política. O jovem Jango entrou para o recém-criado PTB, sendo eleito deputado estadual em 1947. Sua carreira política segue em velocidade meteórica. Em 1951 foi empossado deputado federal. Foi nesta condição que atendeu ao apelo do amigo e conterrâneo Vargas que, de volta à presidência da República, enfrentava um período conturbado, marcado por uma série de manifestações populares que vinham desestabilizando sua imagem de presidente voltado para a causa trabalhista.

Nesse ponto creio que seja conveniente lançar mão da biografia sobre Goulart, que esclarece o distanciamento do presidente deposto com os aspectos ditatoriais do Estado Novo: “Jango foi um getulista em tempos de democracia e de reformas sociais”.⁴⁶ Para Jorge Ferreira, o político gaúcho foi, sobretudo, um homem da década de 1950, quando amplos setores da sociedade brasileira defendiam a soberania nacional, as reformas das estruturas socioeconômicas do país e a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores rurais e urbanos acreditando encontrar, no nacionalismo e na democracia, “os meios necessários para alcançar o real desenvolvimento do país e o efetivo bem-estar da sociedade.”⁴⁷

Em março de 1953, a greve dos 300 mil, na capital paulista, atingiu diretamente o governo Vargas. O presidente queria que Jango intermediasse as negociações sindicais e também tentasse dirimir as divergências internas do PTB. Nesse sentido Jango esforçou-se. Em 1952 estava na presidência do partido. Um ano depois, assumiu o Ministério do Trabalho, cargo do qual foi destituído após ter aprovado um aumento de 100% do salário mínimo nacional.

Ângela de Castro Gomes analisa essa fase de Jango como fundadora da sua trajetória política, à medida que a sua experiência no Ministério acabou resultando na construção de uma imagem – para si própria e para seus correligionários políticos, sobretudo para os petebistas – de político nacionalista e reformista que se dispunha a defender os interesses dos trabalhadores, mesmo que para tanto tivesse que enfrentar fortes reveses. Por outro lado, essa mesma imagem vista pelos seus opositores acirrou a movimentação de “um grupo de políticos civis, particularmente da União Democrática Nacional (UDN), de expressivos setores

⁴⁶ FERREIRA, Jorge. *João Goulart...* op. cit., p. 683

⁴⁷ Idem.

militares e de fortes grupos empresariais.”⁴⁸ Em 1955, concorreu ao cargo de vice-presidente da República na chapa formada pelo Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Como candidato à vice, obteve 3 milhões e 500 mil votos, mais do que cabeça da chapa Juscelino Kubitschek, que alcançou 3 milhões.

Quando em 1960 concorreu pela segunda vez ao cargo de vice-presidente, Goulart já tinha amealhado em sua prodigiosa vida pública um enorme capital político e pessoal.⁴⁹ Moniz Bandeira lembra a iniciativa de Jango, ainda como vice de Juscelino Kubitschek, em março de 1958. Dirigiu-se ao Congresso pela primeira vez reivindicando a reforma agrária e a necessidade de mudanças constitucionais para viabilizá-la: “Tomou-a como o centro de toda sua pregação e, batendo-se por ela, reelegeu-se vice-presidente da República, em 1960.”⁵⁰

Nos relatos em que me baseei, o esforço de João Goulart a favor da reforma agrária surge de forma muito contundente:

“Quando deram o golpe de 64, que eles jogaram o João Goulart no chão, medo de eles perderem o poder, o Jango era um democrata, era um sujeito rico, tive oportunidade de conversar com ele mais de uma vez ele nos pediu, porque de primeira era assim o vice-presidente era o presidente do Senado que era lá no Rio de Janeiro, na explanada do Castelo, no Palácio Monroe e a gente ia sempre conversar e ele era um cara que aceitava, um cara democrata, ele pediu a nós, sindicalistas, mais de uma vez, que desse apoio aos pequenos, os pequenos que ele falava era os agricultores, era a agricultura. Ele falou com a gente uma vez ‘olha, nós somos hoje 12 mil famílias e nós podemos ser 200 mil e produzir e ser um país do colosso’. Lembro-me muito bem que ele falou isso.”⁵¹

A narrativa acima é de Ulisses Incerti, antigo ferroviário de Além Paraíba, já falecido. No trecho a seguir, o assunto tem prosseguimento:

“Eu considero ele um dos maiores governos. Nem Juscelino foi igual a ele. Ele não era comunista, mas era um sujeito progressista. Ele entendia. Ele pediu a gente pra lutar pela reforma agrária, por um outro sistema agrário. Ele lutava pelo trabalhador e ele não era comunista. Era um cara vivido, um cara bom, lutava, ele era patriota. Não era pobre não. Era bem rico! Ele tinha 14 estâncias. Estância era criador de gado em grande quantidade. Mas chamam ele de demagogo por que ele dava apoio ao movimento operário de reivindicação no país.”⁵²

⁴⁸GOMES, Ângela de Castro. “Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 32.

⁴⁹ BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 63.

⁵¹ Depoimento de Ulisses Incerti ao Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba. Além Paraíba, 2000.

⁵² Depoimento de Ulisses Incerti ao Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba. Além Paraíba, 2000.

Incerti mostrou ter testemunhado a atenção que Jango dava à questão fundiária. Em suas palavras simples, ele deixou registrado um comentário que vem ao encontro da análise defendida por Jorge Ferreira em sua alentada biografia sobre o presidente deposto. Já na introdução do livro, Ferreira esclarece que o contraponto coerência-incoerência não fará parte de suas formulações, preferindo considerar as ambiguidades das vivências humanas. Personalidades, como assinala o autor, assim como todos os atores históricos, ou seja, os seres humanos, não são modelos de harmonia entre o que se vive, o que se imagina e o que se deseja. A questão é retomada no final da obra, quando é destacado que sobre Jango ainda prevalecem o silêncio ou as versões muito negativas. Para o autor, a grande dificuldade para a compreensão de João Goulart é a aparente incoerência entre sua vida pessoal e seus projetos políticos “É difícil aceitar que um empresário rural pode, sim, ser também o político que prega, com sinceridade, a reforma agrária.”⁵³

A reforma agrária

O arquivo do Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba tem sob sua tutela cópias do depoimento prestado, em junho de 1964, pelo já falecido Lauro da Costa Reis ao delegado de polícia de Além Paraíba. O golpe militar interrompeu seu mandato de vereador, pelo PTB, cargo político que acumulava com a função de presidente da unidade local do sindicato dos têxteis. Em 1963 ele fundou em Além Paraíba⁵⁴ organização sindical nos moldes propostos pela SUPRA – Superintendência da Política Agrária – criada logo no primeiro mês do governo Goulart:

Respondeu que auxiliou a fundação do sindicato dos camponeses de Além Paraíba atendendo a um pedido do Delegado da Supra em Minas Gerais. Procurou com isso também atender ao apelo feito pessoalmente pelo ex-presidente da república, Sr. João Goulart quando em companhia de sindicalistas de todo o país o visitou reivindicando novos níveis de salários mínimos.⁵⁵

⁵³ FERREIRA, Jorge. *João Goulart...* op. cit., p. 690

⁵⁴ Lauro da Costa Reis auxiliou na criação do sindicato rural do Carmo, segundo relato de Onofre Silvério, constante do segundo capítulo.

⁵⁵ Lauro da Costa Reis. Depoimento prestado à Delegacia de Polícia de Além Paraíba, 13 de junho de 1964, citado em SENRA, Douglas Pereira. *Além da Ferrovia*. Op. cit.

A reforma agrária, como um dos pilares da tese desenvolvimentista dos anos 1950, se sedimentou como uma das principais demandas do cenário político da década de 1960, amplamente apoiada pela população⁵⁶ e até pelos segmentos políticos conservadores, que reconheciam, pelo menos em seus pronunciamentos públicos, o latifúndio improdutivo como um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento da agricultura e do crescimento econômico.⁵⁷ O que precisava ser definido era o grau das mudanças. Essa decisão caberia ao campo parlamentar. Argelina Figueiredo⁵⁸ faz um detalhado retrospecto⁵⁹ de como foi conduzida a questão fundiária no governo Goulart. Já em pauta no governo Quadros, retornou ao primeiro plano do cenário político assim que a crise sucessória foi solucionada.

No início as propostas foram tímidas e restringiam-se à taxaçoão progressiva sobre a propriedade rural, medidas visando à elevação da produtividade e extensão da legislação social trabalhista aos empregados do campo. Jamais foram endossadas pelo gabinete parlamentar que aguardava a delegação de poderes conforme previsão legal ainda dependente de lei complementar.⁶⁰

Fora do Parlamento, as esquerdas, alinhadas em um programa radical de reformas, ignoravam os meandros do sistema parlamentarista da forma como fora instaurado. Desconsideraram o poder de veto do Legislativo.

Apegado à sua antiga posição de líder esquerdista, Jango acentuou o discurso sobre mudanças constitucionais. No 1º de maio de 1962 pediu que o Congresso investisse sua próxima bancada, que seria eleita em outubro daquele ano, de poderes constituintes. Sugeriu

⁵⁶O apoio público à reforma agrária na década de 1960 é mensurado por Lavareda, que analisa os dados de uma pesquisa de opinião realizada entre os dias 9 e 26 de março de 1964, nas principais capitais do país. A reforma agrária era apoiada por 72% dos eleitores das capitais, que em sua maioria se auto-identificavam como centristas. O autor esclarece que o apoio à mudança da estrutura agrária atravessava os diversos grupos sociais. Contudo, as respostas sobre a forma como deveria ser efetuada a reforma, mostrou que a maioria esperava mudanças baseadas no respeito à Constituição e que evitassem o prejuízo material aos futuros desapropriados. LAVAREDA, Antonio. Op. Cit., p.p. 156-157.

⁵⁷ Argelina Figueiredo observa que tanto o PSD como a ala mais arrojada da UDN, chamada Bossa Nova, recomendavam a reforma agrária. FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., pp. 70-71

⁵⁸ Idem, pp. 113-130.

⁵⁹ As informações incluídas neste subtítulo especificamente sobre a tramitação dos vários projetos de reforma agrária durante o governo Goulart são todas baseadas na obra de Argelina Figueiredo constante da citação anterior.

⁶⁰ O sistema parlamentarista foi implantado com a pendência da aprovação de lei complementar que regulamentaria a organização e funcionamento do sistema. A morosidade da regulamentação, só votada em 1962, obstruiu ainda mais as decisões do governo Goulart. Quando finalmente votada, em 1962, trouxe a reboque o veto aos integrantes dos gabinetes governamentais à candidatura nas eleições gerais previstas para outubro daquele mesmo ano. Para o atraso no processo de institucionalização do parlamentarismo pesaram dois principais fatores: a formação de uma forte coalizão antiparlamentarista e as disputas entre pedessistas e udenistas frente às eleições para o Congresso. As divisões em ambos os partidos enfraqueceram o comprometimento com a institucionalização do regime.

que as mudanças constitucionais passassem a ser aprovadas por maioria absoluta em substituição aos necessários dois terços.

O apelo de Jango foi contrariado pelas esquerdas, que viam com impaciência o adiamento da perspectiva de reformas por quase um ano. Por sua vez, as direitas também se insurgiram contra a proposta, considerada como uma tentativa de se introduzir, veladamente, as reformas políticas, sobretudo a reeleição e a ampliação do voto. “O confronto de classes acentuava-se, dia a dia, tanto nos campos como nas cidades. A inquietação social incumbia-se de polarizar a luta, empurrando as forças partidárias para seus respectivos leitos políticos”⁶¹

Um mês antes do plebiscito que lhe devolveu as prerrogativas de presidente, Goulart apresentou à nação o Plano Trienal. Formulado pelo ministro extraordinário do Planejamento, Celso Furtado e por San Thiago Dantas, ministro da Fazenda, tal projeto reunia metas de combate à inflação com a prescrição das reformas agrária, administrativa, bancária e fiscal. Ou seja, um planejamento que tentava alinhar propostas reformistas com a redefinição da imagem da política econômica brasileira para atrair a confiabilidade e a boa vontade do Fundo Monetário Internacional.

O Plano Trienal não foi bem recebido nem pelas esquerdas, tampouco pelo movimento sindical e grande parte do empresariado, mesmo tentando combinar combate inflacionário com desenvolvimento econômico seguido de gradativas reformas sociais, em particular, a agrária. “O receituário de saneamento financeiro, embora contivesse algumas promessas desenvolvimentistas, não agradou aos defensores das reformas de base.”⁶² “Diagnosticava a inflação brasileira como de demanda, prescrevendo para saná-la apertos monetário e fiscal.”⁶³ Ou seja, seu sucesso dependeria de um esforço geral que envolveria trabalhadores, capitalistas e governo no cumprimento de metas que seriam alcançadas, com sacrifício e em longo prazo. O significado dessas expressões não encontrou boa repercussão em uma época em que as pressões por mudanças, imediatas e drásticas, eram incentivadas por líderes como Luis Carlos Prestes, Francisco Julião, Leonel Brizola e por poderosas organizações sindicais como a CGT. Todos se opuseram com veemência ao Plano, que deveria ser abortado em favor de uma política nacionalista e reformista.

Conforme as atas das reuniões da delegacia sindical dos ferroviários além-paraibanos, a “categoria” permaneceu em estado de ameaça grevista de abril a junho de 1963 em

⁶¹ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 77.

⁶² FICO, Carlos. Op. cit., p. 17

⁶³ MELO, Hildete, BASTOS, Carlos e ARAUJO, Victor. “A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado.” In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *João Goulart: Entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 95.

“oposição ao Plano Trienal e pela aprovação das reformas de base pelo Congresso.”⁶⁴ Nesse período, vários dias de efetiva paralisação foram cumpridos.

Com o retorno ao regime presidencialista, no início de 1963, as esquerdas intensificaram as pressões no sentido de obterem a definitiva inflexão do governo para o campo reformista. Surgiu a FMP – Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola. Foi nessa conjuntura de crescente radicalização que, a partir de abril, o Plano Trienal fracassou. Sem apoio político das esquerdas, dos sindicatos e do empresariado, Goulart não tinha como levar adiante as medidas constantes no plano de estabilização econômica.

A questão fundiária, abordada pelo fracassado Plano Trienal por meio de orientações muito gerais, logo retornou ao Congresso por meio de um projeto elaborado pelo Executivo. A reforma agrária passou a ser condicionada à emenda constitucional que extinguisse a obrigatoriedade do pagamento prévio, e em dinheiro, aos desapropriados. Também dependia da regulamentação do artigo 147, que previa as desapropriações por interesse social. Sobre a controvertida forma de indenização, tal plano apresentava alternativas: conforme o valor declarado para efeito de imposto de renda ou territorial ou ainda fixado mediante avaliação judicial, cláusula que pode ser considerada como uma saída conciliatória, pois permitiria análises individuais.

Também foi proposta a forma da indenização: títulos da dívida pública, por seu valor nominal, reajustáveis em até 10% do seu valor total em caso de desvalorização monetária. Outra implementação seria o arrendamento compulsório como forma de gradativa extinção dos arrendamentos e parcerias rurais.

O projeto de reforma agrária do PTB circulou apenas entre as lideranças partidárias, pois só poderia ser formalmente submetido ao Congresso a partir de uma emenda constitucional. Mesmo assim, dois pontos causaram o imediato protesto, tanto entre os mais conservadores udenistas, quanto entre os liberais do PSD: o arrendamento compulsório e a correção do valor indenizatório em apenas 10% para compensar a inflação.

A necessária emenda constitucional para a apreciação do projeto foi apresentada pelo líder trabalhista, Bocaiúva Cunha, que não apenas endossou os dois pontos controvertidos do originário projeto do Executivo, acima citado, como também acrescentou tópicos imediatamente rechaçados pela maioria dos parlamentares. Dentre eles, a abrangência das propriedades urbanas pelas desapropriações baseadas em interesse social causou enorme reboliço, pois foi interpretada como “uma ameaça generalizada ao direito de propriedade.”

⁶⁴ Ata de reunião da Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina. Além Paraíba, junho de 1963.

Em sua forma originária, a emenda do PTB era vista como inaceitável. A UDN acabou rejeitando totalmente a emenda.

Ainda assim, conforme Argelina Figueiredo, houve por parte do PSD um real esforço no de sentido de negociar alguns pontos do projeto visando sua aprovação. Concordou com as indenizações na forma de dívida pública, desde que o valor dos títulos fosse inteiramente protegido dos efeitos inflacionários e que fossem excluídas da ação reformista as propriedades produtivas. Os arrendamentos compulsórios também deveriam ser esquecidos. Cabia então ao PTB, em posição minoritária no Legislativo, idealizar uma fórmula de entendimento com o PSD, com o objetivo de finalmente ver seu projeto aprovado. Mas tal esforço não houve.

O percurso do plano de reforma agrária no Legislativo correu paralelo a intensa campanha que objetivava pressionar o Congresso Nacional a referendá-la. Leonel Brizola, em suas aparições públicas e pronunciamentos tanto radiofônicos como televisivos alertava sobre a sua disposição em efetivar a reforma agrária na “lei ou na marra.”⁶⁵

Embora rejeitada pela Comissão Parlamentar, a emenda do PTB constava ainda da pauta de votações. Goulart decidiu então retomar as negociações com o PSD, ao mesmo tempo em que tentava aplacar a influência da ala radical do PTB em seu governo. Com esta finalidade, partiu para a reestruturação do seu gabinete, insistindo em obter apoio parlamentar para a aprovação da emenda constitucional: afastou dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura representantes das alas radicais do PTB, substituindo-os, respectivamente, por Amaury Silva e Oswaldo Lima Filho, ambos petebistas moderados. O PSD passou então a concordar com uma correção monetária de 30 a 50% da eventual desvalorização anual da moeda e listou as seguintes exigências: somente seria passível de desapropriação a propriedade rural inaproveitada para fins agrícolas ou pastoris, ou ainda explorada em condições antieconômicas; estariam isentas as que tivessem pelo menos 50% de sua área agricultável explorada em condições econômicas, qualquer que seja sua área ou localização; nas desapropriações, seria assegurada ao proprietário a reserva de metade da área desapropriada, até o máximo de 500 hectares. Mesmo revisto, o projeto do PSD era ainda visto como limitado pelos trabalhistas. Apesar de mostrar certo empenho em continuar pressionando o PTB para manter as negociações em torno da questão agrária, o presidente permanecia atrelado amplamente às organizações sindicais e partidos de esquerda.

⁶⁵ Esse refrão, inaugurado por Francisco Julião durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo, realizado em Belo Horizonte, em 1961, foi largamente utilizado por várias lideranças, incorporando-se ao jargão dos grupos esquerdistas radicais.

As lutas parlamentares travadas em torno da questão agrária dão margens à conclusão sobre a intransigência entre trabalhistas e pessedistas, o que inviabilizou qualquer tipo de acordo. Mas uma análise mais acurada feita por Figueiredo nos revela que o PTB, ao rechaçar a última proposta do PSD, sob o argumento de que constituía um “negócio agrário”, acabou por negligenciar o que poderia ter sido um resultado bastante razoável, cujos efeitos redistributivos não seriam de todo insignificantes. As desapropriações de propriedades improdutivas maiores do que 500 hectares teriam atingido 6,5% da área rural total, o que equivaleria a 220 mil propriedades entre 50 e 90 hectares.

Na interpretação de Lúcia Hippolito, a radicalização das esquerdas, sobretudo acerca da questão fundiária, acabou por minar o equilíbrio do PSD, que acabou se fragmentando internamente, “perdendo sua função básica de fiador da estabilidade política.”⁶⁶

A polarização política em ascensão

Seguiram-se dias difíceis para o presidente. As esquerdas, apesar de heterogêneas, impuseram-se desde o início frente ao governo Goulart, pressionando-o.⁶⁷ Moniz Bandeira também aborda a ebulição das esquerdas, comentando a formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do Pacto da Unidade e Ação (PUA).⁶⁸ Houve o fortalecimento do movimento sindical com a aliança entre setores do PTB e o projeto definido na “nova política” do PCB, cuja principal novidade era a aceitação da transição pacífica ao socialismo, a ser executada por uma frente única, nacionalista e democrática, cuja hegemonia deveria estar destinada à “classe operária.”⁶⁹ Segundo Jorge Ferreira, no plano sindical a aliança entre trabalhistas e comunistas “foi bastante fecunda. A partir de 1953 e até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos, hegemonizaram o movimento operário e sindical e marcaram, com suas idéias, crenças e tradições, a cultura política popular brasileira, sobretudo no tocante ao estatismo.”⁷⁰

⁶⁶ HIPPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, p. 119.

⁶⁷ Além de Leonel Brizola, integravam o movimento de pressão ao governo as Ligas Camponesas, o PCB - Partido Comunista Brasileiro -, o bloco parlamentar Frente Parlamentar Nacionalista, a CGT – Central Geral dos Trabalhadores -, além de grupos de baixa patente das Forças Armadas, a UNE – União Nacional dos Estudantes – e uma pequena organização trotskista. FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular.” *Revista Brasileira de História*, vol. 24, n. 47, 2004.

⁶⁸ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 77.

⁶⁹ SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 208

⁷⁰ FERREIRA, Jorge. “A estratégia... op. cit., p. 185

Entre os vários grupos de tendência reformista que se aglutinaram, em maior ou menor grau durante o governo Goulart, é de particular importância para este trabalho aquele liderado por Leonel Brizola, integrado, sobretudo, por petebistas, mas não somente, que se autodenominavam nacional-revolucionários. Isso porque, grande parte dos depoimentos aqui analisados se refere a Brizola em diversos momentos: ora como o grande líder da Legalidade, ora como o incentivador dos Grupos de Onze.

Jorge Ferreira⁷¹ detalha a importância de sua liderança no contexto do governo João Goulart. Sua posição “ousada” na crise sucessória o transformou na grande liderança da facção mais à esquerda do PTB, embora militantes de outros grupos e partidos políticos, inclusive os que se diziam revolucionários também reconhecessem a sua liderança. Além disso, classifica como “algo sem precedentes” a imensa popularidade de Brizola entre os sargentos das Forças Armadas e das Polícias Militares, assim como entre os marinheiros e fuzileiros da Marinha de Guerra.

Em meados de 1963, uma sucessão de greves já despertava forte oposição dos altos escalões militares, uma vez que eram sistematicamente apoiadas por grupos de suboficiais das Forças Armadas. “A aliança operário-estudantil-militar se fortalecia, conforme pregava a União Nacional dos Estudantes.”⁷²

Brizola: aglutinador das esquerdas

Leonel Brizola foi eleito deputado federal pelo antigo estado da Guanabara, com uma votação recorde – 269 mil votos – em 1962, mesma ocasião em que criou a Frente de Libertação Nacional com a meta de eleger uma bancada significativa de parlamentares nacionalistas, obtendo quase a duplicação do número de parlamentares na Câmara dos Deputados.

No início de 1963 o político gaúcho criou a FMP – Frente de Mobilização Popular, que aglomerava as principais organizações esquerdistas na luta pela implantação das reformas de base. A Frente pressionava João Goulart para a imediata efetivação do programa reformista, sobretudo a reforma agrária, “mesmo à custa de uma política de confronto com as direitas e os conservadores, em particular o Partido Social Democrático (PSD), ao mesmo

⁷¹ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola... op. cit., p. 546

⁷² FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto... op. cit., p. 195.

tempo em que, aglutinando amplas e heterogêneas alas esquerdistas,⁷³ tentava impor-se como alternativa viável às reformas em contraposição ao posicionamento, considerado moderado, do Partido Comunista Brasileiro (PCB).⁷⁴

A FMP foi relacionada aos Grupos de Onze por antigos moradores do Carmo, como Onofre Silvério: “Lembro sim, a Frente era do Brizola. Era o Grupo de Onze do Brizola!”⁷⁵

A convocação feita por Leonel Brizola à sociedade brasileira para a formação dos Grupos de onze Companheiros como forma de organização das forças populares, objetivando a luta pelas reformas de base, sobretudo a agrária, fez parte de uma das mais bem sucedidas simbologias criadas pelo líder da Frente de Mobilização Popular “em sua estratégia de luta extraparlamentar.”⁷⁶ Ferreira apresenta a dimensão numérica atingida pelos vários Grupos de Onze disseminados pelo país: 60 a 70 mil militantes e, na avaliação do próprio Leonel Brizola, cerca de 24 mil grupos. “A estratégia era a de que, com o crescimento e o fortalecimento dos “comandos nacionalistas”, se formassem, em período muito curto, o embrião de um partido revolucionário.”⁷⁷

A ressonância das vozes reformistas era, portanto, muito forte. Em tempos de Guerra Fria, as reações se dividiam. Não só nas capitais o clima de radicalização política era sentido. O “perigo vermelho” rondava também os lares interioranos, como veremos a seguir.

⁷³ Conforme Ferreira, a FMP “foi uma experiência “só comparável à Aliança Nacional Libertadora”. Reuniu “marxistas de extração stalinista ou trotskista; as esquerdas cristãs e socialistas; a esquerda do PTB; organizações de trabalhadores urbanos, camponeses, estudantes e subalternos das Forças Armadas; lideranças como Leonel Brizola e Miguel Arraes” FERREIRA, Jorge.. “Leonel Brizola...op. cit., p. 580.

⁷⁴ A questão pode ser ilustrada por um depoimento de Neiva Moreira sobre seu diálogo com Mariguela que, em atitude dissidente criticava a oposição mantida pelo PCB aos Grupos de Onze. MORAES, Denis de. *As esquerdas e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989, p. 178.

⁷⁵ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, março de 2011.

⁷⁶ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola... op. cit., p. 556

⁷⁷ Idem, p. 559.

Capítulo II – Os Grupos de Onze Companheiros em Carmo e Além Paraíba

Os longos discursos de Leonel Brizola difundidos pela Rádio Mayrink Veiga durante o governo Goulart monopolizavam as atenções nas tranquilas noites interioranas, causando em seus assíduos ouvintes fortes impressões. Baseado na memória de antigos moradores de Carmo e Além Paraíba, o capítulo irá mostrar os variados graus de participação popular na formação dos Grupos de Onze Companheiros (G11), ou Comandos Nacionalistas, organização idealizada e fomentada por Leonel Brizola, em fins de 1963. O ritmo acelerado de crescimento dos Comandos Nacionalistas contribuiu para uma percepção agigantada de suas reais potencialidades como forças populares revolucionárias. Brizola, todas as noites, ocupava espaço cativo na Rádio Mayrink Veiga, atingindo uma audiência de cerca de dez milhões de pessoas.¹

Ao final daquele mesmo ano, eleito então deputado federal pela Guanabara, ele incorporou uma novidade aos seus extensos discursos: o chamamento, atendido em escala surpreendente, para a formação dos Grupos de Onze. Dos estúdios da empresa radiofônica na cidade do Rio de Janeiro, o político gaúcho, com sua fala cadenciada pelo acento sulista, impressionava seus assíduos ouvintes, mas também seus adversários. Ou seja, os seus pronunciamentos atraíam não apenas a atenção dos que com seu discurso se identificavam, mas também daqueles que, repudiando suas ideias, passaram a acompanhá-los, como meio de avaliar suas repercussões. Muitos se entusiasmaram com a conclamação. Empenharam-se em criar os tais Grupos de Onze; outros se alarmaram: era o prenúncio da reforma agrária e também urbana, anunciada pelo líder da Frente de Mobilização Popular.

Necessário dimensionar o papel que naquele momento desempenhava Leonel Brizola no cenário da política brasileira, até para que possa ser contextualizada a influência política da Rádio Mayrink Veiga no período em questão, pois o influxo da mídia sobre o universo político é muito mais complexo “que a simples relação de intervenientes ativos esforçando-se para impor sua influência a sujeitos mais ou menos passivos.”²

Se o aparato radiofônico tinha o poder de fortalecer o discurso já naturalmente inflamado de Leonel Brizola, não pode ser desconsiderado o fato de que o uso da Rádio

¹ BALDISSERA, Marli. “Comunista eu? Por simpatia a Brizola, colonos gaúchos assinaram listas de resistência ao golpe militar. E pagaram caro por isso”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 45, 2009.

² JEANNENEY, Jean Noel. “A mídia.” In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 221.

Mayrink Veiga pela Frente ampliou a ascendência exercida pelo político gaúcho por meio do enorme espaço a ele sistematicamente concedido. Pelos microfones daquela emissora ele “falava por quatro, cinco ou mesmo seis horas seguidas.”³ Mas o poder da radiodifusão, mesmo consideradas as excepcionais circunstâncias que alicerçavam o espaço cativo de Brizola na Mayrink Veiga não explicariam, isoladamente, a impressionante proliferação dos Grupos de Onze no Brasil em fins de 1963.

Fundamental para que o apelo de Brizola causasse tamanha sensação foi justamente a representatividade de seu nome no Brasil dos anos 1960. Importante observar, porém, que o Brizola que então liderava “a esquerda brasileira em época de radicalização”⁴ suplantou aquele que, três anos antes havia se lançado como o herói que zelou pela preservação da Constituição brasileira.

Refiro-me ao ano de 1961, quando intempestivamente renunciou o presidente Jânio Quadros. Os militares se mobilizaram contra a posse do seu vice João Goulart ao poder. No entanto, desde a capital gaúcha, Brizola, na época governador daquele estado, deflagrou uma bem sucedida campanha a favor da manutenção institucional. Imagens célebres da população gaúcha, inclusive deslocando-se desde as paragens interioranas, aglomerando-se na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini, à disposição de Brizola, podem bem representar o grau de envolvimento da população brasileira com a campanha protagonizada pelo então governador do Rio Grande do Sul. Homem público já em evidência no cenário nacional com a estatização de duas empresas norte-americanas e da escolarização em massa que promoveu no estado, com o êxito do movimento legalista de 1961, Leonel Brizola “transferiu-se, simbolicamente, para o domínio do legendário, elevado ao patamar de Homem Providencial, Guia, Salvador e, particularmente, Herói - mas não o herói da normalidade, sim, o da exceção.”⁵

O manifesto do Grupo dos Onze

Do manifesto do Grupo de Onze companheiros assinado em novembro de 1963 pelo então deputado estadual Leonel Brizola constava o modelo da ata de fundação dos sugeridos comandos revolucionários.

³ FERREIRA Jorge, “A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular”. Op. cit., p. 197.

⁴ Idem, p. 191.

⁵ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista...* op. cit., p. 294

Os nomes dos líderes, identificados como comandante e subcomandante deveriam vir seguidos das assinaturas dos demais companheiros. O modelo da ata sugeria que a residência de um dos membros fosse utilizada como local das reuniões. O documento explicitava ainda, num primeiro momento, os seus objetivos, entre os quais figurava a “imediate concretização das reformas, em especial das reformas agrária e urbana, e, sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da espoliação internacional.”⁶

Lavrada a ata, os nomes dos integrantes das recém-criadas organizações, com seus respectivos endereços, deveriam ser enviados para a Rádio Mayrink Veiga, que iria divulgar, na voz do próprio Leonel Brizola, os nomes dos novos adeptos dos Comandos Nacionalistas, denominação que o manifesto apresentava como a alternativa mais recorrente entre as sugestões recebidas para o batismo definitivo dos agrupamentos, embora solicitasse que outras sugestões continuassem a ser enviadas.

Em uma segunda parte, o manifesto fundamentava a proposta de criação dos Grupos de Onze mencionando a grave crise econômica que assolava o país, cuja soberania estava cada vez mais sendo ameaçada pelo “saque internacional” e por uma minoria de “brasileiros egoístas e vendilhões da pátria”. O apelo para a formação dos Grupos de Onze foi, sobretudo, ancorado na figura de Getúlio Vargas, interpretado como guardião da causa dos desvalidos, condição eternizada por sua carta-testamento várias vezes mencionada.

Ao mesmo tempo, o texto denomina de “antipovo” e “antinação” a minoria que tentava impedir as reformas de base defendidas por João Goulart. Retorna ao agravamento da crise, cuja solução – as reformas de base – estava sendo boicotada pelas alas conservadoras. Apresenta então o documento o dilema de um país mantido no caos pela resistência das classes privilegiadas. Era chegada a hora do “desfecho”.

A forma e proporções do alardeado “desfecho” são classificadas de imprevisíveis pelo manifesto, que, no entanto, delineia a iminência de um conflito armado. Esse “desfecho” seria inevitável diante do cerco que a minoria, o “antipovo”, vinha fazendo contra o povo e suas manifestações de inconformidade, tachadas de agitações, extremismos, radicalismos e subversões pelas alas conservadoras: “Aproxima-se para todos nós brasileiros a hora da grande opção. Ou estaremos com o povo ou com o antipovo.”

A parte final do manifesto é dedicada ao apelo à organização popular. O povo brasileiro já havia “despertado,” adquirindo a necessária compreensão sobre as causas e as

⁶ Os trechos do Manifesto dos Grupos de 11 doravante incluídos neste artigo foram obtidos no *site*: <http://www.brasilrepublicano.com.br/fontes/8.pdf> Acesso em: 15 de julho de 2010.

verdadeiras origens de seus males. Restava, portanto, saber como poderia participar do projeto reformista das esquerdas, então representado pela Frente de Mobilização Popular. O povo, segundo o manifesto, aguarda “uma palavra de ordem (...) para caminhar por si mesmo em busca de sua libertação.”

A imagem dos grupos nacionalistas como times futebolísticos ancorava-se em forte simbologia ligada à paixão do brasileiro pelo esporte: cumplicidade, vibração, sentimento de superação. Paralelamente, “na formulação de manejo de imagens e representações que incitavam ações para a transformação da sociedade, a carta-testamento de Getulio Vargas surgiu como texto estratégico,”⁷ utilizado reiteradamente no manifesto como forma de justificar e estimular a criação dos Grupos de Onze. A hábil apropriação é comentada por Jorge Ferreira: “Trata-se, portanto, da leitura de um político esquerdista da conjuntura da Revolução Cubana e da Guerra do Vietnã sobre o texto de um líder nacionalista da época da Segunda Guerra Mundial.”⁸

A convocação de Leonel Brizola a favor da criação das organizações revolucionárias teve enorme repercussão. Conforme Marli de Almeida Baldissera, o apelo foi atendido “em massa” e com uma rapidez surpreendente: “A impressão era de que havia homens organizados em todo o Brasil, prontos para a luta armada.”⁹

Jorge Ferreira sintetiza o que os depoimentos do capítulo a seguir comprovarão a respeito dos Comandos Nacionalistas. Supervalorizado pela imprensa, o movimento teve como maior consequência a disseminação do pânico entre os conservadores e a direita civil-militar. As supostas ações do Grupo de Onze eram noticiadas na maioria das vezes com base na pura imaginação dos donos dos jornais: “Comunismo e guerra revolucionária eram as imagens mais disseminadas.”¹⁰

O pacato líder dos onze comandados

As lembranças a seguir são de Sueli Macuco Queiroz, que me recebeu em sua residência, na cidade fluminense do Carmo, para uma conversa sobre o seu pai, o professor de História Jair Nunes Macuco. Falecido em 1979, ele foi processado e preso no início do governo militar sob a acusação de ter encabeçado a lista do Grupo de Onze naquele município.

⁷ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola... op. cit., p. 552

⁸ Idem, p. 554.

⁹ BALDISSERA, Marli. Op. cit..

¹⁰ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola... op. cit., p. 560.

“Eu me lembro do meu pai sempre à noite, ouvindo o Leonel Brizola falar na Rádio Mayrink Veiga, se eu não me engano. Mas só... O que ele tinha de vínculo político eu acho que se limitava assim a coisas de pessoas mais adultas, porque ele nunca, com os filhos, os filhos não tomavam conhecimento disso.”¹¹

A professora aposentada de 65 anos de idade caracterizou seu pai como um homem “muito católico, pacato, sem vícios, muito amigo dos filhos e muito bom marido.” Gostava de compor peças de teatro, músicas temáticas para animar as festas cívicas da escola onde trabalhava, além de ser frequentemente convocado para discursar em ocasiões especiais. Foi por várias vezes o paraninfo das turmas formandas. Seus alunos o admiravam muito, porque na escola se portava como em casa: “gentil, amigo, alegre, um pai amoroso e dedicado.”¹² Ou seja, Jair Macuco foi lembrado pela filha de maneira muito positiva. Suas qualidades como esposo, pai e profissional são ressaltadas, sobretudo as que dizem respeito à gentileza e à tranquilidade do seu caráter. Esse zelo da professora Sueli em descrever as qualidades do falecido pai é notório em todo o seu depoimento. Por várias vezes ela contrapõe a imagem do exemplar chefe de família e dedicado professor com a condição de líder de uma organização esquerdista, sugerindo, desta forma, a improcedência da acusação que lhe foi imputada.

“Só sei que meu pai foi preso no colégio, dando aula, onde estudava a minha irmã. (...) Ele foi levado para a delegacia do Carmo e, chegando lá – é um detalhe pequeno, mas eu acho bem humilhante – foi tirado o cinto dele, a correia, pra ele dar o depoimento segurando assim a calça pra evitar correr. É, acho meio humilhante. Em vista do que houve nos porões da ditadura, foi pequeno, mas um cidadão, que eu sempre friso que era pacato, que não era de briga, meu pai nunca arrumou confusão em nada. Só se limitava a dar aula e fazer teatro. Ele foi muito humilhado por ter ficado segurando a calça e dando depoimento. E dali mesmo, naquele mesmo dia, que eu não sei exatamente o dia, mas eu sei que foi em junho de 65 e... Ele foi levado com os outros dois para o Rio.”¹³

Sueli Macuco referiu-se ao eletricitário Onofre Silvério, que trabalhava na da Ilha dos Pombos – usina hidrelétrica pertencente à *Light and Power Co. Ltd.*, localizada no 1º distrito do Carmo – e ainda o bancário Cristóvão de Castro. Julgados, voltaram para cumprir a pena na cidade do Carmo, por meio da intervenção do advogado de defesa, Luiz MacDowell. O

¹¹ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

¹² Serão reproduzidos apenas os trechos mais significativos. As partes complementares dos depoimentos serão narradas de forma mais fluída pela própria autora, que optou também por editar os discursos diretos, suprimindo repetições e outros vícios de linguagem, mas observando, no entanto, a fidelidade ao conteúdo gravado e preservando a variedade linguística que caracteriza a fala de cada personagem.

¹³ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

professor recebeu a maior pena: um ano de prisão. Os demais cumpriram seis meses. Conforme a entrevistada, seu pai foi punido com maior rigor “por ter sido provado que ele era o cabeça do grupo”. Sendo que as provas foram levantadas “secretamente pela inteligência do Dops”. Ela afirma que nunca percebeu nenhuma movimentação diferente em sua casa. Nunca tomou conhecimento de listas de adesão e tampouco chegou a notar qualquer tipo de reunião ou a existência de armamentos: “Eu ainda brincava que canhão lá em casa só se fosse as moças feias”.

Sueli passou do riso ao esforço para conter as lágrimas, quando lembrou os dias de angústia vividos por toda a família na expectativa do julgamento:

“Isso foi um fato assim, pelo menos pra nós, muito forte. Na hora que deu no Globo no Ar que foi condenado meu pai a um ano, minha mãe, que estava na janela, debruçada, ouvindo o rádio do vizinho, bem alto, justamente pra ajudar a gente a ouvir, eu acho, começou a escorrer sangue nas pernas dela, nas pernas: perdeu uma criança. Naquela hora ela teve um aborto. Eu acho que o choque de ver aquele marido tão companheiro, tão fiel, tão presente, preso, porque no papel foi o primeiro que assinou, entendeu?”¹⁴

A cela que Jair Macuco compartilhava com os outros dois companheiros, segundo lembra Sueli, era sempre muito visitada. Logo se transformou em um cárcere especial. Pequenos confortos foram instalados: cama, armário, chuveiro quente. Prolongou-se no relato das visitas constantes, principalmente dos alunos do Ginásio do Carmo: “Eles tinham loucura por ele! Em 65, quando houve formatura, eles foram lá de beca. Não tiveram medo, porque naquela época tinha que ter muita coragem pra visitar o dito subversivo.”¹⁵

Ao ser indagada sobre os demais integrantes, sobre o local das reuniões, as ações que porventura planejavam, a professora reafirmou que nunca vira “o papel”. Tampouco se recorda de reuniões em sua residência.

Sueli em seu depoimento mesclou lágrimas à ironia; ternura a ressentimentos. Argumentou que seu pai foi um homem muito querido e até hoje é respeitado na comunidade, tanto é que se tornou patrono do centro Cultural do Carmo, inaugurado em 2004. Reafirmou-lhe o caráter pacífico, de homem dado às letras e às artes, como se essas características fossem incompatíveis com sua condição de líder da esquerda local, conforme apontaram as investigações que o condenaram a um ano de prisão. Por fim, comenta sobre a metamorfose sofrida por ele durante a prisão:

¹⁴ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

¹⁵ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

“Aí eu fiquei com um pai diferente. Eu fiquei com um novo pai; um pai tímido, um pai parece que não tinha autoridade sobre os filhos, parece que até pra mandar falava mais baixo, pra sentar no sofá pra ver televisão, sentava na pontinha, parecia assim que não era o dono da casa. Ele se sentiu completamente constrangido, igual que a família tivesse ficado com vergonha dele ter assinado esse negócio de Grupo de Onze, entendeu?”¹⁶

Sueli revela em seu depoimento as estratégias da construção da memória. É importante que a figura do seu falecido pai seja afirmada sobre todos os qualitativos que lhe foram atribuídos. Contudo, independentemente das idealizações que cercam a descrição da personalidade de Jair Macuco ele foi, sem dúvida, um homem do interior, cujos valores o levavam a manter um comportamento, como professor e chefe de família, bastante próximo do irrepreensível. A prisão o envergonhou independentemente do motivo. Sua vergonha não foi por ter assinado “a lista de Grupo dos Onze”, foi por ter sido privado da sua liberdade, do seu trabalho, do convívio com a família, cujo sustento na época dependia principalmente dele. Sueli era a filha mais velha e iniciava, aos vinte anos, no magistério infantil. Ela se recordou que em uma de suas primeiras visitas à prisão ela ouviu um constrangido pedido de seu pai. Deveria continuar se esforçando para manter a família, o que não seria possível, lembrou a entrevistada, se não fosse a sistemática ajuda de um grupo de amigos.

O sentimento de injustiça em torno da prisão de Jair Macuco foi exteriorizado por vários outros entrevistados que igualmente reiteraram o caráter tranquilo do professor, contrapondo essa característica à sua prisão em 1965. Imprescindível comentar que, de forma contrária, Onofre Silvério, que durante seis meses foi companheiro de cela de Jair Macuco, figura na memória da grande maioria dos entrevistados não só como membro, mas como o líder do Grupo de Onze, justamente em função do seu temperamento descrito como inverso ao do pacato Jair.

Na década de 1960, Onofre Silvério trabalhava na usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos, situada no município do Carmo. Foi lembrado como um homem eloquente, de gesticulação farta. Incisivo ao expressar suas idéias alinhadas com os grupos de esquerdas mais radicais da época. Esse caráter expansivo lhe atribui, até hoje, a maior responsabilidade sobre a formação do G11 do Carmo, na lembrança dos antigos moradores locais.

¹⁶ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

De camponês a vereador

Onofre Silvério foi homem de certa visibilidade entre os moradores do município do Carmo nos primeiros anos da década de 1960. Elegeu-se vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro em 1963. Um vereador ativo e polêmico. Sem nunca ter frequentado a escola, alfabetizou-se aos 20 anos de idade, quando já trabalhava na usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos. Negro, ex-lavrador de uma das fazendas do município, costumava impactar a população carmense pelo discurso inflamado e sempre acompanhado de gestos largos, que pareciam compensar a sua baixa estatura.¹⁷

Ele teve uma curta vereança. Em 1964 foi cassado, processado e preso pelo regime militar, sob acusação de ter integrado o Grupo de Onze, condenação que não se restringiu apenas ao curto período de privação de liberdade - ele ficou preso durante seis meses -, mas também o apartou dos amigos, da esposa e dos filhos. Hoje, aos 87 anos, a separação da família imposta pelos anos de repressão é sua maior queixa e em torno deste fato surgem suas lembranças mais amargas.

Entrevistá-lo não foi tarefa fácil e exigiu persistência. A primeira dificuldade foi localizá-lo. Onofre está fora da terra natal desde a década de 1970. Foi mencionado por vários entrevistados como o militante de esquerda mais atuante da região, mas nenhum deles soube dar informações precisas de seu atual paradeiro. Alguns falaram na possibilidade da sua morte; outros sobre o seu provável estado de inconsciência ou imobilidade, já que tinha passado por um grave problema de saúde.

Obtive por fim o número de telefone de uma de suas filhas. Soube então que ele hoje vive em Teresópolis; enfrenta sim problemas de saúde bastante graves, mas se mantém lúcido e locomovendo-se, embora com grande dificuldade.

Fui encontrá-lo em uma casa simples, porém bem construía e confortável, em Beira-Linha, um bairro periférico da cidade de Teresópolis. A voz é firme e potente. Sua lucidez impressiona. A artrose, no entanto, aliada ao sobrepeso, tolhe muito seus movimentos. Onofre praticamente se arrasta apoiado por duas muletas. Ele vive sozinho, pois se divorciou também da segunda esposa. Da primeira família afastou-se há quarenta anos, justamente na época em que ficou desempregado e teve que procurar outro meio de vida na cidade do Rio de Janeiro.

Começamos por sua infância. Contou que nasceu na zona rural do município do Carmo, em uma localidade denominada de Barra do Paquequer, por ser o exato local onde o

¹⁷ Baseio-me na memória de outros entrevistados que descreveram a sua forma de discursar.

Rio Paquequer deságua no Paraíba do Sul. Perdeu a mãe aos 7 anos e foi acolhido, junto com um irmão menor – eram cinco irmãos no total – por um casal de tios que moravam, como colonos, na Fazenda Santa Fé. Sobre o destino do seu pai, Onofre é lacônico: “Aí meu pai, coitado, se perdeu, me trouxeram pra casa. Eu e meu outro irmão.”

Trabalhou então desde criança na agricultura junto a seus pais adotivos que tinham muitos outros filhos. Todos os membros da numerosa família também se dedicavam ao cultivo da terra, colaborando com o chefe da casa. De lá, Fazenda Santa Fé, saiu apenas aos 21 anos, sem nunca ter frequentado a escola, para ingressar como “trabalhador braçal” na usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos:

“Nós éramos lavrador. E quando eu fui pra *Light* o nome que deu era trabalhador braçal, mas nós éramos lavrador. Meu pai era lavrador, eu também era e só usava bem o serviço de roça. Então eu conhecia bem o que era a pobreza na época. A gente vivia do que fazia ali. Plantava, vendia, colhia, levava lá pra venda – que se dava o nome na época -e os comerciantes comprava os nossos produtos e pagava com mercadoria que a gente gastava. Então a vida era essa. A vida da pobreza sempre existiu.”¹⁸

Onofre tem na mente a data exata em que ingressou na *Light*, deixando para trás o trabalho pesado da lavoura: sete de agosto de 1945. Frisou que a entrada na represa hidrelétrica mudou a sua vida, oferecendo-lhe novas oportunidades, mas no início o serviço continuava duro. Fazia o que fosse necessário: roçava, derrubava árvores, esgotava brejo.

Nesta mesma ocasião, ainda em 1945, foi convocado pelo alistamento militar obrigatório. A viagem até o 3º regimento de São Gonçalo foi uma verdadeira aventura, pois pela primeira vez afastara-se da terra natal. Lembrou que justamente nesta época houve no país “uma coisa muito triste”, a deposição do presidente Getulio Vargas. Neste ponto já antecipou suas tendências políticas: “sempre fui getulista, depois brizolista e janguista”.

Filiou-se ao PTB em 1962, quando a inflexão à esquerda já havia sido empreendida, decididamente, pela facção do partido conhecida como Grupo Compacto e pelo próprio conjunto dos trabalhistas que se definiram então pelas reformas de base.

A essa altura, Onofre já atuava há anos como delegado sindical dos eletricitários da Ilha dos Pombos: “Eu aderiu tudo sobre o sindicato. O presidente do sindicato naquela época chamava-se Argemiro Rocha Junior. Isso é importante você saber! Era o Sindicato de Energia Elétrica e Produção de Gás do Rio de Janeiro!”¹⁹

¹⁸ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

¹⁹ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

Empolgou-se com o assunto. São prazerosas as lembranças sobre o sindicato. Além de delegado sindical, Onofre tinha se transformado em operador da usina hidrelétrica. Essa reclassificação de função foi obtida com a ingerência do seu chefe na época, o australiano lembrado apenas como “seu *Yang*”, personagem que surge em vários momentos do relato de Onofre como benevolente, humano.

Foi assim, de agricultor a empregado braçal, operador e delegado sindical que em 1963 ele se tornou vereador.

“Vereador de coragem”

Elegeu-se vereador em 1963 pelo PTB. Do núcleo operário da Ilha dos Pombos, que conforme a memória de Onofre reunia na época cerca de 500 famílias, saíram outros dois vereadores: pela UDN (União Democrática Nacional) foi eleito Jair Albuquerque, que após o golpe militar assumiu a chefia da usina hidrelétrica e pelo PSD (Partido Social Democrático) foi eleito Otacílio Pinto da Rocha, estimado e respeitado por sua função de farmacêutico do lugar. Isso sem falar no pecuarista Onézio Barreto Passos, que vivia na Fazenda da Posse, propriedade vizinha ao conjunto residencial dos eletricitários. Onézio elegeu-se também pela UDN.²⁰

Fiz uma observação sobre as opções partidárias tão diferenciadas apresentadas aos eletricitários: quatro candidatos, sendo um do PTB, outro do PSD e dois da União Democrática Nacional. Teriam os udenistas contado com o voto dos operários? Onofre disse que sim, pois havia o “voto de obrigação”. Muitos votavam porque deviam favores ou tinham medo, mas fez questão de ressaltar: “O único que teve coragem pra enfrentar aquilo tudo fui eu! Otacílio teve medo. Meu amigo pra caramba! O Onézio também, meu melhor amigo. O Jair, esse era contra! Ele era do povo grande!”²¹

²⁰ Lucília de Almeida Neves Delgado comenta a formação do pluripartidarismo a partir de 1945, com a desestruturação do Estado Novo: a UDN, inicialmente concebida como oposição liberal ao autoritarismo do Estado Novo, permanece até 1964 como principal opositora do trabalhismo. Por sua vez, o PSD, criado em julho de 1945, no contexto de “ruptura e preservação da ordem”, contou com o aval do presidente Vargas, compondo com o PTB a base da “unidade diversificada na preservação de laços de poder no novo regime político que se constituía. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo. 1945-1964*. São Paulo, Marco Zero, 1989, pp. 27-29.

²¹ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

Com a expressão “povo grande” o entrevistado quis referir-se ao poder econômico e político exercido pelos fazendeiros do município do Carmo²² na década de 1960: “Olha, as fazendas é que manda em Carmo. E eu rompi com aquilo tudo!”²³

Durante o período de sua vereança Onofre apresentou um projeto de lei que previa a destinação de 5% de cada litro de leite produzido no município para a construção e manutenção de hospitais, escolas e órgãos de assistência social. O projeto não só foi reprovado por unanimidade como desencadeou protesto entre os pecuaristas, que passaram a acompanhar com cautela a atuação do vereador. Seu envolvimento no Grupo dos Onze local só fez reforçar a precaução dos seus observadores.

Às primeiras perguntas direcionadas especificamente sobre o Grupo dos Onze, o ex-vereador carmense respondeu: “A idéia foi boa. O Grupo dos Onze ia lutar por um bom hospital, uma boa assistência social para todos os trabalhadores, sem exceção.”²⁴ Somente quando perguntado, especificamente, sobre o tema reforma agrária, como ponto presente de forma muito enfática no manifesto de criação dos comandos nacionalistas o entrevistado esclareceu que “a reforma agrária, dentro do Grupo dos Onze, era do pessoal rural. Então nós, da indústria, é que levantava o Grupo dos Onze e ia buscar entendimento e solidariedade no ruralismo.”²⁵ Afora o incentivo de Brizola, lideranças como Onofre encontravam no próprio Goulart o encorajamento para buscar “a aliança dos camponeses com os trabalhadores urbanos.”²⁶

Onofre alistou-se no Grupo dos Onze convidado pelo professor de História do Ginásio do Carmo, Jair Macuco. Por conta disso já vinha sendo apontado no município como um dos mais importantes articuladores da reforma agrária na região. Conforme o relato de Onofre Silvério, o G11 do Carmo foi criado em dezembro de 1963, época em que o bancário Cristóvão dos Santos cumpriu a etapa final do projeto, formalizando a existência da organização: “o falecido Cristóvão é que foi na rádio Mayrink Veiga e entregou a listagem lá, porque é lá que o Leonel Brizola depois recebia.”

Como combativo vereador petebista, foi convidado para formar o grupo por Macuco. Ele admitiu que aceitou prontamente e com grande entusiasmo. Da mesma forma recebeu e cumpriu o encargo de completar a listagem – faltavam ainda dois nomes – em “seu núcleo

²² Hoje com 17. 500 habitantes, o município do Carmo reunia na época cerca de 11 mil habitantes, dos quais 8 mil viviam no campo.

²³ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

²⁴ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

²⁵ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

²⁶ BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 76

eleitoral”, ou seja, entre os operários da Ilha dos Pombos: “Manoel Loureiro e Capitulino Antunes dos Santos. Esses dois completaram a lista dos onze”.²⁷

Eu quis saber então de que forma ocorrera a adesão de Loureiro e Capitulino, se eles mostraram-se convictos em participar do G11. A resposta de Onofre foi enfática:

“Eles não tiveram dúvida não porque na *Light* eu tinha um poder de liderança. Eu era até na época vereador do Carmo. Eu cheguei lá faltavam dois nomes. Eu falei com eles. Nós estamos fazendo um levantamento aí de uma organização do Grupo dos Onze, comandado pelo Leonel Brizola. Era Brizola, todo mundo gostava dele. É quase como o Lula é hoje! Aí eles falaram: pode botar meu nome! Eu mesmo que botei o nome deles. Eles não assinaram não. Eles confiaram em mim.”²⁸

Indagado sobre o local e o conteúdo das reuniões, o entrevistado afirmou que nunca aconteceram. Diante da minha insistência sobre de que forma ocorria o planejamento da ação do G11, Onofre reiterou: “Nunca tivemos uma reunião! Nós deixamos tudo por conta do Jair. Dependendo das instruções do Jair do que fazia dali pra frente.”²⁹ Perguntado sobre quais foram essas instruções, o entrevistado novamente afirmou: “Não... O que o Jair me falava é que o grupo ia se reunir para formar hospitais, escola, tudo de bom e era isso mesmo!”³⁰ Inicialmente negou que os integrantes do G 11 iam às fazendas, em um esforço de atrair os trabalhadores rurais para o movimento revolucionário: “Não chegamos ir porque não deu tempo. Fizemos só a montagem.”³¹

No manifesto de criação do Grupo dos Onze a reforma agrária figura como principal demanda. Onofre a princípio relutou em admitir o envolvimento do Grupo dos Onze carmense com o projeto de reforma agrária. A negação desta questão crucial, ou seja, a questão fundiária, é indício de que a memória de Onofre está hoje propensa a minimizá-la ou redirecioná-la: “o grupo ia se reunir para formar hospitais, escola, tudo de bom”.

Entretanto, no trecho seguinte, ele acabou enveredando espontaneamente pelo tema reforma agrária, ao relembrar um episódio que impactou a pequena cidade e que ocupa um lugar especialíssimo em sua memória: a criação do sindicato rural do Carmo no dia 18 de fevereiro de 1964, fato que contribuiu para evidenciar ainda mais a sua atuação no município.

²⁷ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

²⁸ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

²⁹ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³⁰ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³¹ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

Ato em praça pública

O tempo estava chuvoso, a praça da matriz de Nossa Senhora do Carmo “apinhada de gente”. De um lado o padre da cidade discursava no átrio da Igreja. De outro, afastados do ato público protagonizado por Onofre, os pecuaristas, de bota, espora e chapéu, conforme habitualmente transitavam entre suas fazendas e a pacata cidade. O criador do sindicato rural do Carmo lembrou que falou aos trabalhadores rurais que compareceram ao evento, atendendo à sua convocação que fora feita, de fazenda em fazenda, nos dias anteriores.

“Discursei! Discursei! Na época fui carregado por muita gente! A praça estava cheia de gente! O padre na hora levantou o sermão dele lá. O Carmo está entregue ao comunismo! Ele falando lá e eu carregado pelo povo. Não era nada de comunismo. Era socialismo. Nós tava fazendo do Carmo uma cidade socialista!”³²

A solenidade de instalação do sindicato rural foi descrita por Onofre como um grande sucesso que contou inclusive com a presença do presidente do Sindicato dos Têxteis de Além Paraíba, também vereador petebista, Lauro da Costa Reis, que meses antes tinha criado o sindicato rural do município vizinho. Foi através dele que Onofre obteve orientações jurídicas de Antônio Maximiano da Costa, advogado que também compareceu ao Carmo para prestigiar a sua iniciativa. Onofre lembrou que a presença do advogado, cujo escritório ficava em Três Rios, causou uma enorme repercussão principalmente entre os fazendeiros: “Dr. Antônio Maximiano da Costa! Aquele lá dizia mesmo: Sou comunista por ideal. E daí?”³³

A movimentação que marcou a instalação do sindicato rural em plena praça pública ocorreria de forma bem mais discreta se o presidente da Câmara de Vereadores do Carmo, João Evangelista dos Santos Munerat,³⁴ tivesse concordado que a solenidade fosse feita no salão nobre da casa legislativa: “Ele era muito meu amigo, mas ele falou comigo: olha, isso aí tá muito quente [...] é um direito, que a Câmara Municipal é pública. Isso aí é um ato público, mas como isso aí tá muito perigoso, eu não vou deixar não.”³⁵

Segundo Onofre, o temor do presidente da Câmara não era infundado, pois as ameaças, por parte dos fazendeiros, eram frequentes. Pedi mais detalhes sobre tais ameaças.

³² Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³³ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³⁴ Os nomes completos, datas e lugares precisos foram todos citados pelo depoente.

³⁵ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

Ele então declarou: “Tinha ali, por exemplo, Toninho Chaves. Ele era o líder daquela turma toda. Ele mandou recado que era pra eu não ir ao Carmo naquele dia.”³⁶

A intimidação não surtiu efeito. Descartado o salão nobre da casa legislativa, Onofre pensou na sede do PTB, logo considerada imprópria pelo pouco espaço que oferecia. Restava-lhe a praça pública. No entanto, os outros vereadores logo o advertiram que seria necessário comunicar a realização do evento ao delegado da cidade. O delegado por sua vez também não autorizou: “O delegado Paulo Caetano de Lemos [...] disse assim: eu não tenho condições de garantir isso aqui não, porque a pressão contra você aqui é muito grande.”³⁷

Onofre então pediu ao delegado que fizesse a negativa por escrito, pois ele levaria o caso ao secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro: “Mando pro secretário. Ele vai ter que resolver isso! O vereador quer fazer e vai fazer! Então mando pro secretário. E o secretário resolveu. Mandou três agentes do DOPS para acompanhar todo o trabalho lá.”³⁸

Foi assim, respaldado pelos agentes do Departamento de Organização Política e Social do governo João Goulart, que o ex-agricultor Onofre Silvério conseguiu instalar o Sindicato Rural do Carmo.³⁹

“É! Eu fiz uma campanha pra instalar esse sindicato. Eu andei algumas fazendas e bairro e tal, convidando o pessoal pra comparecer [...] que eu precisava deles, porque o sindicato era deles! E eu era operário, mas queria fazer aquilo por que a categoria minha, de início, era lavrador.”⁴⁰

Nenhum imprevisto aconteceu. O ato público transcorreu em plena normalidade. Menos de um mês depois Onofre seguiu em caravana para o Rio de Janeiro para assistir ao comício da Central do Brasil.

O relato de Carlos Castello Branco, na sua coluna de 13 de março de 1964, prevê a participação dos Comandos Nacionalistas no grande comício programado para aquele mesmo dia: “Pela primeira vez, uma cadeia de “grupos dos onze” se apresentará em público,

³⁶ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³⁷ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³⁸ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

³⁹ A SUPRA (Superintendência de Política Agrária), criada em 1962, exerceu grande influência na sindicalização rural: “a ela coube, juntamente com o Ministério do trabalho, dar apoio institucional à criação de sindicatos, seja liberando as verbas necessárias para o início de seu funcionamento – aquisição de sede e pagamento de serviços de contadores e advogados –, seja facilitando o seu reconhecimento”. O Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em março de 1963, além de tornar extensivo aos trabalhadores do campo os direitos sociais “também contemplava a formação de organizações sindicais.” GRYSZPAN, Mário. Op. cit, pp. 67-68.

⁴⁰ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

organizadamente, como uma milícia ou como um exército.”⁴¹ Além-paraibanos e carmenses estiveram entre eles. Onofre recordou a euforia demonstrada por todos os companheiros. O professor Jair Macuco, mesmo com seu temperamento contido, aparentava grande entusiasmo. Tomaram um trem na estação de Porto Novo, em Além Paraíba. Lá se juntaram a outros passageiros igualmente animados com o comparecimento ao comício. Entre eles, notadamente, Walter Portilho e Ivanir de Souza Bastos, respectivamente o delegado e o secretário do sindicato ferroviário local.

Passados 47 anos, Onofre relembra o comício do dia 13 com uma percepção evidentemente só adquirida com o decorrer dos fatos. Ele afirmou que previra o golpe de 1964 como desdobramento do episódio da Central do Brasil:

“Não foi muito surpresa não [...] porque no discurso da Central do Brasil... Eu defendi, como político que eu era na época e que sou até hoje, só que não falo mais, já tô aposentado, mas o que se pregava na época era as reformas de base. Nessas reformas de base estava muito integrada mesmo a reforma agrária, que era a menina dos olhos de todo mundo aqui.”⁴²

Seu longo depoimento, marcado pela precisão das datas, nomes e lugares, corrobora as lembranças dos outros entrevistados. Onofre foi realmente um homem que causou impacto, sustentando e disseminando ideias que eram muito mal vistas, sobretudo, pelos pecuaristas locais.

Os golpes do golpe

Da data que foi detido e levado para interrogatório na sede do município o idoso entrevistado de prodigiosa memória não se recorda. Afinal, trata-se de um marco infeliz, ponto de inflexão da sua sorte, que ele simplesmente deseja esquecer. Aconteceu “meses depois do golpe”. Era “de tardinha”, por volta de 4 horas da tarde, horário em que ele deveria assumir o seu plantão na usina hidrelétrica.

No prosseguimento do relato, Onofre, no entanto, enfatizou um detalhe: a sua chegada, nada despercebida, na cidade do Carmo, a cerca de quinze quilômetros da Ilha dos Pombos: “Cheguei ao Carmo quase que eu custei a entrar lá! Tinha um movimento muito esperado,

⁴¹ Moraes, Denis de. *As esquerdas...* op.cit, p. 18.

⁴² Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

porque todo mundo sabia: foram buscar o Onofre na *Light*! Foram buscar ele... Aquele movimento correu na cidade.”⁴³

Quando finalmente chegou à delegacia para prestar depoimento, lá já estavam o marceneiro Manoel Loureiro e o pintor Capitulino, seus companheiros de trabalho que concordaram em completar a lista do G11. Onofre relembra a sua surpresa e contrariedade, logo esboçada frente ao delegado de polícia: “Eu tô achando estranho doutor, esses dois aqui, porque esses homens não têm nada com isso. Eles não vão saber responder nada pro senhor, porque eu é que botei o nome deles, porque eles me autorizaram a colocar o nome.”⁴⁴

O delegado então concordou com a dispensa imediata de Loureiro e Capitulino, desde que ele assumisse a responsabilidade pelos dois companheiros. Assim foi feito. Os funcionários da *Light*, últimos integrantes da famigerada listagem do G11, que se alistaram sem assinar, foram liberados e retornaram para o cotidiano na tranquila Ilha dos Pombos. Para Onofre, no entanto, os problemas estavam apenas começando. Seu depoimento durou 10 horas, durante as quais ele permaneceu de pé, respondendo às perguntas do seu inquisidor, “o Dr Bandeira”, que o enquadrou no “artigo 24 da lei de Segurança Nacional”. O julgamento ocorreu somente no dia 5 de junho de 1965. Onofre, Jair Macuco e o bancário Cristóvão, aquele que havia entregado a listagem na rádio Mayrink Veiga, foram julgados no Rio de Janeiro.

Uma reportagem publicada no jornal *Última Hora*, no dia 9 de junho de 1965, confirma as lembranças do entrevistado sobre os pontos polêmicos que circundaram o julgamento efetivado pelo Conselho Permanente de Justiça da 3ª Auditoria de Guerra da 1ª Região Militar. Em primeiro lugar foi aventada pelo próprio juiz-auditor do processo, José Garcia de Freitas, a incompetência da Justiça Militar para julgar civis erroneamente enquadrados no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional. Os réus respondiam pela acusação de participarem do Grupo de Onze do Carmo. Nessa condição não tinham atentado contra a segurança externa do país, tampouco contra as instituições militares, portanto não se enquadravam na LSN. Tais argumentos do juiz-auditor foram infrutíferos, apesar do advogado de defesa, Luiz MacDowell, ter insistido no acolhimento da improcedência do julgamento por conselho militar. Em sua defesa, MacDowell sustentou que seus clientes “não cometeram qualquer crime nem agiam ocultamente, até porque “uma das atividades dos

⁴³ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁴⁴ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

Grupos de Onze era a de obter recursos para a Rádio Mayrink Veiga, numa campanha pública e ostensiva.”⁴⁵

A despeito dos esforços de MacDowell e do juiz-auditor, que juntamente com um dos quatro militares votou pela inocência dos réus, eles foram condenados, por 3 votos contra 2. O resultado do julgamento foi conhecido no dia 8 de junho, uma terça-feira.

Onofre afirmou que recebeu a notícia dos seis meses de detenção com muita tranquilidade: “Agora já deu! Não são seis meses que eu vou cumprir? É só pra falar que eles não saíram de mãos abanando.”⁴⁶ Seus companheiros, ao contrário, teriam ficado muito nervosos. O bancário Cristóvão chorou bastante e o professor Macuco, muito abalado, rezava todo o tempo.

Apesar de lembrar a sua relativa tranquilidade com o resultado do julgamento, confessou que se sentiu muito injustiçado, principalmente por constar da sentença como elemento de “alta periculosidade”, responsável por 50% da energia elétrica do Rio de Janeiro: “Eles alegaram que a qualquer momento eu podia desligar, sabotar a usina. Isso não era verdade!”⁴⁷ Neste ponto ele esclareceu melhor a questão da sua reclassificação de trabalhador braçal para operador: “Não... Eu consegui ser classificado como operador, com a ajuda do seu Yang, mas sempre trabalhei como servente na usina, porque eles nunca deixaram eu operar.”⁴⁸

Assim, em oito de junho de 1965, uma terça-feira, os três companheiros do G11 carmense foram levados, após o julgamento, para o 1º distrito policial, na Rua Marechal Floriano. O advogado que os defendeu havia conseguido com o juiz Garcia de Freitas o que, na prática, acabou sendo um atenuante da sentença: o juiz autorizou que os réus cumprissem a pena na delegacia do Carmo. No entanto, a mesma autorização teria que ser reiterada pela assinatura do delegado distrital que já não se encontrava mais presente. A espera foi longa. Durou toda a noite. Não ficaram encarcerados. Alojaram-se em compridos bancos de madeira dispostos no corredor da delegacia. A princípio, sentados, depois deitados nos desconfortáveis bancos. Junto com o cansaço, a fome, vencendo o nervosismo e a desesperança. Onofre se lembrou do pão com mortadela que o guarda “fez a gentileza” de comprar em um “bar de esquina qualquer”.

⁴⁵ *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro, 9 de junho de 1965.

⁴⁶ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁴⁷ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁴⁸ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

MacDowell encontrou seus clientes quase insones, mais pela ansiedade do que pelo desconforto. Porém novo impasse surgiu, prolongando a ansiedade de todos. Para que a viatura de polícia finalmente se deslocasse até o Carmo seria necessária uma nova e específica licença do delegado. MacDowell apresentou rapidamente uma solução. Ele se dispôs a levar seus clientes até a delegacia do Carmo em seu próprio automóvel, um espaçoso *Cadillac*. A negativa por parte dos policiais foi a princípio contundente. Não seria possível! Os três elementos deveriam ser transportados de viatura policial e acompanhados, no mínimo, por dois agentes. O advogado, no entanto, insistiu e acabou persuadindo os policiais. Assumindo ele próprio a direção, levou seus clientes, guardados por dois agentes muito bem armados.

A estada na delegacia do Carmo por seis longos meses não parece ter sido exatamente ruim para Onofre Silvério. Ele chega mesmo a descrevê-la com certo tom de nostalgia. Lembra-se de detalhes como o sabor e a fartura da comida que lhe era todos os dias enviada por Olga e Aurélio Duarte, casal amigo que dirigia o Ginásio do Carmo. Também contou que utilizou os dias ociosos na prisão para terminar rapidamente o curso, por correspondência, de radio eletrônica. Falou também sobre as visitas que eram muitas e constantes, em sua maioria de colegas agradecidos pelas muitas bolsas de estudo que havia distribuído logo nos seus primeiros meses de verekança. Foi enfático ao contar que ele e os companheiros de cela, Jair Macuco e Cristóvão, tinham muitos privilégios: “A gente ficava com a chave da cadeia! O carcereiro era o Nilo Reis, o delegado era o doutor Belizário. Quer dizer, era tudo conhecido da gente. Podia ficar sentado ali na frente. Só não podia era passear pra fora da delegacia.”⁴⁹

Recordou-se também, emocionado, que os amigos da Ilha dos Pombos mobilizaram-se para não deixar desamparada sua numerosa família. Cotizaram-se e durante os seis meses de sua prisão para que nada faltasse para a sua esposa e seus cinco filhos.

Pior que a detenção foi mesmo o que veio depois. Onofre tentou evitar futuros dissabores ainda preso. Nos primeiros dias de prisão, preocupado com sua situação no trabalho, enviou uma carta ao seu chefe imediato, o australiano *Yang*, solicitando uma licença com prazo indeterminado. A carta foi levada pelo motorista da *Light*, Aldo Pimentel Ferreira: “O meu amigo Aldo, o Pretão, ele gostava muito de mim! Ia levar as crianças da *Light* para o Ginásio do Carmo e sempre ia me ver. Em uma dessas visitas pedi pra ele entregar a carta.”⁵⁰

Sem obter nenhuma resposta, passados os primeiros 30 dias de detenção, Onofre, preocupado, reformulou o seu pedido, novamente contando com os préstimos do motorista, o seu amigo Pretão. O resultado desta segunda investida o surpreendeu e até hoje o emociona:

⁴⁹Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁵⁰Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

“Fala com o Onofre pra rasgar essa carta e jogar fora. Ele tá licenciado! Aí é que eu soube que ele tinha despachado o meu pedido de licença. Por isso que eu falo, ele era bom o seu Yang!”

Recorda-se de ter ficado tranquilo com a inesperada resposta. No entanto, cinco meses depois, quando de sua liberação, a chefia da *Light* estava em outras mãos. O novo chefe, Jair Albuquerque, era um dos vereadores eleitos também em 1963, pela legenda UDN. A novidade não agradou a Onofre. Apresentou-se ao serviço, mesmo assim confiante na licença solicitada pelo antigo superior, Yang, com quem jamais se reencontrou. No entanto, foi surpreendido. Seu novo superior na usina hidrelétrica, Jair Albuquerque, o vereador udenista, o impediu de assumir o trabalho. “Se comunicou por telefone com a Rua Larga” – localização do escritório central da Companhia, no Rio de Janeiro. O entrevistado lembrou que Albuquerque avisou a seu interlocutor: “Olha, o Onofre, aquele comunista, tá aqui na minha frente. Ele quer trabalhar, mas como é que eu vou deixar ele trabalhar aqui?”⁵¹

No dia seguinte compareceu à Rua Larga, no Rio de Janeiro, para resolver a situação. Retornou com a seguinte proposta: “O senhor não vai trabalhar mais não. Pode ficar em casa que a Companhia te paga em casa. Aqui não pode trabalhar comunista. O senhor sabe disso!”⁵²

O afastamento do trabalho foi apenas um dos muitos dissabores que sofreu. Logo ao deixar a prisão tomou conhecimento que seus filhos tinham perdido as bolsas-escolares que ele mesmo, como vereador da situação, havia conseguido com o governo do estado. Lembrou que por seu intermédio cerca de 60 estudantes da Ilha dos Pombos foram beneficiados com bolsa de estudos e que, dentre eles, apenas os seus “meninos” foram prejudicados. Esse fato passado há quase 50 anos ainda abala emocionalmente o entrevistado. Ele relatou com revolta a discriminação sofrida por seus filhos. Era o início de uma série de problemas que abalaram definitivamente a sua vida familiar.

Privado dos afazeres diários, do convívio com os companheiros, passou a receber seu ordenado em casa, todos os meses. Sentindo-se humilhado e cada vez mais inútil, decidiu enfrentar a situação:

“Aquilo foi me enchendo... Quando fez nove meses eu fui e disse: Oh Jair – nem mais dei senhoria a ele – essa criança vai nascer hoje! Já tem nove meses! A Consolidação da Lei do Trabalho diz que salário consta prestação de serviço. Considera-se serviço todo o tempo que o empregado está à disposição do empregador. Eu posso trabalhar e

⁵¹ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁵² Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

receber! Meu trabalho é aqui dentro. Eu não preciso de esmola de *Light* nem de ninguém, porque eu posso trabalhar para o sustendo da minha família.”⁵³

Tanta indignação fora motivada não apenas pelo afastamento remunerado do trabalho, mas também pelos seus desdobramentos. Onofre mencionou o total isolamento que sofrera no seu antigo ambiente de trabalho. Os velhos companheiros, temendo represálias, passaram a evitá-lo: “Falavam comigo: Onofre, eu gosto tanto de conversar com você, mas o negócio está ruim pra tu aí pra caramba!”⁵⁴

Ao procurar a chefia e externar toda a sua contrariedade, exigindo sua imediata reintegração ao trabalho, Onofre acabou obtendo o afastamento definitivo da *Light*, ou seja, sua demissão “Fui demitido sem ônus, porque eu havia praticado ato contra a Segurança Nacional.”⁵⁵

Assim, em 1966, desempregado, Onofre deixou a Ilha dos Pombos, amigos, esposa e filhos rumo à cidade do Rio de Janeiro: “Eu tive que ir embora pro Rio, trabalhar de vendedor ambulante lá uma porção de tempo. Depois arranjei um emprego na Cooperativa da *Light*, na Praça da Bandeira. Ganhava um salário mínimo e vinha de 15 em 15 dias trazer as compras.”⁵⁶

O resultado da inesperada incursão de Onofre no escritório do chefe da usina, ou seja, sua demissão após nove meses de afastamento remunerado do trabalho, deixa implícito que o superior udenista, apesar das desavenças ideológicas, teve a preocupação de preservar os ganhos salariais do chefe de família processado e preso pelo regime militar, embora o mantivesse, certamente também cumprindo determinações superiores, bem distante do maquinário assim como dos demais empregados da usina hidrelétrica.

Inconformado com o desemprego, Onofre iniciou demanda judicial contra a *Light*. Sonhava com a sua reintegração como operador da usina. Os anos, no entanto, foram lhe impondo a dura realidade. Sem o antigo trabalho, afastava-se cada vez mais da família até que veio o final do casamento.

Na década de 1970 finalmente conseguiu uma reparação indenizatória pela demissão, por motivos políticos, da empresa *Light*. Estava refazendo sua vida. Casou-se novamente. Em

⁵³ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁵⁴ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁵⁵ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁵⁶ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

1979, com a Lei de Anistia, obteve a aposentadoria: “Eu fui anistiado e o governo completou os 10 anos de contribuição que faltava para eu poder me aposentar integralmente.”⁵⁷

No entanto, outras perdas passadas não tiveram reparo. Ao final do encontro, Onofre confessou a sua tristeza por ter sido tirado do convívio com a família e com os amigos da terra natal. Admitiu a saudade, mas também sua relutância em voltar ao local de tantos dissabores. Nunca mais reviu a Ilha dos Pombos com suas casas operárias, brancas de janelas acinzentadas. Nunca mais sentiu o aroma das mangueiras e amendoeiras dos seus amplos quintais ou ouviu a força das águas represadas do Paraíba do Sul. No entanto, todas essas sensações guarda ainda na memória, como pertencentes a um tempo distante, mas feliz. Tempo em que fora homem importante, operador de usina, delegado sindical e vereador do PTB de Brizola e Jango.

O incauto signatário

Além de Onofre Silvério, outro antigo signatário dos G11 de Leonel Brizola na região que ainda vive é Manoel Loureiro. Aos 94 anos, com a saúde muito fragilizada, mora com a esposa e a filha mais nova em Além Paraíba. Fala e caminha com esforço. Ao iniciarmos a entrevista, ressaltou que está muito esquecido e confuso, mas que do passado mais remoto, da sua infância e juventude, se lembra perfeitamente. Recordou-se, por exemplo, dos tempos em que trabalhava na usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos, onde ingressou na época de sua construção, ainda no início da década de 1930. Com a usina pronta, passou a ser operador. Lembrou alguns nomes, alguns lugares e, quando perguntado, especificamente, sobre o Grupo dos Onze, respondeu: “Sei, sei, sei... Esse Grupo dos Onze, eu não queria assinar aquele negócio. Mas como tava no Grupo dos Onze, um camarada também lutador da *Light*, que... Como é que ele chama rapaz?”⁵⁸

Nesse ponto fui ao auxílio do meu idoso entrevistado: Onofre Silvério?

“Ah? Onofre. Aquilo ali, aquele Onofre é umas idéia igualzinha as idéia desse Lula! Porque ele queria ver transformação, mas como? Como, na época, eu tô pensando coisa da época, aquelas coisa de que ocorria na época... Eles achavam que era coisa do partido vermelho. Do vermelho que eles mostram aí na televisão agora: tem uma foice, assim, e um martelo. Tem e o martelo, isso aqui pra roça, porque o Brasil precisa, precisa fazer (...) Esse Grupo dos Onze foi uma... Eles vieram fazendo uma política, mas eu não entendia nada de política nesse tempo... Aí tinha que completar o

⁵⁷ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Teresópolis, dezembro de 2010.

⁵⁸ Depoimento de Manoel Loureiro à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

número. Aí esse Onofre teimou comigo, que eu assinasse e eu, que nem uma besta, desculpa o que eu estou falando, eu assinei. Mas aí quando houve aquele negócio, levaram tudo lá pro Carmo.”⁵⁹

Perguntado se o negócio a que ele se referia foi o golpe militar, assentiu. Mostrou-se irritado, porém, quando, na esperança de obter mais detalhes sobre o G11 fiz outras perguntas. Onde se reuniam? Quem mais fazia parte? Que ações planejavam e executavam?

“Não sei! Porque eu não tinha ligação com essas coisas, porque não me interessava. O Grupo dos Onze, conforme citei, eu não acompanhava aquilo, que não me interessava. Só assinei porque faltava número.”⁶⁰

O entrevistado passou da irritação à empolgação, quando estimulado a falar de Leonel Brizola: “Olha, o Brizola era o seguinte: ele achava que o Brasil teria que ser um grande Brasil (...) O Brizola era um gênio muito... Era uma coisa fora de série!É igual que você vê o Lula falando. Isso, esse Lula aí,ué...”⁶¹

Manoel Loureiro, que disse ter assinado o manifesto somente para ajudar seu companheiro Onofre a obter a quantidade mínima, alfabetizou-se já adulto. Sua origem é do campo. Seu pai derrubava madeira para a fabricação de carvão. Ligado à atividade agrícola desde menino, Loureiro alude de forma curiosa aos símbolos do comunismo, deles apropriando-se para expressar a sua ligação com a agricultura. “A foice, o martelo (...) isso aqui pra roça, porque o Brasil precisa, precisa fazer.” A foice e o martelo talvez aqui simbolizem o valor que um homem rural atribui ao cultivo da terra. Classifica o companheiro que o persuadiu a assinar a ata dos onze, Onofre Silvério, como um “rapaz muito lutador”. Mesmo assim, afirma que o fez apenas para completar a listagem. Quando diz que assinou “que nem uma besta” evidencia que hoje julga sua adesão ao grupo como impensada, imprudente.

Chico Rosa

Demonstrou igualmente grande entusiasmo ao falar sobre Leonel Brizola e, sobretudo, Getúlio Vargas, outro eletricitário aposentado que trabalhou na usina da Ilha dos Pombos, no

⁵⁹ Depoimento de Manoel Loureiro à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁰ Depoimento de Manoel Loureiro à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶¹ Depoimento de Manoel Loureiro à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

mesmo período que Manoel Loureiro e Onofre Silvério. Trata-se de Francisco Rosa. Aos 92 anos, ele aparenta usufruir de muito boa saúde. Falou de sua infância pobre como filho de um dos agregados da Fazenda Passa Três, no município do Carmo. Sua família habitava uma das inúmeras casas reservadas aos meeiros da fazenda. Ele enveredou pela exaltação de Getúlio Vargas como grande bem-feitor em auxílio dos pobres no momento em que lhe perguntei sobre o seu nível de escolaridade. Disse que nunca frequentou a escola, aprendeu o pouco que sabe com a vida, pois no seu tempo de jovem as pessoas da zona rural não tinham acesso à escola. Frisou que o benefício, a escolarização estendida ao campo, foi concedido pelo presidente Getúlio Vargas. Destacou então o início do governo Vargas como um marco positivo para as classes menos privilegiadas:

“Foi em 1930 ele foi pra lá praticamente no peito. Lá de São Borja, ainda disse assim ‘vou marra meu cavalo na porta do Catete, no Rio’. Aí, tomou o governo. Num espaço de tempo ele começou a restaurar as leis. Toda vez que ele mexia numa lei pra beneficiar o pobre eles faziam uma ameaça de tirar ele, mas ele não tinha medo desse negócio. Ele foi um governo que fez e não tinha medo mesmo. Abriu a porta, deu força ao sindicato. O sindicato cresceu, veio o salário mínimo. Aí quase que eles tiraram ele. Quiseram e tiraram. Conseguiram, mas ele decretou o salário mínimo. Aí, depois de tudo, depois de um tempo, ele começou a abrir escola, não existia. Essa escola rural não tinha. Ele é que abriu!”⁶²

Chico Rosa, como é identificado o ex-eletricitário na cidade de Além Paraíba, onde hoje reside, classificou Getúlio como “o pai dos pobres” estendendo-se por outras entusiasmadas referências à figura mitificada de Vargas, associando-o a “símbolos de purificação,”⁶³ a imagens do redentor que livra a população brasileira das trevas do analfabetismo, da opressão da classe trabalhadora. Para ele, o fortalecimento do sindicato dos eletricitários foi uma das muitas benevolências do presidente gaúcho para com as classes trabalhadoras em geral. A partir deste ponto – fortalecimento dos sindicatos – encaminhei a entrevista para a década de 1960, recorte temporal da minha pesquisa. Ficou então evidenciada certa aversão por parte do entrevistado ao tema Grupos de Onze. Consegui me aproximar da questão perguntando sobre os políticos daquela época que mais admirava: “De todos os que eu gostei eram aqueles que faziam parte do grupo de Getúlio Vargas. Eu vou dizer: João Goulart é um deles, Brizola era outro deles.”⁶⁴

⁶² Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶³ GIRADERT, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Rio de Janeiro; Companhia das Letras, 1987, p. 17.

⁶⁴ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Perguntado diretamente sobre a repercussão local sobre os apelos feitos por Leonel Brizola para a formação dos Comandos Nacionalistas, Chico Rosa negou que tenha integrado a organização revolucionária, porém admitiu que fora insistentemente convidado a integrar a listagem dos G11 pelo companheiro Onofre Silvério: “Eu falei com ele: Onofre eu não faço parte de grupo nenhum, eu faço parte do meu grupo! O que a minha cabeça der eu faço. Eu não ando na cabeça de ninguém.”⁶⁵

Mais adiante, como eu insisti em saber sobre os locais de reunião do G11, as ações que teriam levado a cabo na região, o eletricitário aposentado, reiterando seu desconhecimento sobre esses detalhes, afirmou evidentemente contrariado: “Olha, você quer saber de uma coisa? Eu não sei, sabe por quê? Por que quando me interessa uma coisa eu me enfronho dentro daquilo, mas quando não interessa eu deixo pra lá...”⁶⁶

No entanto, passada a irritação, Chico Rosa falou, espontaneamente, sobre sua opinião a respeito dos Grupos de Onze, principalmente no que se referia ao tópico reforma agrária, constante da própria ata de formação dos Comandos Nacionalistas como uma de suas principais demandas:

“O Onofre era o seguinte: ele era um bobo, sabe como é que é? Essa gente que faz isso é um bobo, porque o sujeito tem que ter suas paixão, mas não pode fazer uma palhaçada dessa, porque aquilo ali, pelo o que eu via, havia interesse próprio. Eles achavam que aquele negócio de lei, de reforma agrária, o negócio era ali, aí é que eu achava errado, a reforma agrária, que eles tava entendendo que era e não era aquilo... Tomar terra dos outros? Isso não existe! É que eu já via aí... Grupo da Leopoldina marcando cada um o seu pedaço, entendeu? Ninguém manda acho que tomar terra de ninguém.”⁶⁷

Chico Rosa, apontado pela maioria dos entrevistados como outro membro do Grupo dos Onze, negou categoricamente sua participação, chegando a recriminar com veemência as ações dos Comandos Nacionalistas, principalmente no que dizia respeito à reforma agrária. Porém, o senhor aposentado revela, por meio de sua memória, que já não fala pelo Chico Rosa do passado, eletricitário, eleitor fidelíssimo do PTB, entusiasta de Brizola. Distanciou-se dele no decorrer de muitos anos que trouxeram outras vivências e outras formas de enxergar, retrospectivamente, os acontecimentos dos anos 1960.

⁶⁵ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁶ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁷ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Por outro lado, seu depoimento nos revela as variações da cultura política⁶⁸ presentes entre os trabalhadores brasileiros, sobretudo o trabalhador interiorano, há 50 anos. Chico Rosa expressou esquemas de classificação e juízos para justificar as “próprias divisões do mundo social,”⁶⁹ sobretudo no que diz respeito às permanências do universo agrário, em relação ao qual nutre um forte sentimento de identidade. Ao mesmo tempo, o eletricitário aposentado, filho de um dos meeiros da Fazenda Passa Três, partilha dos mesmos símbolos e lembranças, de todo um sistema de referência que o inclui na família política mantida em torno da figura mitificada do presidente Getúlio Vargas, a quem interpreta como o grande e exclusivo benfeitor da classe trabalhadora brasileira, que teria amenizado “o sofrimento do pobre” com os direitos trabalhistas, a extensão do ensino ao campo e com a criação e o fortalecimento dos sindicatos.

Arroz de abril

O pecuarista aposentado Darcy José Lopes revela, aos 84 anos, prodigiosa memória. Narrou sua precoce entrada no mundo do trabalho, ainda criança. Foi atendente do bar de uma estação ferroviária, depois caixeiro de armazém. Aos 18 anos recebeu inesperada proposta de sociedade feita pelo seu segundo e último patrão que, idoso e enfermo, negava-se a deixá-lo partir em busca de melhores oportunidades. A oferta de sociedade, estratégia do dono do armazém para manter o empregado “dedicado e honesto”, permitiu-lhe melhorar de vida. No início da década de 1960 ele era proprietário de um pequeno armazém na Vila Laroca, em Além Paraíba. Sobre esse período ele deu o seguinte testemunho:

“Finalzinho de 59, 60, 61 (...) já tinha começado o movimento esquerdista do país(...) e eu cansei de ver, com tristeza, decepcionado, o pessoal da Leopoldina – eu me estabeleci no local, em frente a uma ruazinha que eu não me lembro agora o nome, mas que dava acesso a oficina da Leopoldina – e o pessoal começava a trabalhar. O expediente começava às 7 horas da manhã. Então eu cansei de ver... 20 minutos, 15 minutos antes das 7 o pessoal passava para o trabalho, mas ia às vezes levando um

⁶⁸ Utilizo aqui o conceito de cultura política da forma como foi descrita por Serge Berstein. Segundo o autor, o fato novo no manuseio do conceito é que ele pode ser aplicado àqueles que revelam opiniões políticas sustentadas por uma cultura difusa e que “se exprime por um sistema de referências em que se reconhecem todos os membros de uma mesma família política”, por meio de lembranças históricas comuns e heróis consagrados. BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: REMOND, René. *Por uma História Política*, Rio de Janeiro. FGV, 2003, p. 88.

⁶⁹ CHARTIER, Roger. “A nova história cultural existe?” In : LOPES Herculano, VELLOSO Monica e PESAVENTO Sandra (Orgs). *Histórias e Linguagens: texto, imagem oralidade e representações*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006, p. 39.

lanche, um embornal, uma coisa assim. E aí, 7 e 10 ... 7 e 15, eles voltavam com o embornal cheio de pedra, pedra marroada. Para quem não sabe, pedra marroada é pedra pesando aí em média 150, 200 gramas cada uma . E iam para a estação ferroviária, para depreder o trem. Naquela época ainda havia trem de passageiro. Eu cansei de ver isso! Eu e centenas de pessoas que moravam nas proximidades ali da Leopoldina.”⁷⁰

Seguiu narrando que em 1962 partiu para um recomeço de vida, trocando o comércio pelo trabalho rural, ramo com que sempre se identificou em função de sua origem. Viveu a infância em uma das fazendas da região, onde seu pai cultivava a terra em sistema de parceria com o fazendeiro: “Eu tive uma infância bastante difícil. Os meus pais foram muito pobres. Meu pai foi por vários anos colono, meeiro de varias fazendas aqui da região, mais precisamente do município do Carmo.”⁷¹

Arrendou então um sítio em Porto Velho do Cunha, distrito do Carmo, onde passou a morar com esposa e quatro filhos. Porto Velho na ocasião era um pequeno arraial, às margens do Paraíba do Sul, cercado de sítios e fazendas e localizado a apenas quatro quilômetros da usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos, onde por sua vez trabalhavam e moravam Onofre Silvério, Loureiro e Francisco Rosa. Acompanhava as notícias sobre o que ele classificou de “desordem que tomava conta do país” pelas emissoras de rádio, à noitinha, quando voltava do trabalho. Contou que em fins de 1963 e princípio de 1964 os efeitos do acirramento da polarização ideológica começaram a ser sentidos pelos moradores do lugar: “Então a coisa se agravou de tal maneira nos meses que antecederam o 31 de março...Porque foi criado por inspiração do Brizola o movimento do chamado Grupo de Onze .”⁷²

Na memória de Darcy Lopes, Brizola surge como grande líder, embora claramente criticado. Ele o situa no patamar dos grandes protagonistas políticos da época, rivalizando, especialmente, com Carlos Lacerda.

Em 1964 sua família estava prestes a aumentar com o nascimento do quinto filho e as dificuldades eram muitas. Foi quando, inesperadamente, teve a oportunidade de arrendar uma segunda propriedade:

“Em 64, poucos dias antes do dia 31 de março, eu já contei essa historia, eu não me lembro bem se foi no dia 25... foi por aí... 24, 25 de março, eu estava em casa, uma tarde, cansado do trabalho. Em março, pra você ter uma idéia, é a época que eu estava com os arrozais todos plantados (...) O arroz ele tem várias fases. Nós plantávamos um

⁷⁰ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷¹ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷² Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

arroz que se chama arroz de abril. Por que abril? Porque exatamente em abril é a época que ele começava a amadurecer, por isso o nome de arroz de abril.”⁷³

Em outros vários momentos o agricultor descreveu imagens, ora destacando a importância da labuta campal e do valor do compromisso, da palavra dada entre os do seu meio; ora frisando a intranquilidade vivida naqueles dias de embate ideológico, lançando aos operários locais, mais principalmente aos ferroviários de Além Paraíba e aos eletricitários da Ilha dos Pombos, qualificativos que justamente os desabonam como trabalhadores: a saída precoce do trabalho, a desordem. A memória do entrevistado nos revela, desta forma, as práticas e representações no “esforço do reconhecimento de uma identidade social”, no sentido descrito por Roger Chartier.⁷⁴

Após descrever minuciosamente os trabalhos em torno da cultura do arroz, ele retomou sua narrativa. O sitiante vizinho mandou chamá-lo, oferecendo-lhe o gado que mantinha em sua propriedade, pois estava desistindo do negócio, receoso em ter que enfrentar invasores de terras integrantes do Comando Nacionalista de Brizola:

“Eu tava cuidando da minha vida, trabalhando, quando, nessa tarde, o Zin Cunha mandou me chamar. Eu cheguei lá ele tava apavorado! Por que apavorado? Porque o Loureiro, o Onofre, eram os membros do Grupo de Onze lá no Porto Velho. O líder daquilo lá era o Onofre. Eu via é claro que eu acredito que havia certo exagero. Mas o fato é que o Zin Cunha disse: Olha, tão aí falando em invadir as terras. Tão falando até que vão tomar as minhas terras. Eu sou um homem velho, aleijado – porque ele tinha um problema, uma deficiência numa perna e ele devia estar naquele época com seus 80 anos – eu mandei te chamar aqui para te vender o meu gado.”⁷⁵

A tal proposta Darcy Lopes respondeu negativamente, pois não dispunha de pasto suficiente para manter o novo rebanho, tampouco tinha dinheiro para adquiri-lo. No entanto, temeroso com as ameaças de invasão de terra, seu vizinho pecuarista viabilizou a negociação, concedendo-lhe amplo prazo para o pagamento dos bovinos e também lhe oferecendo o arrendamento de sua propriedade, o Sítio São José, em excelentes condições.

Admitiu que foi de certa forma beneficiado pelas inquietações do idoso sitiante, embora tenha ressaltado que, na época, sem ter como prever o rumo dos acontecimentos, chegou mesmo a se arrepender de ter feito o negócio, mas não o fez em respeito ao valor da palavra empenhada. “Existe aqui no meio, nos homens do campo, o costume de honrar o seu

⁷³ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷⁴ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre : UFRGS, 2002, p. 73

⁷⁵ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

compromisso. O meu compromisso com ele era verbal até então porque eu só dei documento ele no dia 1º de abril.”⁷⁶

A importância dada ao trabalho e ao esforço em superar as dificuldades permaneceu em seu depoimento. Não frequentou a escola. Sua educação formal se restringiu à alfabetização, por uma tia muito próxima. Ainda assim, utilizou com muita precisão e diversidade as referências cronológicas, tanto privadas quanto públicas. Demonstrou ter superado a falta de escolaridade com experiências de vida bastante fecundas. Parece ainda enquadrar-se perfeitamente no perfil do narrador descrito por Antonio Torres Montenegro: “a habilidade em descrever os detalhes de forma a recuperar o lado imaginário do que era vivenciado individual e coletivamente em relação ao acontecimento narrado.”⁷⁷

Foi com esse diferencial que me concedeu um longo depoimento. No trecho a seguir, ele falou especificamente sobre as incertezas geradas no meio rural pelas demandas reformistas de 1964, especificamente a questão da reforma agrária.

“Houve uma reação dos proprietários. Começaram a se preocupar, porque os Grupos de Onze ameaçavam a tomar as propriedades. Tomar no grito! No dia que eu acertei o arrendamento da segunda propriedade, o meu senhorio falou: Darcy, eu sou um homem velho, além de velho eu sou doente. Olha, o meu medo é o seguinte, eu não tenho como reagir. Se eles vierem aqui tomar a minha terra, vão fazer o que quiser. E você não; você é jovem.”⁷⁸

A atmosfera de instabilidade afetando justamente o rumo contínuo do trabalho rural, tão valorizado em sua narrativa, surgiu como justificativa antecipada para uma hipotética necessidade de resistência. O apelo ao possível uso da força física contra as incursões do Grupo dos Onze – que ele não menciona claramente nesse trecho, mas alude nas entrelinhas – é também justificado pela fragilidade física do seu senhorio: um homem “velho e doente”. Ele, como moço e forte, tinha de desempenhar a missão.

Seguiu falando sobre a sensação de insegurança vivida pelos produtores rurais na década de 1960, o que acabou levando-os a um esforço de união. Muitas reuniões foram realizadas entre fins de 1963 até março de 1964. A caminho de um desses encontros, realizado na Cooperativa de Leite de Além Paraíba, um grupo de fazendeiros de várias localidades foram, conforme o entrevistado, provocados e ameaçados. Contou que foi surpreendido, assim

⁷⁶ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷⁷ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória*. A cultura popular revisitada. São Paulo: Contexto, 2010, p. 152.

⁷⁸ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

como vários outros que chegavam à cidade, cruzando a “ponte velha” sobre o Rio Paraíba, pela presença de um numeroso grupo de ferroviários.

“Quando chegamos na cabeceira da ponte, aí fiquei assustado. Do lado esquerdo (naquele tempo era o Banco Ribeiro Junqueira, ali, naquele exato local) eu não tive o trabalho de contar, mas tinha pelo menos uns 30 ou 40 ferroviários. Nós atravessamos a ponte. É claro que não éramos só aquele grupo: uns de carro, outros a pé, a fazendeirada toda, de Angustura, Aventureiro, Aterrado, Carmo... Um alvoroço danado. Foi aí que aconteceu o episódio. Quem liderou o negócio está aí até hoje, ele chama Tonzinho, ou Toninho... Era ferroviário. Eles imitavam a metralhadora e gritavam *paredón, paredón*,⁷⁹ querendo dizer que era pra botar a gente no paredão. Aí alguém ainda falou que nós devíamos botar aqueles comunistas pra correr, mas não reagimos. Passamos firmes, mas quietos, e fomos para a cooperativa. Devia ter lá pelo menos 300 pessoas. Eu lembro que o Dr. Jair Albuquerque fez discurso, o Dr. Romeu Cortes fez outro, o Dr. Braz Povoleri também discursou muito bem, foi muito aplaudido. Nós não, porque fazendeiro não sabe falar, fica só ouvindo. Isso aconteceu (não me lembro o dia) mas poucos dias antes do 31 de março. Talvez 10, 15 dias, no máximo.”⁸⁰

O entrevistado utilizou muito a primeira pessoa do singular, denotando muita segurança em seus relatos. Mas também recorreu a “nós” para se inserir, tanto no aspecto ideológico como no aspecto produtivo no grupo dos ruralistas. Esse grupo, no entanto, não era homogêneo, pois ele aludiu a graduações: havia os que vinham de famílias tradicionais, os que eram doutores, além de proprietários e, portanto sabiam discursar. O tema trabalho e superação, recorrente em seu relato, surgiu como o seu mais importante vínculo à classe ruralista. Até porque, naqueles tempos, ele era ainda “um simples arrendatário.”

Mais de uma vez o idoso pecuarista mostrou o seu fascínio pelos que falam bem. Por várias vezes reverenciou a oratória de Carlos Lacerda, do brigadeiro Eduardo Gomes e até de Leonel Brizola, para ele o grande incentivador do movimento esquerdista que tanto repudiava. No trecho acima, fez comentários que se encaixam perfeitamente nas considerações feitas por Pierre Bourdieu acerca do capital simbólico necessário para a autorização do falante, “o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo.”⁸¹ Os fazendeiros, arrendatários ou não, que estavam presentes à reunião na cooperativa, “só ouviram”, pois autorizados ali a discursar eram os homens que, além de fazendeiros, eram também doutores.

⁷⁹ Rodrigo Patto Sá Motta, ao descrever as representações que marcaram o “segundo surto” do anticomunismo no Brasil, ou seja, no período em questão, menciona o *paredón*, ou seja, a prática de fuzilar os opositores, em uma alusão à Cuba. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho"*. Op. cit., p. 306.

⁸⁰ Depoimento de Darcy José Lopes à autora. Além Paraíba, 2007

⁸¹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. O que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 87.

Os G11: agigantadas proporções?

Os trechos das entrevistas acima reproduzidos mostram que as lembranças do apelo de Leonel Brizola impactando os ouvintes da rádio Mayrink Veiga ainda hoje são muito vivas: alguns se entusiasmaram; outros se alarmaram; outros tantos apenas cooperaram atraídos pelo carisma e pelo prestígio do político gaúcho. Muitos se negaram a aderir à causa, embora mantivessem uma posição em aberto. Simpatizantes confessos de Brizola que esperavam, talvez, a evolução dos fatos. Alguns tentaram formas de assegurar seus bens patrimoniais, receosos da vitória das esquerdas

No entanto, o ritmo acelerado em que se avolumavam as notícias sobre os Comandos Nacionalistas por todo o país agigantou as reais potencialidades das organizações. No outro extremo, as reações também ocorreram, sobretudo nas páginas da imprensa que exageravam sobre as ações dos Grupos dos Onze, avaliando que se tratava de organizações que adotaram a “guerra revolucionária.”

O grau de convicção dos integrantes do G11 foi, no entanto, muito variável. Reconstituir a lista das pessoas que assinaram o manifesto dos Comandos Nacionalistas nas localidades consideradas – Carmo e Além Paraíba – é tarefa impossível, se considerarmos o depoimento do ex-sindicalista anistiado Ivanir de Souza: “aquilo parecia uma moléstia. Ia só se espalhando.”⁸² De qualquer forma, não é este o meu objetivo. Pretendo antes demonstrar a fragilidade dos Comandos Nacionalistas.

Posso nomear com segurança, além de Manoel Loureiro, a quem entrevistei, somente aqueles que foram indiciados e presos pelo específico motivo de terem integrado o G11 do Carmo: Jair Macuco e o bancário Cristóvão de Castro, ambos já falecidos e o eletricitário aposentado Onofre Silvério. Onofre por sua vez confirmou a participação de outro funcionário da *Light*, o Capitulino, que na década de 1940 chegou à Ilha dos Pombos integrando um efetivo policial. O então soldado teria solicitado baixa para radicar-se no município, pois se apaixonara pela filha de um dos funcionários da usina hidrelétrica. Casou-se e conseguiu ser admitido como pintor.

Chico Rosa lembrou ainda outro integrante dos Onze, já falecido, cujo nome o entrevistado se empenhou em preservar por ter um relacionamento muito próximo com seus familiares. Era conhecido pelo hábito de desregrada boemia, porém muito estimado por suas

⁸² Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

aptidões poéticas. Resta-me conjecturar sobre qual seria o grau de participação no G11 do anônimo boêmio e do ex-soldado Capitulino, que se tornou eletricitário por amor a certa moradora da Ilha dos Pombos.

Entre os antigos moradores do município do Carmo o assunto desperta ainda muita polêmica. Marcou profundamente a memória dos personagens reunidos neste capítulo, seja como representação de ameaça da quebra da normalidade, como nas lembranças de Darcy Lopes e Chico Rosa; seja como causa do infortúnio, como no relato de Sueli Macuco sobre a prisão de seu pai ou como motivo do recrudescimento da reação direitista, conforme o ponto de vista que acaba sendo externado por Onofre Silvério.

Outra conclusão que a análise dos depoimentos aqui reunidos pode comportar é que o G11 criado pelo professor Jair Macuco contou com adesões baseadas em relações de amizade e confiança e também pela imensa receptividade alcançada pelos discursos de Leonel Brizola, dotado, na época, de um imenso capital pessoal, tal qual descrito por Pierre Bourdieu.⁸³

Sueli Macuco se recorda do pai postado ao lado do aparelho de rádio durante horas a fio, ouvindo os inflamados discursos de Leonel Brizola contra a morosidade das esperadas reformas de base, propondo como solução a criação dos Grupos de Onze. O historiador permite-se imaginar a fala do então prestigiado deputado, com sua peculiar cadência sulista sempre povoada por cortante ironia, por imagens fortes e desafiadoras a entusiasmar o professor de História, que, além de pacato, era tido como um homem inteligente, dado à leitura, às artes e confessadamente identificado com o projeto de reforma social que as esquerdas brasileiras tentavam implantar.

O manifesto de Brizola conquistou, portanto, muitos adeptos que até hoje recordam com entusiasmo o carisma do político gaúcho, protagonista da campanha da Legalidade em 1961 e participante destacado em tantos outros episódios, como o Comício do dia 13 de março, na central do Brasil.

Alcançou, com igual intensidade, resultados opostos entre a parcela da sociedade que não compactuava com seu discurso revolucionário, ou por assumida posição conservadora ou por temor ao desconhecido, por insegurança quanto aos resultados das reivindicadas mudanças, por muitos percebidas como ameaçadoras e imprevisíveis. Até porque, grande parte desse último grupo – que temia o desconhecido – era também influenciada, não no

⁸³ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Op. cit.

sentido impositivo,⁸⁴ pela simbologia que se contrapunha às representações das esquerdas. Ao conjunto de símbolos que marcavam o discurso de Brizola – como a antítese povo/antipovo, e a proximidade do desfecho⁸⁵ – contrapunham-se as imagens que por sua vez alardeavam o perigo comunista propagandeado pelas alas conservadoras.⁸⁶

Ou seja, significativa parcela das populações em questão apropriava-se⁸⁷ do discurso daqueles que em formas e graus diferentes defendiam a permanência da ordem social, do respeito às instituições, por meio de significativas representações, cujos símbolos apoiavam-se na valorização da ordem, do trabalho e do apelo à religiosidade do povo brasileiro.⁸⁸

Assim, quando Darcy Lopes recorda a sua condição de agricultor e pecuarista arrendatário no primeiro quartel dos anos 1960, frisa inúmeras vezes as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador campal que dependia da ordem social quase como dependente estava da normalidade das estações para suas colheitas. O idoso pecuarista aposentado opôs os valores do homem do campo às ações dos operários urbanos: “greves e desordem.”

Agravou-se desta forma a luta de representações entre os dois extremos ideológicos. No entanto, entre eles havia, naturalmente, matizes diversos, cujas colorações estavam ligadas ao personalismo político representado, sobretudo, por Leonel Brizola e a apropriação feita pelo carismático político gaúcho da figura mitificada de Getúlio Vargas e o seu incontestável legado político.⁸⁹

⁸⁴ Considero aqui, para analisar as possíveis opiniões públicas da época o que diz Becker: “(...) a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto. BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública.” In REMÓND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003, p. 188.

⁸⁵ FERREIRA, Jorge. “Leonel Brizola...op. cit, p 552.

⁸⁶ Rodrigo Patto Sá Motta argumenta que o temor expressado pelos líderes do golpe eram efetivos e não mera fachada para justificar suas ações. Contudo, o autor reconhece que no período foi mantida a tradição de divulgar uma imagem deformada dos revolucionários e que a manipulação maior esteve por conta da extensão da ameaça comunista, que os golpistas não tinham como precisar e mesmo assim a utilizaram de forma propositalmente exagerada. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda ...op. cit.*

⁸⁷ Baseio-me no conceito de apropriação concebido por Roger Chartier que refuta a passividade do receptor, atribuindo-lhe a capacidade de variação, de desvio, de reinterpretção. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia... op. cit., p. 53.*

⁸⁸ Segundo Patto Sá, a imagem dos comunistas como agnósticos não teria sido tão abordada na “segunda onda” da campanha anticomunista, quando o apelo direto à religiosidade do brasileiro foi substituído pela valorização dos ideais liberais em contraposição ao comunismo, isso por conta de uma diminuição do prestígio da Igreja Católica no Brasil com relação à década de 1930, ou seja, durante a *primeira onda* do movimento. No entanto, os depoimentos aqui reunidos revelam a grande importância reservada, pelo menos localmente, à questão religiosa. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda...op. cit., p. 307.*

⁸⁹ Castro Gomes fala sobre a dispersão do carisma de Vargas após a sua morte. De 1954 a 1964 houve o segundo tempo do trabalhismo, disputado por muitas figuras, entre elas, Brizola. GOMES, Ângela de Castro. “Partido Trabalhista Brasileiro... op. cit., p. 75

As adesões ao modelo de organizações revolucionárias fomentadas por Brizola se multiplicaram. No entanto, tal como sombras, a potencialidade real das organizações projetava-se com um volume assustador frente aqueles que assistiam estarecidos à repercussão do apelo brizolista. Por outro lado, os Grupos de Onze não eram apenas integrados por resolutos militantes, como Jair Macuco e Onofre Silvério, que foram, respectivamente, o comandante e o subcomandante do grupo carmense. Foram também aumentados por signatários apenas cooperativos, como Manoel Loureiro, que disse ter, “feito uma besta”, assinado o manifesto, sugerindo imprudência ou mesmo ingenuidade na adesão aos Onze. Ou seja, os agrupamentos inspirados por Brizola não eram o que pareciam ser, mas tal fragilidade era ignorada pelos seus opositores e não percebida por seus adeptos. Tornaram-se assim muito fortes, muito importantes no processo de radicalização política.

O temor gerado pela iminência da reforma agrária atropelando as vias constitucionais pode ser evidenciado pelo curioso projeto de lei apresentado na Câmara Municipal de Além Paraíba pouco antes do golpe civil-militar de 1964. No dia 11 de março daquele ano, um vereador além-paraibano propôs que todo o perímetro rural do município fosse transformado em zona urbana. A proposta foi aprovada em “regime de urgência urgentíssima”, sendo apenas rejeitada por dois vereadores, ambos líderes sindicais e prováveis integrantes dos inúmeros Grupos de Onze que, segundo o ex-ferroviário Ivanir de Souza Bastos, disseminaram-se como “moléstia” no município mineiro:

“Eu fundava um G11 aqui hoje. Aí eu chamava você: “Ah, já tem onze? Entra pra cá pro grupo”. Aí você ia passar, apanhava a idéia e levava lá pra outro bairro. Você arrumava onze amigos e arrumava um Grupo dos Onze ali. Aquele você já mandava. Já pedia outro pra formar um Grupo dos Onze ali. Era igual uma moléstia. Aquilo ia crescendo, crescendo, crescendo...”⁹⁰

⁹⁰ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Capítulo III – Sindicato do “pau puro”: os trabalhadores da Leopoldina

A sinfonia dos tamancos

"Plac, plac, plac, plac, plac /O meu leiteiro Já tem dinheiro no banco./
Ele inventou a sinfonia dos tamancos./ De madrugada ele acorda a
freguesia /com os tamancos tocando a sinfonia /É Vasco até morrer/
Só bebe alvaralhão /E ainda é sócio de um varejo de carvão".

A marchinha, grande sucesso do carnaval de 1944 na voz de Gilberto Alves, foi mencionada por Ivanir de Souza Bastos para descrever a intensa movimentação operária da Vila Laroça logo nas primeiras horas matinais. O alarde maior ficava por conta da “sinfonia dos tamancos” arrastados pelos trabalhadores. Nerinho reside até hoje no mencionado bairro além-paraibano, a poucos metros das antigas oficinas gerais da ferrovia. Na Vila, como é sucintamente chamado o logradouro – da janela da sua casa – ele aponta para os destroços que pertenceram às oficinas gerais e descreve a sua extinta movimentação, como se novamente a estivesse vivenciando: “Então a gente sente uma saudade medonha disso. Hoje está tudo entregue às traças.”¹

Aos 78 anos, o senhor muito claro, de baixa estatura e vivazes olhos azuis, reconstitui a glória do passado sindical que ele não só testemunhou, mas ativamente participou, com uma narrativa farta, composta num ritmo frenético, por palavras quase sobrepostas. Ele entrou para a antiga Estrada de Ferro Leopoldina ainda em 1954, como caldeireiro de ferro. Logo depois passou a integrar o conselho diretor do sindicato dos ferroviários local. O golpe de 1964 interrompeu sua trajetória. A ditadura o prendeu, o torturou e cassou seus direitos políticos, mas principalmente o desempregou, juntamente com mais 93 companheiros. Ele comentou a demissão em massa: “Lugar que teve mais gente mandada embora de uma só vez foi Além Paraíba. Fomos atingidos no Ato nº 1 da revolução. Quer dizer, carta marcada. Tinha que mandar prender e torturar.”²

Para sustentar a família recém-constituída pelo casamento que lhe deu três filhos, passou então a vender verdura nas ruas. Mais tarde conseguiu ser fiscal de ônibus e, em sua

¹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, 2010.

² Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, 2010.

última atividade, inspetor escolar. Foi anistiado e recebeu indenização simbólica de 30 mil reais do governo Itamar Franco.

Essa reviravolta, no entanto, não conseguiu eclipsar os “bons tempos do sindicato do pau puro”, que hoje ele reconstitui, com saudade e orgulho, ao lembrar, sobretudo, a “força da classe”, por meio de velhas histórias. O seu longo depoimento, repleto de ricas imagens, recupera a agora autorizada valorização da força sindical. Nerinho não é mais o jovem de vinte e poucos anos criticado por alguns pela sua atuante participação nos movimentos grevistas e sim o mais entusiasmado porta-voz de um passado que agora pode ser recordado como glorioso.

Quando ele lembra a sinfonia dos tamancos da Vila Laroca, ou seja, a grande movimentação dos trabalhadores ainda nas primeiras horas matinais, logo a associa ao prenúncio das transformações econômicas vividas, pelos ferroviários, no contexto político nacional dos anos 1950/60³ e ainda à potencialidade da força social da classe, uma constante no depoimento desse entrevistado:

“Ferroviário começou a comprar mais, melhores coisas. O ferroviário ficou antipatizado na cidade porque ganhava mais. Então começou a comprar televisão, geladeira, a melhorar a casa, ferroviário começou a comprar um frango a mais no varal de galinha. Era pé inchado, trabalhava de tamanco; começou a trabalhar de botina.”⁴

Essa descrita transformação de simples detalhes do cotidiano operário: botinas substituindo os tamancos feitos no próprio local de trabalho, surgiu na lembrança de Nerinho como um dos motivos que levaram a opinião pública local a se insurgir contra a classe ferroviária, rivalidade que, conforme o entrevistado, perdurou mesmo tendo o golpe civil militar de 1964 encerrado os constantes embates entre os interesses do sindicato e o parecer

³ René Dreiffus afirma que a conjuntura econômica do período contribuiu para que o IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - alcançasse a sua maior conquista: a mobilização da classe média como uma *massa de manobra*. O autor apresenta trechos de um relatório do IPES: A classe média estaria sofrendo a deterioração generalizada do valor de sua renda e um constante declínio do seu *status* social. A comprovação desse argumento estaria na comparação “da renda dos funcionários públicos, civis e militares, administradores e empregados do comércio com as rendas dos trabalhadores da Marinha Mercante, Portos e Rede Ferroviária, considerados segmentos privilegiados das classes trabalhadoras, assim como agitadores.” DREIFUSS, René A. 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 291. Por sua vez, Carlos Fico expõe a crítica de Daniel Aarão ao trabalho de Dreiffuss, cuja maior fragilidade estaria na “superestimação da capacidade que aquelas associações teriam de conduzir o processo histórico” e na suposição que a classe média fosse passiva receptora das mensagens ideológicas do Ipes/Ibad. FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro, Record, 2004, p. 37.

⁴ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, 2010.

majoritário da população além-paraibana sobre as ações grevistas. Orgulha-se de sua condição de sindicalista atuante, lembrando com grande vivacidade os bons tempos da luta operária.

Seu depoimento foi marcado pela reverência à força sindical classificada de “fora do comum”: “Todo mundo temia os ferroviários. Nós tínhamos um pacto de unidade e ação que se chamava PUA⁵. Eram os marítimos, ferroviários e portuários. Quando um parava os outros ficavam de sobreaviso. Qualquer coisa parava também.”⁶

Ao mesmo tempo em que evocou a magnitude da força sindical dos ferroviários nos anos 1960, ele negou o caráter arbitrário das paralisações. Adianta-se a desmentir os que até hoje censuram as greves, lembrando que os passageiros, sem transporte, “ficavam passando fome, perdidos nas ruas”. Espontaneamente, ele então toca na polêmica até hoje existente e defende, mais uma vez, a “categoria”: “Eles metiam o malho, as pessoas que eram contra metiam o malho, que deixavam passageiros passando fome... Era tudo mentira! A gente dava um jeito deles irem embora.”⁷

A solução encontrada pelos ferroviários para minimizar a situação das pessoas que tinham suas viagens interrompidas pelas greves era, segundo Nerinho, o fretamento de veículos que os levasse até Petrópolis, de onde seria mais fácil chegarem a seus destinos: “a gente arrumava pra eles irem até a estação de Petrópolis e eles iam pra lá.”

Seguiu reproduzindo a oposição encontrada pelos grevistas: “O sujeito falava com a gente assim, “mas isso é covardia!”⁸ A justificativa, no entanto, estava pronta para ser dada: “Pra fazer um omelete não tem que quebrar o ovo? Então, pra gente poder ter o resultado na greve era parando o trem que a gente tinha que fazer.”⁹ Continua o assunto, lembrando em seguida que não havia só o trem de passageiro: “tinha o cargueiro, tinha o trem de gado, tinha trem de ave, tinha tudo que passava. Parava tudo!”¹⁰ Ele silenciou sobre o destino de tamanha diversidade de carregamento, inclusive cargas vivas, que facilmente poderiam perecer sem alimentação, sem água, muito tempo confinadas nos vagões.

Ainda sobre as paralisações, um ponto que mereceu grande destaque em seu relato foi a atuação de Walter Portilho, delegado sindical e grande amigo por quem Nerinho demonstra

⁵ Moniz Bandeira afirma que o episódio da luta pela posse de Goulart fez com que o proletariado amadurecesse “politicamente como classe”. Menciona então a formação do CGT (Comando Nacional dos Trabalhadores) e o PUA (Pacto de Unidade e Ação), “a fim de coordenar e unificar o movimento operário, não somente para defender reivindicações econômicas, como também para influir nas decisões do poder público. BANDEIRA, Moniz.. Op cit.

⁶ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁸ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

¹⁰ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

verdadeira veneração. Para ele, a liderança do “companheiro” durante as greves beiravam ao heroísmo. Heroísmo que por algumas vezes pôde compartilhar:

“Ele tinha muita coragem! Um dia nós demos a mão um ao outro no meio da linha do trem, na estação de Porto Novo, e o maquinista falou que tocava o trem para furar a greve. Nós ficamos nós dois em pé no meio da linha e o maquinista não teve coragem de sair com o trem, senão matava a gente e ia ser criminoso.”¹¹

Se os atos de heroísmo e coragem do falecido amigo são destacados, outros episódios são esquecidos, como o fato – mencionado por vários outros entrevistados, deliberadamente – de que às vésperas do golpe um extenso terreno baldio, contíguo à estação ferroviária de Porto Novo, tinha sido demarcado e tais divisões identificadas com placas de madeira contendo a matrícula de vários funcionários da extinta RFFSA, seus prováveis futuros ocupantes, em uma espécie de programa antecipado de socialização dos terrenos urbanos.

Nerinho também hesitou em gravar os episódios protagonizados pelo Chico Come Vidro, folclórica figura da época que segundo ele foi alçada, pelos sindicalistas locais, a líder dos camponeses. Não foi fácil convencê-lo a gravar a parte em que ele narra a história tragicômica de Come Vidro. Seu argumento era que a passagem não teria a menor importância, portanto não deveria ser gravada. Mencionou-a por simples deleite em contar algo engraçado.

A história, que tanto o diverte foi relembrada quando eu perguntei se no município houve algum líder camponês. Nerinho lembrou que havia sim um “indivíduo”, o nome dele era Francisco, o Chico Come Vidro – ele não se recordou o porquê da alcunha – que “se dizia” o líder dos camponeses. Com a deflagração do golpe, Nerinho foi preso. Junto com ele, Chico Come Vidro. Na delegacia, quando o major começou a inquiri-los, Chico se antecipou, dizendo que era o líder camponês. O militar quis saber mais detalhes e ele contou que durante o carnaval daquele ano estivera na cidade e conhecera Lauro Reis, o presidente do Sindicato dos Têxteis de Além Paraíba, que o convidou para liderar o movimento rural e lhe deu uma cesta com alimentos variados. Neste ponto, o entrevistado interfere em sua própria narrativa e comenta que o fato foi verdadeiro.

Relembrar esse caso pareceu diverti-lo. Contou que, logo em seguida, o Chico pediu um cigarro ao major – que fumava o cigarro Colúmbia, uma das marcas mais caras que havia – prometendo bater continência “igual soldado” se tivesse seu pedido atendido.

¹¹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Já fumando um Colúmbia, Chico caminha em direção à janela da delegacia, observa o tempo e comenta: “É sargento, a metralogia do tempo tá desejando chuva pra hoje”. Nesse ponto o entrevistado mal pôde falar, pois o riso era incontrolável. Dois pormenores o divertiam tanto: O fato do “emproado” major ter sido rebaixado a sargento pela ingenuidade de Chico e sua inusitada previsão do tempo, anunciada na linguagem peculiar do meio rural.

Mas a história continua. Num arroubo de lucidez, o major mandou soltar Francisco, dizendo que ele não deveria nem ter sido preso. Ocorre que “Como Vidro” não foi pra casa; ficou bebendo em um barzinho que havia em frente à delegacia. “Lá pelas tantas”, já bêbado, começou a gritar que ia soltar uma bomba na delegacia. O final dessa história tragicômica se deu com o retorno de Francisco para a delegacia. Tinha se esgotado a paciência do major.

Duas razões levaram Nerinho a alegar a frivolidade do episódio, cuja lembrança tanto o divertiu: ele realmente acredita que a relevância do seu depoimento está apenas na expressão da antiga força sindical e no testemunho da repressão que essa força sofreu. Por outro lado, deixar registrada a ligação do movimento sindical com uma figura tão caricata como o “Chico Come Vidro” pode comprometer a imagem dos sindicalistas.

Se algumas personagens não merecem ser atreladas à trajetória dos sindicalistas ferroviários, outras, ao contrário, ganham uma grande projeção:

“Esse padre discursava muito! Então ele tinha um chavão, que todo lugar que ele ia ele dizia as nossas – ele tinha uma vozinha fininha – mas ele falava bem assim as nossas panelas vazias serão os tambores da nossa revolução. E a gente copiava mais ou menos aquilo, sabe?”¹²

Ele se referiu a Alípio de Freitas.¹³ Nos anos de 1960, o religioso português, natural de Coimbra, se encontrava no Brasil, onde passou a integrar ativa militância, inclusive chegando a participar dos primórdios das Ligas Camponesas,¹⁴ cujos refrões estariam ainda gravados na memória de antigos habitantes do Engenho da Galileia: operário sem pão/ camponês sem terra/ panela vazia/ tambor de revolução/ viva a reforma agrária radical/ com Francisco Julião.

¹²Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

¹³ Alípio de Freitas foi um dos criadores da Ação Popular (AP) e, segundo Jacob Gorender, um dos mentores intelectuais do episódio conhecido como Atentado Terrorista dos Guararapes. Sofreu duramente a repressão do governo militar brasileiro, tendo sido preso e torturado.

¹⁴ A primeira Liga Camponesa foi criada em 1955, voltada, sobretudo para a prestação de assistência jurídica aos camponeses envolvidos em conflitos pela posse da terra. No entanto, a partir de 1959 a organização de camponeses em ligas acabou se generalizando, principalmente na região Nordeste. Ao tipificar as propostas de reforma agrária dos vários grupos nacionalistas e de esquerda Figueiredo classifica de “mais radical” a proposta sustentada pelas Ligas Camponesas, que objetivam a organização de camponeses em cooperativas e fazendas estatais. FIGUEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 67

Ou seja, desde Vitória de Santo Antão, no sertão pernambucano, os versos das Ligas Camponesas provavelmente cruzavam muitos comícios interioranos, passando pelas manifestações operárias da zona da mata mineira, desde então compondo as lembranças mais persistentes do além-paraibano.

A difusão do discurso de padre Alípio, logo transformado em chavão nos palanques dos comícios programados pelos sindicalistas da terra, foram com certeza um exemplo de discurso doutrinário, mas a meu ver sem a rigidez *foucaultiana* no que diz respeito à dupla sujeição exercida pela doutrina: sobre os sujeitos que falam e sobre o grupo receptor.¹⁵ O que parece sugerir a passagem da rememorada fala de Alípio de Freitas é que o redito acaba sempre reinventado, assumindo formas diversas pela interpretação de quem o acolhe. Certamente, a doutrina serve-se, como nos diz Foucault,¹⁶ de certos tipos de enunciação para amalgamar indivíduos entre si, logrando, com isso, diferenciá-los de todos os outros. Indiscutivelmente, o sentimento de pertencimento à classe operária se fortaleceu durante os anos de livre atuação sindical, mas não de forma compacta, como subserviente ao proselitismo. Tal reflexão parece se adequar mais ao conceito de apropriação concebido por Roger Chartier.¹⁷ Os operários trabalhadores além-paraibanos da década de 1960 com certeza receberam as palavras do padre Alípio de formas muito diversas. Os “tambores da revolução”, para muitos deles, era tão somente a promessa de consolidação de melhorias para suas vidas simples e interioranas; para outros – como os mais engajados nos planos de transformação social – com certeza era o prenúncio das planejadas reformas de base de João Goulart, inclusive a agrária, tão temida no município. E para outros tantos, aqueles representantes da parcela mais conservadora, os tambores do padre Alípio podiam significar o rufar do pelotão de fuzilamento, formado pela “ameaça comunista” no poder.

Por sua vez, a metáfora da panela vazia na “vozinha fininha” do padre Alípio aludia às dificuldades cotidianas enfrentadas pelas pessoas mais pobres, fossem elas camponeses do movimento de Francisco Julião ou trabalhadores locais que se aglutinavam na esperança de melhores dias. Essa imagem, por várias vezes estampada nos palanques dos sindicalistas da terra, alimentava com certeza o desejo de mudanças das parcelas menos privilegiadas. O então jovem sindicalista conhecido por Nerinho, assim como seus muitos companheiros, apropriavam-se dos discursos a que tinham acesso e que exerciam sobre eles uma forte impressão. Os elementos desses discursos, revestidos de novos sentidos ao cabo de várias

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 26.

¹⁶ Idem, p. 26

¹⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural... op. cit.*

interpretações, transformaram-se, sem dúvida, em significativas representações, em uma época em que os embates sociais e ideológicos se intensificavam.

Outras imagens que povoam o repertório do entrevistado devem ser comentadas. A força do sindicato dos ferroviários é representada por uma simbologia que sugere resistência: “vara de marmelo”, que enverga e não quebra; poder e legitimidade: “o sindicato do pau puro, não dá cupim nunca”. Estratégias simbólicas por meio das quais foram se formando “as estruturas daquele micro universo social historicamente produzidas pelas práticas articuladas, políticas, sociais e discursivas.”¹⁸

Um variado desfile de personalidades políticas e agentes sindicais muito atuantes na temporalidade recordada marca o relato de Nerinho: Entre eles, San Thiago Dantas, Fernando Ferrari, Sinval Bambirra, Arueira, Demistóteles Batista. Isso sem citar a menção a Vargas e ao próprio Goulart. Contudo, os maiores espaço e ênfase são dedicados a Leonel de Moura Brizola. Referiu-se por vários momentos aos discursos do político gaúcho transmitidos pela rádio Mayrink Veiga e sobre ele fez um comentário empolgado: “Olha, vou te falar uma coisa, tinha um carisma fora do comum pra falar. Em minha opinião, Leonel de Moura Brizola foi o maior político que eu vi em toda a minha vida, em todos os 74 anos que eu vivo.”¹⁹

O caso das estacas

O ferroviário aposentado Edson Abreu da Silva, de 72 anos, reconstitui o mesmo cenário apresentado por Nerinho: a movimentação das oficinas e da estação; a força do sindicato dos ferroviários e a animosidade presente entre os trabalhadores da ferrovia, mesmo daqueles que como ele não eram tão atuantes dentro da estrutura sindicalista, e grande parte da população local. Classificou de inveja o posicionamento contrário da população aos avanços materiais que o sindicato “da classe” vinha conquistando: salários maiores, sem atrasos ou descontos sobre os dias de paralisação. Lembrou que em 1963 terminou de construir a confortável casa onde até hoje reside, na Vila Caxias, “sem ficar devendo a ninguém”. Sendo assim, considerou, “muitas dessas pessoas que não gostavam da gente, talvez a maioria, tinham uma posição muito boa e tinham medo de uma mudança.”²⁰ Edson exemplificou sobre os antagonismos da época, contando que muitas pessoas – sobretudo os

¹⁸CHARTIER, Roger. *Idem* p. 26

¹⁹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁰ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

taxistas, recordou-se, ressaltando que a maioria “daquela época não está mais aí pra falar” – criticavam muito os ferroviários: “muitos deles, taxistas, falavam que a gente tava querendo ganhar muito. Não sei se era uma inveja, o que é que era... Mas eles também não pensavam. Você ganhando mais, vai gastar mais.”²¹

Ele também se recordou da “passeata” com presença feminina majoritária que percorreu as ruas da cidade em agradecimento à tomada do poder pelos militares: “Passeata grande na cidade, com muita gente, a maioria mulher, com o terço na mão, rezando por aquele acontecimento que houve, acabou aquela coisa, aquela bagunça que eles falavam. Foi uma coisa que ficou marcada, que eu lembro.”²² Sua narrativa acaba abordando o temor ao comunismo: “Aí tinha esse pessoal que eu tô te falando, que fizeram essa passeata... Nossa Senhora, eles tinham horror da gente! Eles tinham medo de perder o que tinham, porque eles falavam muito em comunismo.”²³

Walter Portilho, o delegado do sindicato dos ferroviários, também apareceu neste depoimento como um grande líder, embora Edson também faça questão de ressaltar que jamais pertenceu ao Partido Comunista, como aquele admirado companheiro: “Eu não sabia e não sei direito como é o comunismo. E se passasse naquela época um novo regime, a situação podia estar melhor, como podia estar pior.”²⁴

Estendeu-se no seu desconhecimento sobre a ideologia comunista, ao mesmo tempo em que confessou sua admiração e confiança nas mudanças defendidas por Leonel Brizola, na sua avaliação, o melhor político da época. No entanto, mesmo suas expectativas sobre os planos reformistas do político gaúcho não eram isentas de incertezas:

“Então tivemos muitas conquistas, mas talvez tenha sido uma ilusão qualquer da gente, porque hoje poderia estar pior. Talvez aquela facilidade toda fosse para a gente se empolgar, depois que eles tivessem com tudo na mão, aí eles podiam implantar o regime que eles falavam muito, o comunismo.”²⁵

Continuou seu relato, dizendo que na década de 1960 os ferroviários ganhavam muito bem, “era um emprego, tanto é que as moças – e aqui tinha muita moça bonita – gostavam de namorar trabalhador da Leopoldina.”²⁶

²¹ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²² Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²³ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁴ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁵ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁶ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Quando a conversa já estava por ser encerrada, Edson contou uma nova história, que muito me surpreendeu.²⁷ Percebendo meu interesse, ele logo estranhou que “o Nerinho” nada tivesse dito sobre o assunto.

Em dias bastante próximos ao 31 de março de 1964, ferroviários de Alem Paraíba resolveram fazer a demarcação de terrenos pertencentes à Rede Ferroviária Federal, utilizando para isso estacas de madeira com seus números de matrícula inscritos. Tanto na ampla área que separa a estação da linha férrea, quanto em outra, não menos espaçosa, localizado atrás das oficinas gerais, no bairro Vila Laroça, as estacas se reproduziram dia a dia, espalhando-se por toda a extensão dos terrenos. Deflagrado o golpe, os “donos” das estacas apressaram-se em retirá-las, já que identificavam o autor da “demarcação” pelos números das matrículas que ostentavam. Deixarei os detalhes por conta do entrevistado:

“Aquilo foi mais assim uma pouca cultura que o pessoal tinha. Saiu um boato que os terrenos da Leopoldina iam ser distribuídos para o pessoal construir. Aí foi uma correria danada. O pessoal fazia aquelas estacas de madeira, botava a matrícula deles, escolhia um lugar e fincava a estaca. Depois, quando houve a revolução, foi uma correria pra tirar as estacas de lá com a matrícula. A pessoa tinha medo de aparecer, por causa das ameaças, talvez, do governo que ia chegando. Aí, pediam alguém para tirar – uma criança, por exemplo. A pessoa, de longe, levantava a estaca e perguntava é essa? É essa aí mesmo.... Só sei que depois foi a maior gozação. Tinha gente que bulia com quem fez isso – eu não fiz, nem precisava, porque já tinha a minha casa e também porque achava impossível e não concordava com aquilo – dizendo que o terreno de fulano era melhor que do cicrano, porque de lá ele poderia ver a tabuleta do cinema com o filme que estava em cartaz. Mas aquilo foi um troço que, depois, pensando bem, não poderia existir. Mesmo que fosse dividido, aquilo ali, no meu modo de pensar, teria que ter um critério: os que tivessem família maior, o que ganhassem menos. Os mais pobres iam ter preferência, ou aqueles que não tinham casa. Tinha que ser uma coisa mais estudada, com engenheiro pra traçar rua... Mas só sei dizer que essa história rendeu. Depois de muito tempo ainda tinha aí uma brincadeira, uma gozação danada com o caso das estacas.”²⁸

O ferroviário aposentado terminou o seu depoimento fazendo uma retrospectiva crítica: “Houve muita empolgação dentro das facilidades que a gente estava encontrando, do apoio que o João Goulart dava pra gente. Fazíamos greve, ele apoiava. Acho que isso atrapalhou muito também.”²⁹ Edson seguiu avaliando a conjuntura da década de 1960. A força

²⁷ Outros entrevistados, como Francisco Rosa e Iran Portilho, mencionaram espontaneamente a divisão dos terrenos da extinta Rede Ferroviária por seus funcionários às vésperas do golpe militar, mas foi por meio de Edson Abreu que eu me inteirei do curioso episódio.

²⁸ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁹ Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

sindical dos ferroviários, no seu entender, acabou estimulando a união “dos poderosos”: “Isso é imaginação minha. Houve um excesso de confiança, vamos dizer assim.”³⁰

O ferroviário que parava a cidade

Conheci a história de Walter Portilho pela memória de um de seus filhos, Iran Thomazini Portilho, de 72 anos. Iran, ou Zoca, foi empregado da extinta Rede Ferroviária Federal, seguindo a profissão paterna: carpinteiro das oficinas gerais. Também na militância sindical se espelhou no pai, tanto que o golpe militar também o atingiu. Foi transferido compulsoriamente para Macaé, onde lhe impuseram uma rotina de trabalhos pesados. Afastou-se da RFF durante sete anos, amparado por renovadas licenças médicas, ao mesmo tempo em que trabalhava no cartório do cunhado em Brasília. Hoje é proprietário de um bar, no Morro do Goiabal, onde me recebeu para uma longa conversa.

Walter Portilho entrou muito jovem para a Leopoldina, ingresso de certa forma facilitado por seu pai, que era “comprador de madeira” da ferrovia. Precoce também foi sua filiação ao Partido Comunista e sua paixão por Benzinha. Na revolução de 1930, aos 19 anos de idade, já namorava a jovem, cuja beleza era reconhecida nas redondezas. Pôde então confortá-la da perda do irmão, rapaz de 18 anos que morreu ao ser acidentalmente atingido por um projétil disparado por legalistas a postos no estado do Rio de Janeiro, ou seja, na outra margem do Paraíba do Sul. O jovem Oswaldo Lopes estaria na estação de trem de Melo Barreto, na margem mineira do Paraíba quando foi baleado.

O namoro enfrentou a ferrenha oposição paterna. O pai de Benzinha, também ferroviário, não via com bons olhos a opção política do companheiro candidato a genro. Portilho, no entanto, desafiou com determinação a proibição do namoro. Casaram-se. Ela com apenas 15 anos. Tiveram sete filhos e chegaram a completar bodas de ouro. Iran recorda, entre emocionado e divertido, que seus pais viveram um casamento feliz ao mesmo tempo em que, fisicamente, formavam um casal atípico. Ela, bonita e elegante; ele, baixinho e fraquinho. Nos salões de baile, no entanto, o físico não muito privilegiado do ferroviário era compensado por sua grande habilidade de dançarino, assim como, nas greves, sua compleição franzina era compensada pelo ímpeto militante: “o meu pai era pequenininho, mas a palavra dele valia”.

³⁰Depoimento de Edson Abreu da Silva à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Iran, como os outros entrevistados, também reconstituiu a antiga movimentação de Além Paraíba. Enumerou as várias fábricas existentes, o número de ferroviários – mil e duzentos – e resumiu: “era uma cidade que tinha de tudo!” Comentou a crescente decadência da ferrovia, sua privatização e extinção. Ao comparar o atual quadro de abandono da malha ferroviária do país com a época do governo João Goulart ele reafirmou a movimentação das oficinas e estações e, logo, a força sindical dos ferroviários.

Recordou-se então de uma paralisação que, na ausência do pai, ele próprio acabou liderando a favor de trabalhadores grevistas da Fábrica de tecidos D. Izabel. A manifestação de apoio não acabou bem. Ele e o companheiro ferroviário José Bento foram presos. Com o retorno de Walter Portilho à cidade, a situação tomou outro rumo. Foi deflagrada greve geral dos ferroviários em protesto à detenção “arbitrária” dos dois companheiros. O desfecho deixou por conta de Iran:

“Mais de mil empregados ficaram parados e João Goulart mandou pagar integralmente. O Arueira foi em Brasília, lutou e conseguiu. Nossas greves eram sempre vitoriosas, porque, não adiantava, a força era muita.³¹ O grito da luta era muito grande. A gente lutava mesmo. Se fosse preciso tirava a peça da máquina, tirava tudo. A máquina não vai andar mais!”³²

Quis saber então como os líderes sindicais lidavam com um maquinista, por exemplo, que não se dispusesse a colaborar com a paralisação:

“Ah, ele ia apanhar! Ia apanhar! Não saía ileso daquilo. Ele não saía não. E não é isso: tinha o grito de greve, batia o apito UUU...Dava três apitos, parava tudo. As máquinas desligavam. Quem gostava, não gostava, saía de greve. Não tinha esse negócio de furador de greve, não. Meu pai era pequenininho, mas a palavra dele valia!”³³

Perguntado a respeito das reações esboçadas pela população local ele respondeu: “Olha, existia a parte que aceitava e a parte que não aceitava, porque o comunismo era tido como um demônio pro povo, parecia que era um bicho que ia pegar. E não era nada disso. O comunismo simplesmente lutava pela igualdade.”³⁴

Ainda a respeito das opiniões públicas a respeito das greves, Portilho reiterou mais uma vez o poder de liderança do pai ao mesmo tempo em que afiança suas qualidades de

³¹ Segundo Rodrigo Patto Sá, a opinião conservadora enxergou os surtos de greve como parte da conspiração revolucionária dos comunistas, sobretudo pelo fato de militantes do PCB possuírem cargos importantes no movimento sindical. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “João Goulart e... op. cit., p. 137.

³² Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³³ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁴ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

homem honesto e ordeiro: “O meu pai era poderoso na época, mas sem fazer algazarra. O troço era bem organizado e sem roubo, sem assalto em loja, sem nada. Ele pedia pra fechar o comércio porque a situação tava assim-assim... Aquele negócio de greve.”³⁵

Indagado sobre qual era a percepção dos sindicalistas locais sobre a possibilidade de um golpe ele tornou a abordar, agora com ressalvas, a potencialidade do “sindicato do pau puro”: “O sindicato era muito forte, mas não tinha poder pra segurar o exército. Aí veio a oposição. Ela veio combinada, já tava mais ou menos tramada.”³⁶

Insisti no assunto. Perguntei se os líderes ferroviários de alguma forma previam ou temiam o golpe: “Não, nós conhecíamos uma parte, que era a parte do João Goulart e nós tínhamos um certo poder com o poder dele. A gente parava a ferrovia 10, 12 dias. Assim era e nós sempre ganhávamos as greves.”³⁷

Walter Portilho faleceu em 1997, aos 86 anos. É na lembrança dos além-paraibanos o nome mais proeminente da forte militância sindical que nos anos 1960 agitava o cotidiano da cidade. Foi processado e preso pela ditadura militar. Cumpriu um ano de prisão em Juiz de Fora. Falando sobre o retorno do pai à cidade em pleno governo militar, proibido de reintegrar-se ao trabalho, abruptamente afastado da militância sindical a que tanto se dedicou, Iran torna-se ainda mais incisivo em descrever o seu caráter resolutivo: “Nunca se acovardou. Ele fechava as lojas, fechava tudo! Parava o comércio. O meu pai parava a cidade! Arrumou os inimigos que teve. Os fazendeiros queriam encontrar ele e matar, sumir com ele.”

Sua narrativa inclinou-se neste ponto para a questão agrária, que naquela temporalidade ganhara grande evidência: “Ele era líder dos camponeses também. Ele é que fazia a cabeça dos camponeses. Hoje os camponeses têm valor, têm casa, têm rádio, têm televisão, têm direito trabalhista, tudo isso, por causa daquele passado.”³⁸

Nesse ponto ele ainda mencionou a expressão que traduzia todo o poderio do sindicato dos ferroviários, “sindicato do pau puro”. Também lembrou figuras proeminentes do sindicalismo ferroviário: Demisthóclides Batista, o presidente; Arueira, o secretário. Prosseguiu com “as chaves das cidades”: “Aqui era o papai. Em Campos era o Jacy Barreto, que depois o Brizola deu um cargo a ele de presidente do DETRAN... O pau puro sempre foi brizolista, era o partido mais chegado, o PDT.”³⁹

³⁵ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁶ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁷ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁸ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁹ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

O nome Demisthóclides Batista surgiu não só na narrativa de Iran, mas de outros vários ferroviários, sobretudo por sua elogiada retórica. Tratava-se do Batistinha, líder da categoria, que segundo episódio lembrado pelo então dirigente do CGT, Hércules Corrêa, determinou o início de uma greve, sem atender a nenhum planejamento prévio, apenas porque o papa havia falecido.⁴⁰ Na época, Hércules Correa “era o homem que detinha as “senhas” que deflagravam as greves – várias delas por regiões do país.”⁴¹

O esquema das “senhas” não era segredo e, junto com as greves, desgastava bastante o governo de Jango.⁴² Com efeito, a lembrança dos códigos usados pelo comando sindical é um sólido elemento na memória dos antigos militantes sindicais de Além Paraíba. Vários deles lembraram as frases que serviam para orientá-los nas paralisações: “A Joana está doente significava que o Sindicato Central da Estrada de Ferro Leopoldina estava planejando uma greve; “a Joana está no hospital”, significava que o movimento estava prestes a ser executado e “a Joana morreu” indicava que a greve seria enfim deflagrada naquele mesmo dia, a meia-noite.

Os personagens deste capítulo, Nerinho, Edson Abreu e Zoca Portilho têm o mesmo grau de instrução, o antigo SENAI, equivalente hoje ao ensino fundamental em modalidade profissionalizante. A análise comparativa dos depoimentos deste capítulo a meu ver podem demonstrar os variados graus de engajamento e pertencimento classista entre os antigos ferroviários de Além Paraíba, que rememoram os tempos de polarização política dos anos de 1960. É certo que têm em comum a ênfase na força do sindicato dos ferroviários; o mal estar entre os grevistas e a população que se sentia prejudicada pelas paralisações, a percepção do temor ao comunismo e ainda a importância da liderança de Leonel Brizola e João Goulart como herdeiros do trabalhismo de Vargas. Por outro lado, a estrutura sindical não exercia sobre todos eles o mesmo poder de aglutinação, forjando um padrão de pertencimento classista.

A fala do primeiro entrevistado pode sim denotar uma forte predisposição ao processo de construção e valorização da categoria. As formas “nós” e “a gente” foram utilizadas quase que exclusivamente, A primeira pessoa do singular só serviu para sua identificação inicial, ligada à vida familiar. Já quando se referiu aos camponeses e aos críticos das greves do setor ferroviário, usou respectivamente “esse povo” e “eles” com clara tendência ao distanciamento. Ao pedir que eu não gravasse a parte em que ele narra a história tragicômica do camponês

⁴⁰ FERREIRA, Jorge. João Goulart. Op. cit., p. 353.

⁴¹ Idem.

⁴² Idem.

Francisco, por não ter a passagem nenhuma importância, revelou os critérios de exclusão da construção da memória. Usou dispositivo semelhante quando silenciou sobre o episódio das demarcações dos terrenos da Rede Ferroviária por seus funcionários em uma espécie de reforma urbana antecipada, confiantes que estavam na efetivação das demandas reformistas das esquerdas. Muito sintomático esse esquecimento, pois vários outros entrevistados, não tão empenhados na depuração da memória do glorioso passado sindical ferroviário comentaram muito espontaneamente o “caso das estacas” que até hoje é rememorado, com humor, pelos antigos moradores da cidade. A reforma agrária, uma das principais demandas esquerdistas da época, é também negligenciada pela memória do ferroviário, hoje transformada em intriga oposicionista, um engodo para atingir a imagem das esquerdas. Segundo Nerinho, o Grupo dos Onze, do qual fez parte, jamais ameaçou ou pretendeu invadir terra de ninguém. O que existiu foi apenas um projeto que condicionaria a manutenção da propriedade da terra à produtividade.

Já o relato do senhor Edson, ferroviário aposentado, priorizou a vida pessoal. Suas referências partiram mais da individualidade para o coletivo; assim como do privado para o público. Usou quase que exclusivamente a forma “a gente”, para se referir aos trabalhadores da ferrovia, mas, ao contrário do seu companheiro Nerinho, ele expressou certa insegurança de sua identidade por meio de incertezas que nutre, pelas justificativas de que lança mão. Justificou sua restrita participação nas ações sindicais com suas próprias dúvidas sobre sua opção ideológica, atribuindo-as à sua “pouca cultura”.

Iran Portilho, por sua vez, revelou extremo zelo em reafirmar o caráter combativo do seu falecido pai, o delegado sindical, filiado ao PCB, Walter Portilho, mas nenhum cuidado em idealizar a organização sindical da qual também fazia parte. Admitiu a predisposição dos líderes sindicais em usar a violência, se necessário fosse, para forçar a participação nas paralisações de hipotéticos opositores: “ia apanhar muito!” Também não tentou em nenhum momento minimizar a atuação, vista como arbitrária principalmente pelos comerciantes locais: “o meu pai fechava o comércio, parava a cidade.” Preocupou-se sim em esclarecer que as paralisações, apesar de extrapolarem o setor do transporte ferroviário, eram feitas de forma ordeira, “sem roubo, sem algazarra”. Ou seja, nas lembranças de Zoca, o que é importante reforçar é que as imposições do delegado sindical eram respeitadas sem que para tanto ele precisasse abandonar o seu comportamento de sindicalista resoluto, porém respeitado: “o meu pai era pequenininho, mas a palavra dele valia.”

Também aborda a animosidade ente parte da população local e o movimento sindical ferroviário, atendo-se não apenas, como Nerinho e Edson, à análise do temor ao comunismo e

ao impacto gerado pelas conquistas materiais alcançadas pela classe como o fator que acabou gerando, “nos poderosos”, a “inveja” e o medo da perda do status social e do poder econômico. Zoca Portilho referiu-se também reiteradamente aos fazendeiros, elegendo-os como os principais inimigos de Walter Portilho. Assim, o sindicalista é que teria “feito a cabeça dos camponeses” contra a opressão dos proprietários de terra, que queriam “encontrar, matar e sumir” com o ferroviário. Reafirma que seu pai não foi preso, se apresentou em Juiz de Fora porque não queria dar a satisfação aos fazendeiros locais de o virem passando por passagens humilhantes. Ao ser indagado sobre de que forma ele foi atingido pela repressão militar, Zoca Portilho mais uma vez elevou a figura paterna, caracterizando-o como homem corajoso e respeitável. Ficou preso um ano, mas jamais foi torturado, a não ser psicologicamente, com a simulação do estampido de tiros, prática também relatada por Nerinho em seu depoimento: “Eles tinham um respeito muito grande pelo papai. Ele não era medroso e a tortura que eles faziam era simulação.”⁴³

As lembranças sobre a experiência de ser ferroviário em Além Paraíba na década de 1960 são, portanto, pontuadas de particularidades que se afinam com a trajetória de vida de cada entrevistado. Essas memórias, calcadas em pontos comuns como os destacados acima – sobretudo a força sindical conquistando melhorias materiais – muitas vezes comportam pontos antagônicos, embora porta-vozes de um passado recuperado como glorioso. Os louros dedicados a esse passado se nem sempre coroam as ações sindicais, depurando-as de todas as imperfeições, como no relato de Nerinho, sempre condecoram o trabalhismo, cujos representantes máximos para os ferroviários além-paraibanos foram João Goulart e Leonel Brizola.

Assim, do conjunto dos depoimentos dos antigos ferroviários destaco ainda o trecho que José Martins de Abreu – de 78 anos e em 1964 membro do Partido Comunista Brasileiro – comenta um de seus encontros com João Goulart: “Eu posso dizer a você que eu tive com o Jango, com ele, como Presidente da República, como nós estamos conversando aqui, sentados naquela mesa grande.”⁴⁴

Não poupa elogios à lembrança de João Goulart: “Ele era um ser maravilhoso! Um sujeito de coração enorme!”⁴⁵ Ao aludir ao longo exílio imposto ao presidente deposto, emocionou-se: “Eu não sei por que perseguiram ele, a verdade é essa, porque eles podiam depor ele, tudo direitinho, mas manter ele aqui no país. Não precisava dele ir morrer lá fora”...

⁴³ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁴ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁵ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Goulart e Brizola são, portanto, um consenso entre os ferroviários. Isso sem falar de Getúlio Vargas, cuja morte, uma década antes da intervenção militar, mobilizou o grande número de trabalhadores da Leopoldina no centro comercial da cidade, na praça do bairro de Porto Novo. Os manifestantes acaram na emissora de rádio local o comunicador que noticiara o suicídio de Vargas, utilizando como fundo musical a melodia sertaneja cujo refrão dizia “o meu boi morreu, que será de mim.” A ironia provocou a ira dos ferroviários que queriam linchar o locutor udenista. Houve muita confusão finalmente contida por intervenção da polícia de Juiz de Fora, especialmente convocada pelo prefeito da época para conter a multidão. O curioso episódio é espontaneamente lembrado por vários moradores, inclusive por aqueles que diretamente não o presenciaram, até por que na época não tinham idade para participar de manifestações daquela natureza. Parece se tratar do que Michael Pollak⁴⁶ chama de vivências “por tabela,” que incluem personagens e temporalidades que podem não pertencer propriamente ao “espaço-tempo” do narrador, mas são importantes para a memória do grupo.

O relato mais detalhado a respeito foi o de Joaquim Ferraz Ribeiro Junqueira. O senhor de 98 anos, conhecido por Quiqui, era em 1964 coletor da receita estadual. Em seu relato ele descreve com minúcias a insurgência de grande parte da população, sobretudo do “pessoal da Leopoldina”⁴⁷ contra o que foi interpretado como uma grande ofensa ao sentimento geral de luto pelo suicídio do presidente Vargas. Segundo ele, o caso teve um fim muito triste, porque uma jovem moradora do lugar acabou falecendo, atingida por um tiro.

Se o getulismo e o trabalhismo afirmam-se como importante tradição da cultura política local, sendo o reconhecimento de nomes como Vargas, João Goulart e Brizola unanimidade entre os ferroviários, as ações da delegacia sindical de Além Paraíba não são por todos lembradas da mesma forma. Ouvi relatos em que antigos ferroviários fizeram ressalvas e mesmo críticas ao movimento sindical. Essas pessoas lamentavelmente não quiseram gravar entrevista por se tratar de um assunto que ainda pode suscitar muita polêmica, conforme alegaram. Afinal, a movimentação sindical do pré-golpe, sobretudo dos ferroviários, é vista hoje “só como heroísmo.” Um dos que não autorizou o registro do seu interessante relato foi o ferroviário aposentado Francisco, morador da Ilha Gama Cerqueira. Suas lembranças podem, no entanto ser parcialmente conhecidas por intermédio do “xará e amigo” Francisco Rosa, o eletricitário aposentado que no capítulo anterior fala sobre a

⁴⁶ POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". Estudos históricos, vol2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989, p. 3

⁴⁷ Depoimento de Joaquim Ferraz R. Junqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

criação do Grupo dos Onze no município do Carmo. Em seu depoimento, Rosa reproduz trechos de diálogos mantidos com o velho amigo de 94 anos de idade:

“Ele trabalhava na Rede Ferroviária, um dos mais antigos. O seu Francisco falou assim eu e muitos outros companheiros sabíamos quem era esse grupo aí que ficava medindo terra na beira da linha. Sem o troço ta funcionando direito eles já quer tomar terra dos outros, mas eu não faço parte deles não.”⁴⁸

Ainda graças à narrativa de Rosa a respeito do amigo Francisco, posso comentar uma interessante categoria a mim apresentada também pelas outras pessoas procuradas que não dispuseram a gravar seus relatos.

“Ele falou que era um sindicato falso que tinha aí. Esse sindicato é que derrubou o Jango. Porque eles se infiltravam no meio do sindicato certo, tá entendendo como é que é? Eles infiltravam no meio do sindicato que não tinha nada com aquilo. Então eles fazia aquelas palhaçada, formava aquelas greves. Tem o sindicato certo, fazia uma greve, pacífica, no meio enfiava naquele meio pra complicar o governo o sindicato falso. Isso tudo o seu Francisco falou comigo.”⁴⁹

A categoria “sindicato falso” foi usada por outros antigos ferroviários. Segundo esses relatos, os “sindicalistas falsos” estariam infiltrados entre todos os trabalhadores, fosse nas oficinas gerais, nos escritórios ou na via permanente, ou seja, na função de manutenção dos trilhos e teria como objetivo sabotar o governo Goulart.

Nos trilhos da memória: a luta pelo patrimônio material

Em edição de agosto de 2010, o *Jornal Além Paraíba* publicou um extenso texto sobre o 139º aniversário da inauguração da Estação Ferroviária de Porto Novo, assinado por Pínio Fajardo Alvim, membro do Movimento de Preservação Ferroviária e da Academia Ferroviária de Letras. Na matéria, um desfile de personalidades que passaram pela estação, como D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, em abril de 1881. Duas menções muito interessantes dizem respeito a Silva Jardim e Capistrano de Abreu:

1889 - Silva Jardim sofre atentado em Porto Novo – Na madrugada de 16 de março de 1889, pouco antes de embarcar na Estação de Porto Novo, com destino a Valença, o Dr. Antonio da Silva Jardim – o afamado Propagandista da República – é atacado, em

⁴⁸ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁹ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

São José de Além Paraíba, por um grupo de monarquistas, chefiados pelo Vigário local.⁵⁰

O renomado historiador João Capistrano de Abreu, apontado como um dos mais brilhantes, respeitados e produtivos pesquisadores da História do Brasil, passou incontáveis vezes pela Estação de Porto Novo, não só na condição de passageiro, mas, também, como constante usuário dos serviços postais da ferrovia. Capistrano costumava ficar, por longas temporadas, na Fazenda Paraíso, onde escreveu boa parte de sua grande obra. Em carta ao amigo José Veríssimo, datada de 17 de junho de 1909, escreveu: “Paraíso, donde lhe escrevo, fazenda do Virgílio Brígido, pertence ao Rio, mas a estação mais próxima fica em território mineiro, à esquerda do Paraíba, chama-se Porto Novo do Cunha. Vim passar alguns dias e tenho lucrado muito, talvez porque, tendo vindo aqui pela primeira vez, haverá 15 anos, sinto agora este peso de menos.”⁵¹

O complexo ferroviário do município de Além Paraíba reunia na década de 1960 a estação ferroviária de Porto Novo, as oficinas gerais, no bairro de Vila Laroca, a estação de São José, um pequeno entreposto chamado Parada Breves, ente os perímetros urbano e rural do município e ainda as estações de Melo Barreto e Antônio Carlos, esta localizada no distrito hoje denominado Fernando Lobo.

As oficinas gerais de Além Paraíba foram construídas por volta de 1880 como suporte de funcionamento da Cia. Estrada de Ferro Leopoldina, a primeira ferrovia criada em Minas, inaugurada em 8 de outubro de 1874 pelo imperador D. Pedro II. Sua denominação está relacionada com o término do percurso original, que ligava a estação de Porto Novo do Cunha, em Além Paraíba, à cidade de Leopoldina. Na década de 1950, a Leopoldina alcançou sua máxima expansão, firmando-se como uma das mais extensas ferrovias do Brasil. Em 1957 passou a ser integrada pela Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA – por um decreto do Governo Federal que determinou a unificação administrativa das 18 estradas de ferro pertencentes à União e que percorriam 37.000 km de trilhos por todo o território nacional. Durante a ditadura militar, os ramais do interior, sobretudo os de transporte de passageiros, começaram a ser desmantelados: “O transporte ferroviário, obsoleto e deficitário, não mais atendia às necessidades da segurança e rapidez no transporte de cargas e de passageiros.”⁵² Em 1999 foi privatizada. Desde então, o antigo complexo ferroviário de Além Paraíba vem sofrendo com a ação do tempo.

⁵⁰ Jornal Além Paraíba, 18 de agosto de 2010 – ano XVII, nº 595, p. 3.

⁵¹ Idem

⁵² PAULA, Dilma Andrade de. *Fim da linha: a extinção de ramais da estrada de ferro Leopoldina, 1954-1974*. 2000. 353 f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

No *site* Estações Ferroviárias do Brasil⁵³, os comentários, datados de 2010, lamentam o estado de deteriorização e abandono da estação ferroviária de Porto Novo, “um dos mais bonitos do Brasil”. O conteúdo da página virtual esclarece que na verdade são dois prédios: um – o que está em pior estado, em ruínas – comportava o hotel e o restaurante, na parte inferior. O outro era a estação em si e o armazém.

O *site* também abre espaço para lastimar o parcial desabamento, em 2008, do prédio da rotunda das oficinas gerais de Além Paraíba, um prédio circular, com área construída de cinco mil metros quadrados. As rotundas permitiam o giro das locomotivas e dos vagões que chegavam para a manutenção. Funcionavam como garagens provisórias das locomotivas. Eram construídas na forma circular e semicircular, variando geralmente a circularidade das construções de 90 a 360° graus. A rotunda localizada no bairro da Vila Laroca foi construída na segunda metade do século XIX em circularidade máxima, ou seja, tinha originalmente 360°.

Uma placa contendo a sigla IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – nos indica à primeira vista que obras de restauração estariam sendo desenvolvidas na estação de Porto Novo. Na verdade, o que até agora se fez foi o escoramento das paredes de seus torreões, trabalho iniciado em janeiro de 2011, somente depois de uma ação judicial impetrada pela Organização não Governamental (ONG) Água Verde, na tentativa de impedir o seu iminente desabamento. O imóvel havia sido incluído pela Secretaria do Patrimônio da União no Fundo Contingente da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, de responsabilidade da Caixa Econômica Federal. A 2ª Vara Federal de Juiz de Fora acolheu liminar, determinando à Superintendência Regional do Patrimônio da União em Minas Gerais, que realizasse, no prazo de 60 dias, obras emergenciais de escoramento da estrutura da estação. A determinação judicial ressalta que a responsabilidade direta pela manutenção da Estação de Porto Novo é da Caixa Econômica Federal enquanto a União, por se proprietária, tem também responsabilidade indireta. Assim, segundo determinação judicial, deverão responder pela conservação dos torreões a União, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Caixa Econômica Federal, além do Município de Além Paraíba, que “por ter tombado os torreões como patrimônio histórico tem de assumir o dever solidário de evitar sua ruína e de promover sua restauração.”⁵⁴

⁵³ Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em 10 de janeiro de 2012.

⁵⁴ Jornal *Além Parahyba*, 8 de julho de 2011, nº 635, ano XVII – 1ª página

Já o complexo das oficinas gerais do bairro Vila Laroca passou por recentes obras de remodelação que já transformaram muito o seu antigo aspecto. A demolição de parte das antigas oficinas foi alvo de muitas críticas da imprensa local, mas acabou acontecendo. A rotunda, cujas ruínas voltaram a ser ameaçadas de desabamento durante as fortes chuvas deste último mês de janeiro, continua atraindo nostálgicos olhares, sobretudo daqueles antigos moradores que vivenciaram a movimentação das oficinas gerais. Na página virtual Ferreosfera Ferrovias & Ferremodelismo na Blogosfera, se pode ter acesso a um pequeno texto que expressa a importância reservada localmente ao universo ferroviário:

“Os milhares de funcionários que nelas (nas oficinas gerais) trabalharam, no decurso de tantas décadas, são parte inseparável da identidade e da memória afetiva, social, política, cultural e econômica municipal. Eles e as Oficinas inspiram estudos acadêmicos a obras artísticas. Muitos desses ferroviários galgaram posições diretivas de destaque em várias organizações.”⁵⁵

Existem possibilidades da rotunda de Além Paraíba passar a abrigar um centro de memória da Locomotiva a diesel no Brasil. A ideia teria surgido da direção do Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba em parceria com diversas entidades e cidadãos do Estado de Minas Gerais, que contribuiriam para que fosse escolhido o município mineiro como sede do referido projeto. Essas informações, veiculadas pela imprensa local, encontram eco na vontade popular, afinal “o município, vale a pena lembrar, foi um dos mais importantes núcleos ferroviários brasileiros, tendo a Oficina de Porto Novo abrigado milhares de trabalhadores até o início dos anos de 1990.”⁵⁶ A expectativa geral na cidade é que as obras de recuperação das antigas instalações da Estrada de Ferro Leopoldina sejam levadas a cabo e que os históricos espaços ganhem funcionalidade ao mesmo tempo em que, o que restou, passe a ser preservado. Novamente recorro ao *blog* Ferreosfera:

“Não se trata, portanto, de saudosismo melancólico, piegas, extemporâneo. É óbvio que os preservacionistas são favoráveis à idéia de se dar uma destinação prática e racional aos bens ferroviários históricos, adequada à realidade, com uma efetiva utilização cultural, lúdica, histórica, social, econômica, etc; sem, contudo, destruí-los, descaracterizá-los, inviabilizando o seu uso. Basta que se vejam os projetos já implantados e os que estão sendo desenvolvidos pelas entidades preservacionistas ferroviárias, Brasil a fora, em parceria com entidades públicas e privadas. Além Paraíba tem - e de sobra - todas as condições para a implantação de projetos análogos.”⁵⁷

⁵⁵ Plínio Fajardo.//Patrimônio que merece respeito – opção de futuro/. Junho de 2011.

⁵⁶ Jornal Além Parahyba, 8 de julho de 2011, nº 635, ano XVII – 1ª página

⁵⁷ Plínio Fajardo.//Patrimônio que merece respeito – opção de futuro/. Junho de 2011.

Afora os projetos, o que funciona hoje no antigo armazém da Estação de Porto Novo é o Museu de História e Ciências Naturais. Na imprensa local foi considerado “uma das principais entidades culturais da Zona da Mata mineira, promotor de inúmeras atividades, com importante acervo da memória da cidade.”⁵⁸Também no mesmo local está o CEFEC – Centro Ferroviário de Cultura – englobado pela municipalidade. Lá funciona a biblioteca pública e ainda o museu ferroviário, com exposição permanente de equipamentos, fotografias, documentos históricos da ferrovia relacionados à história do município e região.

Especificamente sobre o movimento ferroviário sindical, o referido museu reúne “atas das reuniões do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, cópias dos processos dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina presos durante o golpe militar de 1964 e ainda “áudio de entrevistas realizadas com ex-ferroviários que eram integrantes do Sindicato da Estrada de Ferro Leopoldina durante o golpe militar de 1964 e foram presos e torturados”, conforme consta anunciado em sua página virtual.

O arquivo oral do museu reúne pouco mais de uma dezena de entrevistas com antigos militantes da delegacia sindical do município, a maioria falecida. As narrativas sob a tutela da entidade igualmente recuperam, assim como os depoimentos por mim reunidos, um passado cuja força sindical surge incontestável. As paralisações são descritas com vivacidade e a oposição aos movimentos grevistas é sempre comentada como um elemento estranho pertencente ao passado, pois hoje todos tenderiam a reconhecer a importância da delegacia sindical de Além Paraíba nos idos de 1960: “A greve pra eles era um horror, era uma afronta pra burguesia da época.”⁵⁹

Os “tubarões”

A “burguesia da época” é uma expressão muito genérica, mas o conjunto de relatos indica que os taxistas e os comerciantes desaprovavam e sofriam com as greves dos ferroviários. Procurados, alguns desses antigos moradores da cidade de Além Paraíba não quiseram gravar entrevista. Josué de Souza Cerqueira fez parte do pequeno grupo que se prontificou a registrar sua narrativa. Passou dos oitenta anos de idade com invejável lucidez. Logo de início da entrevista confessou a admiração que nutria por Carlos Lacerda, posição política herdada do pai, o “seu Juquita”, que era udenista e lacerdista “doente”.

⁵⁸ Jornal Além Parahyba, 18 de agosto de 2010 – ano XVII, nº 595, p. 3.

⁵⁹ Depoimento de Ulisses Incerti ao Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba, 2000.

Josué foi contundente na crítica aos ferroviários. Contou que durante a Campanha da Legalidade, em 1961, a cidade ficou muito tumultuada e quando a situação ficou resolvida a favor da posse de João Goulart, ele teve uma rápida discussão com um trabalhador da ferrovia:

“Eu tava saindo da minha casa e encontrei um empregado da Leopoldina no açougue aqui do lado ele virou pra mim e disse: Agora você vai ver rapaz, que nós vamos tomar conta da situação. Ai eu disse, eu vou ver o quê? Olha rapaz você simplesmente não tem um ideal disso que você tá falando que a gente nem sabe o quê. Se eu tivesse na sua situação eu estaria pegando arma.”⁶⁰

Explicou que o conteúdo do rápido diálogo aludia à hipótese da implantação do comunismo no Brasil, que, em sua opinião, era um risco real tendo em vista o quadro político internacional da época: “Esse temor era legítimo e o americano fez questão de que isso fosse uma coisa constante no brasileiro, porque ele não queria um regime russo, que era o comunismo.”⁶¹

Em sua opinião, os ferroviários abusavam da situação privilegiada que tinham: “Na realidade eles tinham uma certa autonomia, porque era uma instituição do governo e eles, vamos dizer assim, ditavam a moda.”⁶² Contou que certa vez um grupo de sindicalistas entrou na padaria de sua família para inspecionar a situação de seus funcionários. Para ele, o comportamento dos ferroviários era agressivo, anormal: “Eles se faziam os donos da política da cidade. E isso tinha um efeito muito nocivo, apesar de a gente saber que a Leopoldina era uma fonte de renda da cidade, devido à quantidade muito grande de empregados, eles faziam um processo abusivo dessa condição.”⁶³

Ressalvou, no entanto, que existiam exceções, ou seja, ferroviários que discordavam da militância sindical, relutando, inclusive, em aderir às greves, que, no entanto eram impostas pelo grupo dirigente. Falou sobre antigos conhecidos, já falecidos, que na época conversavam com ele a respeito:

“Eles impunham dentro do trabalho deles mesmo, que alguns, isso é comentado por pessoas que eu conheci e que ate já morreram. Eles eram funcionários lá dentro e contavam pra mim que tinham uma política lá que eles não queriam que um certo setor não funcionasse então eles pressionavam as pessoas desse setor a não fazerem

⁶⁰ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶¹ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶² Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶³ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

nada. Entram eles entravam lá e não faziam nada... Inclusive dormir dentro de vagões.”⁶⁴

Estendeu-se na crítica às greves. Aludindo agora a um interlocutor específico, se recordou:

“Tinha um rapaz que eu conversava muito com ele, que era um dos funcionários lá, ele era muito amigo e ele não fazia segredo disso porque ele era meio revoltado com essa situação, apesar dele ser um dos funcionários. Ele dizia que essa movimentação lá dentro era muito inconveniente no conceito dele, porque futuramente, eles não iam ter emprego mais. Porque não havia empresa que seria capaz de resistir a tanta paralisação, tanta coisa pedindo melhores salários, melhores salários e melhores salários. Mas isso sem limite.”⁶⁵

Comparou então a sua situação naquela temporalidade, acordando ainda de madrugada para abrir a padaria, sem ter hora, no entanto, para terminar a jornada de trabalho à situação dos ferroviários, que paravam o serviço, segundo ele frequentemente, para reivindicar melhor remuneração e acréscimo de vantagens. Conclui a comparação com um desabafo. Lembrou que apesar da vida honesta, de muito trabalho, eram ainda considerados os “tubarões” da cidade. Explicou que o rótulo não era apenas dirigido aos membros de sua família, mas a todos que se dedicavam à panificação: “Não só a padaria do Rei do Pão Quente, mas todas as padarias da cidade, que naquela época eram umas três, nós éramos vistos como os tubarões.” Isso porque, conforme frisou, “ter efeito lucrativo naquela época, era interpretado como exploradores. Então era difícil viver dentro desse ambiente.”⁶⁶

Josué insistiu muito no fato de que trabalhou a vida toda desde muito pequeno e que por isso nunca aceitou a pecha de explorador. Contou que por volta dos sete anos de idade começou a trabalhar, ajudando o funcionamento do comércio do seu pai. Sua função era entregar os pães em uma carroça puxada a burro. Acordava de madrugada, arriava o animal, atrelava-o à carroça e iniciava o percurso que se iniciava no bairro de Porto Novo, passando pela Vila Laroca até a Vila Caxias, hoje um bairro populoso, que na época, segundo a memória de Josué restringia-se a uma grande e única casa comercial – a Casa Caxias – onde a numerosa população rural vinha fazer suas compras: “Onde é hoje a Caxias era tudo fazenda.”

O trabalho iniciado ainda na infância ocupa no relato de Josué um lugar importante como a legitimar a sua condição de comerciante do ramo de panificação, atividade que o remete a outras lembranças também valorizadas: a união da numerosa irmandade em torno do

⁶⁴ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁵ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁶ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

trabalho e também da figura materna, lembrada por ele como grande anfitriã, que recebia a todos, sem qualquer distinção, com a fartura de suas prendas culinárias. Harmonia familiar, esforço, trabalho, símbolos relacionados à ordem, à normalidade, que nas lembranças de Josué surgem ameaçadas pela “ação abusiva” dos ferroviários de Além Paraíba, sobretudo daqueles que integravam o sindicato do “pau puro,” expressão que reiterava a força e resistência da militância ferroviária durante o governo João Goulart.

Capítulo IV – Retornando à “normalidade”: vivendo após o golpe.

As sombras da memória

O golpe civil-militar de 1964 significou brusca guinada na vida até então despreocupada da jovem Sueli, professora recém-formada que iniciara sua carreira no magistério infantil. Não pelo ativismo político, pois confessou que na época se ocupava apenas com os interesses próprios da sua idade: “Eu era muito alienada.”¹ Mas a ditadura militar que se instalara no país reservava maus momentos para a moça, seus pais e irmãos. O primeiro impacto foi ver o pai, o professor de História Jair Nunes Macuco, ser levado para a delegacia do Carmo, cidade onde moravam, para interrogatório. Recordou-se que seu pai foi retirado da sala de aula e levado para interrogatório e que presenciando a cena, a diretora do Ginásio do Carmo ainda se dirigiu a ele, em tom de brincadeira, sem perceber inicialmente a seriedade da situação:

“Ô Jair, está indo? – para uma ilha que eles mandavam os políticos, Ilha Grande, talvez. – Ô Jair, está indo pra Ilha Grande? E pior que quase que estava. Estava sendo preso, mas ela não esperava isso, ela brincou, entendeu? Aí foi um sargento, chamado José Antônio, muita gente da policia local, foram prendê-lo e ele foi levado para a delegacia do Carmo.”²

Hoje, passado quase cinco décadas, a professora aposentada de 65 anos, não se esquece do “detalhe humilhante” sofrido por seu pai durante o interrogatório: “Foi tirado o cinto dele, a correia, pra ele dar o depoimento segurando assim a calça pra evitar correr.”³ No segundo capítulo, Sueli narrou essa passagem assim como o drama enfrentado com a condenação do professor Jair, cujo anúncio no programa radiofônico “Globo no Ar” levou sua mãe, em estado de gravidez já adiantado, a sofrer um aborto, tamanho o desgosto que a notícia causara.

A cena da mãe perdendo a criança que esperava a emociona. Outra, não presenciada, mas vivida com igual intensidade, por meio do relato do seu pai, parece confortá-la e diz respeito à calma e à religiosidade do professor Macuco já ciente do resultado do julgamento, em junho de 1965.

¹ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

² Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

³ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

“Deus deu a ele uma calma! Ele tirou o paletó do terno, dobrou num banquinho, deitou e dormiu lá no corredor da prisão onde eles o mandaram. Dormiu a noite inteira e os outros dois ficaram com insônia e ele falou que dormiu a noite inteira, que ele não queria enganar, ele levou um choque, ele deve ter chorado e tal, mas ele pelo menos conseguiu dormir.”⁴

Veio então o período da prisão, cumprido durante um ano na delegacia do Carmo. Recordou-se do momento em que o pai retornou à cidade após o julgamento realizado no Rio de Janeiro:

“Então, graças a Deus, eles vieram para o interior e, quando eu vi parar um carro preto, grande, lá na frente de casa, parou por algum motivo e por coincidência eu moro na praça, talvez o motorista fosse tomar um cafezinho até achar a cadeia. Quando eu vi meu pai assim atrás, eu corri, debrucei no carro, mas assim, pra meu espanto e susto, até, meu pai que era – eu falo 3, 4, 10 vezes! – era tão humilde, tão pacato professor, que só se limitava a escrever musiquinha, discurso e trabalhar como professor, tava sentado entre dois agentes, naturalmente do Dops e os dois apontando arma pra ele, como que dizendo... pra evitar assim qualquer reação quando chegasse à cidade ou até talvez temendo que algum grupo reagisse aqui a favor do meu pai, eu não sei... Eu sei que era um carro, só o meu pai sentado atrás, sozinho, e dois agentes com arma, que não era revólver, era alguma coisa que eu desconheço o nome, mas não era um revólver comum.”⁵

Conforme o depoimento de Onofre Silvério, constante do segundo capítulo, ele próprio, o professor Jair e o bancário Cristóvão voltaram juntos do Rio de Janeiro para o Carmo no *Cadillac* do próprio advogado que os defendeu e guardados por dois agentes bem armados. Na lembrança de Sueli, no entanto, não há lugar para outra presença. Consegue visualizar apenas a figura do pai, sozinho, acuado pela ameaça dos agentes armados.

O isolamento do pai é lembrado por Sueli também no momento em que ele permanece na delegacia, enquanto os outros dois companheiros de cela, Onofre Silvério e Cristóvão dos Santos, alcançavam a liberdade após seis meses de detenção. Recordou-se que no dia 23 de dezembro de 1965, “exatamente ao meio-dia”, viu quando um carro passou transportando os dois: “Então eles foram em primeiro lugar na igreja, eles foram agradecer a liberdade a Jesus e Maria.”⁶

Restava a Jair Macuco mais seis meses de prisão. Ele foi o que recebeu a sentença maior por ter sido considerado o líder do G11. À noite Sueli foi visitá-lo. O confinamento do pai, enquanto os companheiros já usufruíam o direito de ir e vir, em suas casas, junto de seus familiares, ocupa um lugar sombrio na memória de Sueli:

⁴ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

⁵ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

⁶ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

“Aí naquele dia é que eu baqueei mesmo, porque até então eu via uma cadeia cheia e eu via uma cadeia clara, eu via luz. E eu cheguei não tinha um policial na cadeia, não tinha ninguém, a cadeia tinha quatro celas, três vazias, completamente, a luz apagada e uma luzinha fraca no final.”⁷

A lembrança ainda a emociona. Sueli interrompeu o relato e chorou:

“A cena do meu pai, sozinho, os outros dois tinham saído meio-dia, trancado mesmo, trancafiado, aí ele tava fechado. Aí eu vi que aquilo era uma prisão, que até então eu, com aquela cabeça de garota de 19, 20 anos, não tinha visto o que era privar um ser humano da liberdade, de colocar numa cela e trancar, a luz apagada e o prédio vazio.”⁸

O que também a marcou foi o descontrole do pai, pela primeira vez presenciado:

“Aí ele segurou na grade, gritando, e eu percebendo as veias da mão dele assim crescendo e ele falou assim: “você, que trabalha, que é professora, que é a mais velha, você ajuda a sua mãe criar seus irmãos, porque eu não merecia ficar aqui nem um dia preso e eu não vou ficar sozinho mais seis meses.”⁹

O apelo foi interpretado por Sueli como o anúncio de uma tragédia. Ele estaria disposto a se matar:

“Aí eu sai dali tonta, fui passando por uma rua deserta, chorando, eu fui sem rumo mesmo, não sabia onde eu tava andando não. Sentei na porta de uma casa, de uma rua vazia, mas eu chorei muito, muito, muito, que de uma coisa eu tinha certeza, eu não ia falar com a minha mãe isso, que ele me falou. Eu não ia falar. Aí, quando cheguei em casa, pra cabeça distrair, peguei uma tinta, comecei a pintar uma parede, comecei pintar a parede da casa. Aí 11 horas, 11 e meia, não sei, eu fui tomar banho, minha mãe dormindo e os meus irmãos. Eu não passei isso pra ninguém e não passaria. Parecia um ato de covardia, mas não é não, era desespero mesmo!”¹⁰

As surpresas daquele dia conturbado ainda não tinham terminado. Perto da meia-noite de 23 de dezembro de 1965, logo após ter saído do banho, cansada, triste, já prevendo uma noite insone, Sueli ouviu alguém golpeando a porta da sala. Assustada, certa de que receberia uma trágica notícia, foi ver do que se tratava: “Aí quando eu fui abrir era o meu pai com uma trouxa, Estava ele, o carcereiro que era um amigo nosso aqui do Carmo.”

Logo atrás entraram outras pessoas na casa da então jovem professora que hoje se recorda do corredor obstruído por muitas presenças amigas. Contou que a tensão acumulada

⁷ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

⁸ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

⁹ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

¹⁰ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

durante todo o dia foi tanta que no momento em que viu, aliviada, seu pai entrando em casa, acabou desmaiando: “Eu caí desmaiada, porque estava guardando muita coisa. Desde oito horas esperando ele se matar. Meia-noite batem na porta. Pensei que fosse a notícia, mas graças a Deus era porque o Dr. MacDowell conseguiu o indulto de Natal.”¹¹

Jair Nunes Macuco cumpriu mais seis meses de detenção a partir do episódio relatado acima por sua filha que se ressentiu de ter ficado com “um pai diferente” depois dos sofrimentos impostos pelo golpe militar. Para toda sua família, a vida após o golpe foi marcada pela quebra da normalidade, por transformações negativas.

O 1º de abril

Em Porto Velho do Cunha, pequeno distrito rural do Carmo, o então lavrador arrendatário Darcy Lopes tinha o sistemático hábito de se reunir com alguns amigos para acompanhar e discutir as notícias políticas. Contou que nenhum deles tinha televisão. Agrupavam-se então em torno do rádio na “casa de um e de outro”, sempre à noitinha, antes de se recolherem para no dia seguinte iniciarem mais uma dura empreitada diária, normalmente iniciada por volta das 4:00 h da manhã. Recordou-se que no dia 30 de março de 1964 foi se deitar com a impressão de que o movimento de esquerda já estava vitorioso, “tamanho a ousadia” com que Brizola desafiava “a ordem democrática.”¹² Tais impressões agravavam suas preocupações pessoais. Tinha acabado de assumir uma dívida considerável, comprando o gado do vizinho que desistira da pecuária de leite por temer os Grupos de Onze. Ao retornar, já no dia 31, cansado da labuta campal, soube pelo rádio da iniciativa golpista de Mourão Filho.¹³ A situação, ainda indefinida, continuava preocupando-o. Reproduz então seus próprios pensamentos: “Nós estamos desgraçados! Essa gente vai triunfar! Vai criar aí uma situação insustentável. Eu não tinha preocupação de perder terra, porque eu não tinha terra, mas eu estava cuidando, eu estava na atividade.”¹⁴ Relembrou a noite mal dormida, apesar do

¹¹ Depoimento de Sueli Macuco Queiroz à autora. Carmo, julho de 2010.

¹² Carlos Fico ressalta que um elemento marcante no conjunto das representações do período foi a oposição “comunismo x democracia”, diferenciando as várias formas como o termo era interpretado, como, por exemplo, mero sinônimo de livre-iniciativa. No entanto, ressalva o autor, “seria exagerado dizer que todos os grupos anticomunistas usaram o argumento democrático só como fachada,” pois muitos acabaram se sentindo traídos e decepcionados com “o rumo autoritário tomado após a derrubada de Jango. FICO, Carlos. Op. cit., p. 310.

¹³ Carlos Fico destaca os “lances burlescos” do golpe militar, sobretudo o de ter partido de uma ação não autorizada por aqueles que o tramaram. Em Juiz de Fora, o comandante da 4ª Região Militar, general Olympio Mourão Filho adiantou o que estava marcado para acontecer ainda nos próximos dias: “surpreendidos pela iniciativa de Mourão, e sem conseguir dissuadi-lo, os principais conspiradores perceberam que já era tarde demais: tomaram as iniciativas possíveis para que o golpe se completasse”. Idem, p. 6.

¹⁴ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

esgotamento físico. Na madrugada do dia 1º de abril, antes de sair para o trabalho, soube que a intervenção dos militares já era uma realidade: “Eu levantei às 4:00 h da manhã, lavei o rosto e liguei o rádio. Já a notícia já estava sendo divulgada do governo militar.”¹⁵ Confessou seu alívio:

“O fato é o seguinte, a partir do dia 31 a coisa foi se consolidando e foi um alívio total, pelo menos pra classe do campo, proprietários e trabalhadores do campo, porque, é claro, quem trabalhava pra mim, a quem eu remunerava da melhor maneira possível, ele também sentia certa insegurança, porque eu cheguei a momentos que eu ficava pensando eu vou ter que largar isso. Como é que eu vou continuar tocando um negócio nessas condições?”¹⁶

Ele então comentou sobre o compromisso que havia assumido dias antes do golpe:¹⁷ “Eu adquiri uma dívida comprando o gado do vizinho, do seu Zin. Eu assumi um compromisso... Aí eu temia, é claro, que se a coisa tivesse tido um resultado diferente, com certeza eu não ia ter condição de pagar, mas eu continuei trabalhando, com afinco.”¹⁸

Darcy Lopes avaliou o governo militar como “muito bom” para os que, como ele, estavam no interior, ganhando a vida com o trabalho rural. Lembrou que os negócios melhoraram porque houve, “a partir da revolução”, o retorno da “normalidade”. Utilizou então a expressão “mal necessário” para qualificar o golpe, frisando que “só quem não viveu aquela época não sabe disso”, embora tenha também ressaltado que “ditadura não é bom” e o grande erro dos militares foi terem permanecido no poder “durante praticamente 20 anos”. Neste ponto, ele faz uma ressalva: “Se bem que me lembro de muita coisa que se passou no Estado Novo que eram inaceitáveis: pessoas que foram presas e torturadas. Isso ninguém comenta, ninguém critica, só o militar que foi satanizado.”¹⁹ Recordou-se então das histórias que ainda muito jovem ouvia de seu pai, Antonio de Paula Lopes, a respeito de um de seus sobrinhos, Geraldo de Paula Lopes. Geraldo “foi preso entre 1937, no movimento integralista, quando houve uma tentativa de invasão do Palácio do Catete.” Sobre o local da prisão, Darcy tem dúvidas. Ele diz que não pode precisar, mas se recorda de que ouvia menção à Ilha Fernão de Noronha, ou Ilha das Cobras. Anistiado em 1945, Geraldo de Paula contou ao tio, ou seja, ao pai de Darcy, que as torturas eram frequentes durante o longo tempo de confinamento na ilha e eram anunciadas – sendo já esse anúncio um tipo de tortura psicológica – com uma cantiga que dizia “Faustina, corre aqui depressa, venha ver quem está

¹⁵ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

¹⁶ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

¹⁷ No segundo capítulo há um relato detalhado sobre o episódio.

¹⁸ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

¹⁹ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

no portão. É minha sogra com as malas, ela vem resolvida a morar no porão.”²⁰ Ele recordou a canção, dizendo que ela fazia parte do rico repertório das histórias paternas que permanecem ainda muito vivas em sua memória.

Darcy falou sobre o aspecto pacífico da “revolução”: “Eu dei graças a Deus porque não houve derramamento de sangue”. Reiterou seu sentimento de alívio imediatamente compartilhado com outros produtores rurais do lugar, que na época, conforme frisou várias vezes, sentiam-se muito perturbados, sobretudo com a ameaça de invasão de terra alardeada pelo Grupo de Onze do Carmo, cujos vários integrantes – segundo comentário geral – moravam a apenas quatro quilômetros. Eram funcionários da usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos, pertencente à *Light*.

Os boatos da época foram injustos com vários eletricitários da Ilha dos Pombos que, por serem brizolistas, foram apontados como integrantes do G11, assim observou Francisco Rosa. Ele, que negou com veemência a sua adesão aos Comandos Nacionalistas, falou sobre a sua tristeza de não mais ouvir os pronunciamentos “a favor de Getúlio” na Rádio Mayrink Veiga: “A noite inteira eu ligava o rádio e eles estavam defendendo as ideias de Getúlio. Era o Brizola e o Fernando Ferraz. Depois eles não podiam falar mais porque o militar tomou posse, abafou tudo.”²¹

Já Onofre Silvério, também funcionário da *Light* e morador da Ilha dos Pombos, falou de sua equivocada impressão inicial sobre a efemeridade do golpe militar. Afinal, em outras ocasiões as Forças Armadas já haviam interferido no processo político brasileiro.²² A sucessão dos fatos, no entanto, “mostrou que a coisa era pra valer”. Teve que renunciar ao seu mandato de vereador. Foi processado e condenado a seis meses de prisão por ter participado do Grupo dos Onze do Carmo, organizado e liderado pelo professor de História Jair Nunes Macuco. Onofre recordou-se que ficou a par dos acontecimentos pelo rádio. No dia 1º de abril, angustiado com o rumo dos acontecimentos, resolveu tentar contato telefônico, por meio do único aparelho telefônico existente na Ilha, com a sede do Sindicato dos Ferroviários de Além Paraíba para se informar sobre prováveis ações de resistência. Não conseguiu

²⁰ Depoimento de Darcy Lopes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²¹ Depoimento de Francisco Rosa à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²² Em sua revisão historiográfica sobre o golpe de 1964, Carlos Fico inclui a interpretação do brasilianista Alfred Stepan sobre a diferença entre as interferências militares anteriores – classificadas de “poder moderador” à medida que se restringiam a depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis – e a “singularidade da crise de 1964”, quando houve a percepção, por parte dos militares, que as instituições civis estavam falhando e que a disciplina e a hierarquia militar estavam sendo ameaçadas. Embora aponte as insuficiências históricas do livro de Stepan, como a visão da instituição militar como um subsistema do sistema político global, Fico o posiciona como importante obra por ter apontado a “necessidade de se estudar os militares considerando tanto suas intenções com a sociedade quanto suas características específicas de grupo especializado. FICO, Carlos. Op. cit., p.32.

comunicação, muito provavelmente porque, àquela altura, o número solicitado à telefonista já estava indisponível pela ação do delegado de polícia da cidade localizada a oito quilômetros dali.

Ivanir de Souza Bastos, o Nerinho, narrou detalhadamente como foi a “invasão” do Sindicato dos Ferroviários de Além Paraíba, cuja movimentação tinha se intensificado naquele final de março. “Quando estourou a revolução tinha uns 30 ou 40 camponês lá dentro. Arrumaram fogão, arrumaram comida, pediram arroz, feijão, cada um bocadinho de coisa. Faziam comida pra eles. Eles ficavam lá dentro.”²³

Com seu relato Nerinho reconstitui então o clima de grande expectativa dos sindicalistas com relação às transformações sociais que eram percebidas como iminentes. O golpe não só frustrou essas expectativas como deu um novo rumo às suas vidas.

“No dia 1º de abril, era umas duas e pouca da tarde, o Walter tinha saído pra almoçar e falou Nerinho, segura aí pra mim. Aí começou a passar aqueles caminhões de polícia pra lá e pra cá em frente ao sindicato. E eu ali. O telefone tocou. Era o Jacy Barreto, lá de Campos, que era líder sindical, muito bom, de uma coragem fora do comum: Nerinho, ô companheiro, some na folha aí, porque já deram ordem de invadir o sindicato e prender todo mundo e não tão prendendo com pouca coisa não. Aqui em Campos tão chutando, jogando cavalo em cima, pintando o diabo! Eu falei aqui a polícia ta passando pra lá e pra cá!”²⁴

Ele explicou que nesta altura dos acontecimentos membros do Exército, deslocados de Juiz de Fora, já haviam isolado Além Paraíba, fechando as duas pontes de acesso à cidade. A delegacia sindical de Além Paraíba tinha decretado greve em repúdio à movimentação golpista iniciada no dia anterior, 31 de março. Nerinho relembra que ainda falava ao telefone com o companheiro de Campos quando a sede sindical, que funcionava na Praça da Bandeira, foi invadida:

“ Foi aí que eles entraram, mas o Dr. Roque, que era o delegado de polícia aqui – sujeito muito bom, tratou a gente na palma da mão, gente finíssimo, que Deus ajude muito ele onde ele tiver! – ele foi entrando na frente, meteu o pé no fio do telefone, desligou, botou um chapéu de camponês que tava por ali na minha cabeça e disse some, se eles te pegar você vai passar maus pedaços! Eu saí, tinha um rapaz parado assim com uma lambreta, um colega ferroviário, virado lá pro lado de São José. Eu subi com a cara virada pra parede:
 – O que foi?
 – Liga essa moto, me leva pa lá!
 – Aonde você quer ir?

²³ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁴ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

– Me leva pra onde tá apontando, rapaz!”²⁵

Foi assim, de lambreta, às pressas e sem destino que o jovem Nerinho abandonou o “sindicato do pau puro”, tendo que esquecê-lo por cerca de duas décadas. “Aí eu fui embora. Fiquei dez dias escondido na casa de uma família lá no morro, que era mato tudo em volta, num quartinho de guardar ferramenta. Tinha rato, barata e eu ali escondido.”²⁶

O retorno das memórias exiladas

Por muitos anos Ivanir Bastos e seus antigos companheiros foram silenciados sobre os bons tempos da luta sindical. Tempos em que ele, então o jovem Nerinho, fora o “braço direito” do delegado sindical Walter Portilho. Hoje, ao contrário, sua fala não é somente autorizada, como também valorizada. Contou logo ao me receber que muita gente o procura para entrevistá-lo. Protagonizou até um documentário projetado recentemente no cinema da cidade. Também comentou sobre sua palestra na faculdade local, que estava programada para durar uma hora e acabou se prolongando por três horas seguidas, tamanho foi o interesse dos alunos.

Um dos detalhes que hoje conta, com um misto de orgulho e nostalgia, é sobre sua função estratégica na deflagração das greves. Ele era o encarregado de retirar o apito que ficava “na cabeceira de um telhado bem alto” das oficinas gerais: “A gente tirava o apito pra não dar sinal de entrada e saída dos ferroviários. Não apitou, não vai trabalhar. Inclusive quem tirava era eu, que sou pequeno. Eu passava debaixo dos fios pra tirar o apito.”²⁷ Nerinho contou que no dia 1º de abril houve uma tentativa de greve por parte dos ferroviários além-paraibanos em protesto ao golpe militar. Mais uma vez ele retirou o apito, assim como também foi retirada a agulha do trilho. Explicou que a agulha é composta de trilhos que se deslocam comandados pela chave da linha, uma espécie de alavanca que os fazem mover: “Aquilo no que você mexe de um lado pra outro, aquela agulha faz um movimento, encosta ou desencosta no trilho, que é pra dar lugar pra uma e outra linha quando o trem vem.”²⁸ Nerinho afirmou que a retirada da agulha não era uma prática comum e que dela nunca participara: “A única vez que eu me lembro que nós tiramos a agulha do trilho do trem foi nesse período, na greve contra a revolução, apesar que, conforme eu te disse, eu não

²⁵ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁶ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁷ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

²⁸ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

participei não. Eu só tirava o apito.”²⁹ Ressaltou que o intuito da retirada da agulha na derradeira greve dos tempos do “sindicato do pau puro” era forçar a paralisação dos trens, embora outras versões tenham surgido na cidade: “Apesar que falaram que nós tiramos a trilha do trem, da linha, pra jogar o trem no Paraíba, pra dentro do buraco. Tudo mentira!”³⁰

De qualquer forma, sua atuação na delegacia sindical dos ferroviários era conhecida por todos. Após conseguir fugir do sindicato invadido, permaneceu por vários dias em seu improvisado esconderijo – o quartinho de ferramenta também habitado por roedores e baratas – até que resolveu se entregar ao delegado que o havia ajudado na fuga, portanto, merecedor da sua confiança. Tomou tal decisão “porque se eles prendessem, não davam conversa pra fazer graça”. Desceu o morro, tentando passar despercebido e se apresentou ao delegado: “Aí o Dr. Roque falou Nerinho, pelo amor de Deus, seu nome tá mais sujo que pau de galinheiro, rapaz!”³¹

Encaminhado pelo próprio delegado, se prontificou a prestar depoimento. Contou que esteve preso na delegacia de Além Paraíba por pouco mais de um mês, onde foi torturado durante sete noites consecutivas, por agentes do DOPS vindos de Belo Horizonte.

Lembrou que também foram detidos e interrogados os ferroviários Darcy Policarpo, Olinto Maia, o Lotinha e ainda Robelino, que logo depois faleceu, em consequência, segundo ele, dos maus tratos sofridos na prisão. Nerinho o descreveu como “um mulato forte que passou a vida inteira socando trilho de linha permanente”, ou seja, trabalhando na conservação da malha ferroviária. Contou sobre o sofrimento do amigo: “O Robelino eles encheram a garrafa de coca-cola vazia de água, tampava com uma rolha, botava uma toalha no peito dele e batiam. Um segurava por trás e o outro socava no peito dele.”³² Conforme Nerinho, a descrita compleição física do amigo Robelino não poupou sua saúde, fragilizada após a prisão:

“Tanto é que esse Robelino, depois, foi pra Campos, transferido pra Campos, ele não foi mandado embora igual eu não, ele foi transferido pra Campos e morreu do coração. O boato que corria é que o coração dele tava muito inchado, ele morreu lá. Deve ser daquelas bordoadas que davam, porque um homem que toma com a garrafa de coca-cola no peito assim, ó, olha a dor medonha por dentro.”³³

²⁹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁰ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³¹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³² Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³³ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Afirmou que os torturadores só agiam à noite e encapuzados, utilizando codinomes durante os bárbaros procedimentos: “Eles não botavam a cara na reta. Fizeram o diabo com a gente: eles chamavam um de Jacaré e o outro de Camelo.”³⁴

Antes, porém, de narrar o que enfrentou na delegacia de polícia junto com os companheiros, Nerinho ressaltou que as torturas aconteceram na ausência do Dr. Roque, o delegado que o havia auxiliado na fuga e também de outro personagem, o capitão Romeu Rosa: “Mas o Romeu foi muito bom, o Rock foi muito bom. Tanto é que quando fizeram esse monte de tortura aí foi nos dias em que eles não estavam na cidade. Eles tinham sido chamados em Juiz de Fora.”³⁵

Romeu Rosa, conforme Nerinho, já estava há tempos na cidade com a missão de “saber o que estava acontecendo”. Esclareceu que isso não era do conhecimento dos militantes sindicais. Ele próprio conhecera a verdadeira identidade de Romeu somente depois do golpe, quando então o militar “foi promovido de primeiro tenente a capitão do Exército”. Nerinho foi indulgente com o “capitão Romeu”: “Foi amigo de todos nós depois da revolução. Ele comentava comigo Nerinho, se eu soubesse quem era vocês todos, não teria feito tanta coisa que foi feita aqui em Porto Novo. Não teria efetuado tantas prisões. Teria feito uma coisa muito mais amigável.”³⁶

Sobre as torturas sofridas, o entrevistado inicia dizendo que as atrocidades que irá narrar são tamanhas que podem beirar a inverossimilhança: “Tem coisa que a gente não acredita nem que é verdade.”³⁷ Contou que inicialmente “passaram” – o entrevistado narrou as torturas que sofreu sempre na primeira pessoa do plural – pelo constrangimento da nudez. Depois, amarrados a uma cama que já estava no local, sofreram choques elétricos que saíam de uma caixa de madeira levada e manuseada “pelo pessoal do DOPS de Belo Horizonte”. Relatou a seguir os sofrimentos físicos que foram submetidos com um desentupidor de vaso sanitário: “Eles enfiavam aquilo na barriga da gente, a gente amarrado naquela cama, botava aquela coisa, conforme eles puxava, o estômago ia lá em cima, depois vinha arriando, aquele vontade vomitar, coisa horrível!”³⁸ A narrativa foi complementada com o acréscimo de um detalhe. Segundo Nerinho, os torturadores utilizavam óleo para torturá-los com o inocente instrumento de uso doméstico transformado em ferramenta do horror:

³⁴ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁵ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁶ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁷ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³⁸ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

“O óleo de motor, aquele óleo queimado, o óleo novo eles não botavam não, porque é caro. O óleo queimado tem em qualquer lugar. Sentia aquele óleo, os caras eram tão ruins que até isso eles faziam. Pegava a gente deitado, amarrado, seguravam a boca da gente, abria, jogava óleo, aquele óleo queimado dentro da boca, fazia aquela sucção com aquele trocinho do vaso sanitário, a barriga ia lá em cima e voltava, aquilo caía até pelo nariz e choque... Eles cravavam em cima da gente dando choque.”³⁹

Contou que as torturas eram acompanhadas de perguntas principalmente sobre o paradeiro de Leonel Brizola e do presidente deposto João Goulart: “Responder o quê? Eu não sei. Ele mora no Rio Grande do Sul, eu moro em Porto Novo. Como é que eu posso saber? O cara falou ruá-ruá é meio metido a sabido, você vai ver agorinha mesmo!”⁴⁰

Seguiu seu relato, sempre usando a primeira pessoa do plural: “O cara tirou um raio de bicicleta com uma bolinha na ponta, uma bolinha de solda, preparada pra aquilo, esquentava com uma vela e enfiava aquilo no canal da uretra, aquilo ia esquentando por dentro do corpo, parecia que ia rachando a gente no meio.”⁴¹

Prosseguiu com o ritmo frenético de sua narrativa:

“Barril d’água, enfiava a cabeça no barril d’água e enfim... Quando dava aqueles choques, que desfalecia, água em cima, bruuuu... Eles molhavam o barbante no óleo, naquele óleo que eles faziam a gente engolir, enrolava no dedo dos pés, trançava nos dedos dos pés, assim, e punha fogo naquele barbante, aquele barbante ia queimando, queimava, nós ficamos com os dedo tudo queimado, por dentro e por fora.”⁴²

O depoente foi muito enfático ao detalhar as torturas sofridas, descrevendo dores físicas e sentimentos como revolta, medo e indignação, mas somente quando narrou a tortura psicológica sofrida com a simulação de tiros e gritos o entrevistado finalmente se rendeu à emoção e chorou:

“Então (...) eles botavam uma fita ali dentro e ligava aquilo, aquele egoísta, é egoísta que chama aquele negócio que a gente põe no ouvido que é pra ouvir só você? É, então, eles pegavam e enfiavam aquilo no ouvido da gente e ligavam aquilo, aquela desgraça, no ultimo volume: era tiro de canhão, rajada de metralhadora e grito. Aquilo, até hoje quando eu ouço foguete eu fico chateado, eu fico tentando me controlar por causa daquele barulho. Eu não gosto de ouvir foguete, sabe? Aquele barulho...cada uma explosão dentro do ouvido, parecia que você ia ficar louco! Quando a fita acabava, você não sabia se tava ouvindo mais ou se não tava, de tanta agonia...”⁴³

³⁹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁰ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴¹ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴² Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴³ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Após pormenorizar as torturas que sofreu, Nerinho lembrou que da cela onde esteve detido foi possível ver, por meio de um pequeno espelho direcionado para o exterior, uma manifestação de populares além-paraibanos a favor do golpe. Ele relatou a cena ao mesmo tempo em que demonstrou sua indignação, presente nas justificativas que lançou mão para explicá-la. Assim, se reportou às constantes greves levadas a cabo pelos ferroviários e também ao êxito que teria sido obtido pela campanha anticomunista dos grupos de direita, responsabilizando um de seus maiores expoentes, o udenista Carlos Lacerda.

“A única que fazia greve aqui era a Leopoldina. Tanto é que a opinião pública virou contra a gente por causa de greve. Eu preso lá, eu vi assim, do espelho, saiu a procissão que deram o nome de Deus, Pátria e Família, que isso, nada mais nada menos, o culpado disso foi Carlos Lacerda! Ele dizia ‘nós estamos com Deus, a pátria e a família, porque no regime comunista não tem padre pra rezar missa!’”⁴⁴

Continuou a justificar a manifestação presenciada da cela, classificando então a propaganda anticomunista de “engodo”, enfatizando, sobretudo, o aspecto religioso: “Ah! Que no regime comunista não tem padre pra rezar missa. Na União Soviética tem igreja, tem padre. Em Cuba tem padre. Em todo lugar tem igreja, tem metodista, tem católico, tem centro espírita, tem tudo!”⁴⁵

Além da questão religiosa, outro ponto que surge nas lembranças de Nerinho como importante fator que acabou contribuindo para que em primeiro momento as pessoas saíssem às ruas, com velas acesas, em agradecimento à intervenção militar foi a questão do direito à propriedade privada:

“Ah! Quem tem duas casas tem que dar uma pro governo... Aquilo foi minando a opinião pública. Depois que eles minaram a opinião pública eles vieram na classe ruralista. Vai dividir as fazendas com o camponês. Como é que você vai dividir o que não é seu com os outros? O camponês vai lá pra tomar a terra do cara, o cara mete fogo nele, rapaz! Isso é normal! Mas naquela época nunca houve um confronto armado com fazendeiro. Não tinha sem terra. Quem não tinha terra, sabia que não tinha. Mas isso tudo foi programado!”⁴⁶

Depois de comentar as razões que levaram àquela que lhe pareceu uma estranha aparição, ou seja, um grupo de pessoas em procissão, agradecendo a ação militar, ele descreveu o episódio de uma forma um pouco mais detalhada, sem no entanto arriscar o

⁴⁴ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁵ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁶ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

número aproximado de pessoas que participavam da manifestação ou qualquer outra informação mais precisa. Afinal, presenciara lampejos da cena através de um minúsculo espelho voltado para o exterior da delegacia. Mais uma vez ele narrou na primeira pessoa do plural. O reflexo da manifestação foi descrito por um tipo de entidade ferroviária e sindical que Nerinho continuamente representou em sua longa narrativa:

“Então nós estávamos presos. Quando apareceu aquela cantoria toda, aí o preso pegava o espelho, colocava assim, a rua pra cá, ele colocava o espelho lá na frente e ele via pelo espelho o movimento da rua. Então, o padre parou com a procissão perto da cadeia, cantando entendeu? Cantando e a gente vendo a procissão. Foi a procissão Deus, Pátria e Família. Tudo organizado através de Carlos Lacerda, desse pessoal todo daqui, você me entendeu?”⁴⁷

A imagem descrita por Nerinho surgiu em outros relatos. Ora é tratada como procissão, ora como passeata. Edson Abreu se recorda que havia muita gente, a maioria mulheres com terços na mão.

Fuga pelos trilhos

Ao relembrar a deflagração do golpe militar, Iran Portilho também descreveu a movimentação da sede do sindicato às vésperas do episódio. Em suas lembranças surgem elementos presentes no depoimento anterior: a presença de camponeses no momento da invasão, as comunicações por telefone no dia 1º de abril e a solidariedade do delegado de polícia da cidade: “aquele Dr. Roque era um delegado superbacana! Era meu amigo na época. Quando veio a revolução ele me deu todas as coordenadas para eu deixar o sindicato.”⁴⁸

O filho de Walter Portilho, o delegado sindical que “parava a cidade”, contou que já estavam sabendo pelo noticiário radiofônico que o Exército da 4ª Região, de Juiz de Fora, dirigia-se para controlar a cidade: “O sindicato cheio de camponês. Aí eu falei que não tinha mais condições, que nós tínhamos perdido a revolução.”⁴⁹

Fugiu para a fazenda do sogro, no Boiadeiro, acompanhado do pai. Ficaram escondidos no forro da casa a maior parte do tempo. Alguns dias se passaram até que Iran resolveu tentar sair da cidade: “Arrumei um terno preto, chapéu preto e fui, de noite, daqui a Simplício, a pé, pela linha do trem. Assim mesmo, de terno pretinho.”⁵⁰

⁴⁷ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁸ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁴⁹ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵⁰ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Seu pai também deixou o sítio: “Veio sair em casa, na Praça da Bandeira. Veio a pé, pelo pasto. Escondeu dentro de um armário de cozinha, mas que era de fingimento. Abria a porta, ele entrava e ficava. Parecia que tinha sido feito de propósito, mas não.”⁵¹

Enquanto Walter permanecia em casa, valendo-se do providencial armário inacabado, Iran seguiu até Niterói, onde um de seus irmãos, também ferroviário, trabalhava. No entanto, o aguardava uma ordem de retorno expedida pela própria RFF. Chegou à cidade de madrugada. Na manhã seguinte um policial o levou à presença do delegado: “O Dr. Roque pediu que eu não saísse de casa, não fosse em bares, não frequentasse nada, porque a situação estava sendo vigiada.”⁵² Iran foi suspenso por 30 dias do serviço e depois foi transferido para Macaé, onde “tentaram” lhe impor trabalho pesado. O “castigo” não foi aceito: “enfrentei sempre a vida como um homem guerreiro. Meu pai era assim, eu sou assim até hoje!”⁵³ Iran afastou-se da Rede Ferroviária por licença médica, que conseguiu renovar durante sete anos seguidos. Decorrido esse tempo, resolveu demitir-se.

Com a deflagração do golpe militar, seu pai, Walter Portilho, ficou por vários dias foragido e depois se apresentou em Juiz de Fora: “Esse prazer, ele falou, eu não quero dar a fazendeiro nenhum nesse mundo. Ele mesmo se entregou.”⁵⁴ Em Juiz de Fora foi indiciado e preso durante um ano. Perguntado sobre o tratamento dado ao delegado sindical de Além Paraíba na prisão juiz-forana, Iran foi enfático:

“Tortura? Não houve isso! Eles tinham um respeito muito grande pelo papai. Ele não era medroso e a tortura que eles faziam era simulação. Pegava a metralhadora e pá-pá-pá... e ele ouvindo. Os outros lá se mijando. Nerinho diz que foi torturado. Eu não sei, porque eu não tive lá. Eu caí fora e a única coisa que eu passei foi suspensão de 30 dias e transferência obrigatória.”⁵⁵

Sobre o período que seu pai ficou detido em Juiz de Fora, Iran foi lacônico: “A gente sofreu muito.” Informou então que Walter Portilho ocupava seu tempo com uma de suas grandes habilidades, o desenho: “Ele pra lá, fazendo os trabalhos dele de desenhista.” Lembrou emocionado o apoio dado por todos os familiares e por fim fez um comentário indicando que a militância sindical exigia de Portilho grande dedicação: “Meu pai, quando saiu, cumpriu esses tempos lá e passou então a se dedicar mais à família.”

⁵¹ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵² Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵³ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵⁴ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010

⁵⁵ Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Homenagem a Niemeyer

José Martins de Abreu, hoje com 79 anos, foi funcionário da Fábrica de Tecidos D. Izabel. Sua função era embarcar os fardos de tecido nos vagões: “Essa estação do Porto, que agora tá tudo demolido, era um embarcador de mercadoria enorme! Milhares de fardos de tecido iam para o Rio de Janeiro e até pra África. Me lembro disso, Johannesburgo, ia pra lá.”⁵⁶

Nos capítulos anteriores ele falou emocionado sobre João Goulart, relatando inclusive um de seus encontros com o ex-presidente. Filiou-se ao Partido Comunista na década de 1950, quando ainda trabalhava na fábrica de tecidos. Entrou para a Leopoldina, como ferreiro, em 19 de novembro de 1955, exatidão que exibe com orgulho. Logo depois passou para o quadro funcional do escritório. Em 1964 já tinha galgado a posição de subchefe do departamento administrativo da Rede Ferroviária Federal,⁵⁷ conseguindo transferência para o escritório central, no Rio de Janeiro. Ele passou ileso pelas primeiras ações repressoras do movimento golpista graças à intervenção de outro funcionário da RFF que exercia a função de chefe da folha de pagamento:

“Em 64 eu consegui me manter na empresa graças a um funcionário que tinha lá e gostava muito de mim. Quando eu fui me entregar ao coronel interventor Paulo José Alves, ele me cercou na porta, ‘não entra não, me dá aqui a carta.’ Aí foi lá e conversou com o coronel. Aí eu sentei, esperei. Ele veio e falou ‘você fica aqui trabalhando.’ Depois de dois ou três anos é que eu fiquei sabendo que estava sob a custódia dele. Eu nunca esperava isso. Achava ele meio esquisito, mas era um sujeito muito bom.”⁵⁸

Anos depois, em 1977, durante a vigência do governo Ernesto Geisel, houve, no entanto, uma mudança drástica na vida de José Martins. Ele foi demitido: “Eu fui enquadrado na minha dispensa por liderança sindical, indicado por companheiros que queriam o poder do sindicato, alegando que eu era comunista.”⁵⁹

Ele confirmou mais uma vez que era um militante comunista, mas observou enfático “aí é que tá, tem que haver uma divisão”. Passou então a explicar o processo de dissidência do PCB: “Numa época mais ou menos, não sei se foi na época de 54 de Getúlio, houve um desentendimento entre o partido que criou a ala do PC do B. Aí ficou ele de lá e de cá o PCB, que o nome que eles davam era partidão.”⁶⁰ O entrevistado naturalmente se refere ao suicídio

⁵⁶ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵⁷ A antiga Leopoldina passou a integrar a RFFSA em 1957.

⁵⁸ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁵⁹ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁰ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

de Vargas, em 24 de agosto de 1954, bem como aos conflitos no interior do PCB que resultaram na fundação do PCdoB, ocorrida em 1962. A relação feita por Martins não é sem fundamento. Conforme José Antônio Segatto,⁶¹ “logo após a morte de Vargas, arrastado pelas manifestações antigolpistas, é que o PCB começa então a experimentar mutações importantíssimas”. Segundo o autor, os comunistas passaram a “valorizar as liberdades democráticas cada vez mais como via privilegiada para obter conquistas às reivindicações populares.”

Martins fez um comentário longo sobre o assunto. Prolongou-se enumerando as diferenças entre os dois partidos: “O PC do B que era da China, partido chinês, que tinha mais violência. Achava que as coisas tinha que ir na base de ferro e fogo.”⁶² Quando comentou a linha de ação mais moderada, produto das mutações pelas quais vinha passando “o partidão”, comparou-a com a conduta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Nós achávamos que tinha que conviver pacificamente, pra poder criar condições, conforme fez o Lula! Ele trabalhou pacificamente dentro desse movimento de política até conseguir ser eleito.”⁶³

Relembrou os tempos de militância política citando “uma série de companheiros” ilustres, como Mário Lago, Roberto Freire e Oscar Niemeyer. Narrou então uma passagem que muito o divertiu. Nos últimos tempos de trabalho na Rede Ferroviária Federal, ainda na década de 1970, ele disse ao seu superior que iria batizar o neto recém-nascido como Niemeyer: “Aí passou, daí umas duas horas ele veio e disse assim você vai por o nome dele de Niemeyer por que é comunista?” A resposta foi providencial: “Não, por que o Niemeyer é presidente do meu time, o Flamengo.”⁶⁴

O trocadilho bem humorado, envolvendo ideologia política e paixão futebolística não lhe valeria em janeiro de 1977, quando foi detido, intimidado e demitido. Contou que certo dia estranhou a ausência de todos os companheiros de trabalho mais antigos. Estranhou ainda mais quando chegaram “dois elementos” querendo falar com ele. O propósito da conversa era informá-lo sobre o estado de saúde de sua mulher, que vivia em Além Paraíba. De acordo com os desconhecidos, sua esposa estaria muito doente. Acontece que era uma segunda-feira e ele acabara de retornar do fim de semana com a família. Sabia que estava tudo normal com sua esposa. Desconfiado, mandou dizer que não estava: “Aí eles me pegaram e me levaram. Fui parar lá em Barão de Mesquita, no Rio, era o quartel general do Exército, cujo

⁶¹ SEGATTO, José Antonio. Op. cit., p. 37.

⁶² Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶³ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁴ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

comandante era aquele Darcy Gomes de Carvalho.”⁶⁵ Recordou-se que por não saber “quem era quem”, acabou de comer a refeição que lhe foi fornecida e entregou a bandeja ao indivíduo mais próximo, quando foi censurado por um jovem militar: “Ô rapaz, esse é o chefe maior!” Martins, rindo ao lembrar o episódio, contou que apenas respondeu: “Eu não sabia, ué, o que é que eu posso fazer?”⁶⁶

As outras lembranças sobre sua detenção não são tão amenas. Contou que foi encapuzado até chegar ao destino final. No quartel general do Exército, em Barão de Mesquita, foi submetido a choques elétricos. Ao mesmo tempo, no entanto, afirmou que não sofreu ação violenta: “Eu fui encapuzado, fui levado prá lá e levei meia dúzia de choque. Choque naquele aparelho. Mas eles não foram violentos comigo não, a verdade é essa.”⁶⁷ Foi adiante, se posicionando contra o movimento pelo julgamento das ações militares durante o governo ditatorial: “E hoje, esses movimentos aí pra prender militar, eu sou contra isso, porque eu não posso admitir que o Gomes de Carvalho, não sei se já faleceu ou não, eu não posso admitir que o que ele fez comigo seja descontado num neto dele.”⁶⁸ Nesse ponto da entrevista, José Martins chorou.

Contou que foi solto após detenção de “uns quinze dias”, mas sendo obrigado a comparecer periodicamente no Ministério da Guerra para “assinar presença”. Demitido, passou a trabalhar com transporte de carga ao adquirir um caminhão em sociedade com o genro. Foi anistiado no governo Figueiredo, na década de 1980. Sua luta pela reparação das humilhações sofridas ainda não terminou. Está pleiteando judicialmente que passe a receber os proventos de aposentadoria de acordo com a última função exercida na RFF, o de subchefe do departamento administrativo. Martins reclama que ele foi enquadrado de forma errada e injusta: “eles me deram uma categoria abaixo. Até se esta entrevista se espalhar bem, me ajuda!”⁶⁹

Um retorno forçado

O pecuarista Walter Cortes foi surpreendido pela movimentação golpista na cidade do Rio de Janeiro, quando então visitava a irmã residente na rua Conde de Bonfim, no bairro Tijuca. Já nas primeiras horas do dia 31 de março, acompanhando as notícias radiofônicas, se

⁶⁵ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁶ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁷ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁸ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁶⁹ Depoimento de José Martins à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

deu conta de que deveria retornar logo para Além Paraíba antes que a situação se agravasse. A irmã estranhou a pressa, pois havia chegado na véspera disposto a desfrutar por alguns dias dos encantos do estado da Guanabara.

“Eu falei eu vou embora hoje porque acho que hoje eu ainda consigo ir embora, porque acho que se eu deixar para amanhã, pelas notícias que eu tô vendo eu não vou conseguir ir embora, não vou conseguir condução. Eu não tinha automóvel naquela época.”⁷⁰

A anfitriã tentou, por mais de uma vez, convencê-lo a ficar, argumentando que se aquietasse, pois nada de mais iria acontecer. Walter, no entanto, foi incisivo: “Não vai não, já está acontecendo. Pra mim já vinha acontecendo muitos meses antes. Eu falei assim com ela. Aí peguei, enrolei minha roupa e parti para a rodoviária. A rodoviária era ainda na Praça Mauá.”⁷¹

Contou que optou pelo ônibus justamente para evitar o transtorno das paralisações dos trens que, conforme afirmou, eram muito frequentes. A viagem transcorreu sem problemas, embora ele tenha insistido no clima de nervosismo entre os passageiros do coletivo: “Foi uma viagem tumultuada. Todo mundo tava num estado de agitação, uma coisa horrível, mas eu felizmente vim, fiz boa viagem, não houve nada de anormal.”⁷²

A certeza de que algo aconteceria estava baseada em sua vivência anterior àquela terça-feira: “Pois é, vários meses antes da revolução, todo mundo viu que a situação tava gravíssima, a ponto de acontecer o que aconteceu.” Mencionou o grande número de ferroviários e a vida que o transporte férreo dava à cidade. Falou das greves e dos transtornos por elas gerados:

“A oficina da Leopoldina tinha uma quantidade enorme de funcionário e o movimento antes do dia que estourou a revolução já vinha fazendo um tumulto, greve semanalmente, quase que diariamente, greves parando os trens. Naquela época não era só o trem de carga que tinha. Tinha vários trens de passageiros. Isso eu me lembro bem. Aqui na cidade o pessoal vinha, o trem parava e ficava dois, três dias aí, o pessoal sem dinheiro, sem hotel, sem o que comer e aquela situação.”⁷³

Para ele, a “revolução” foi produto da desordem, da ameaça à propriedade privada: “E aqui era o centro da concentração, porque era uma cidade que tinha muito ferroviário e os ferroviários naquela época estavam agitados com o movimento e a grande finalidade aqui era

⁷⁰ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷¹ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷² Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷³ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

a invasão, era a desordem, era atacar o patrimônio particular e o patrimônio público.” Referiu-se então ao episódio da demarcação do terreno da Rede Ferroviária às vésperas do golpe militar, mas sem nenhuma indulgência. Ou seja, Walter Cortes não destacou, como Edson de Abreu, no capítulo anterior, a comicidade do evento: “ Inclusive, aquele terreno lá da estação, você conhece, grande né? Antes da revolução já tava dividido.”⁷⁴

Lembrou, com igual indignação, que os “agitadores” estavam também dispostos a fazer a reforma agrária “na marra”:

“E mais, queriam dividir a Fazenda da Arapoca, a Fazenda do São Geraldo, a Fazenda da Babilônia, a Fazenda do Castelo, já estavam todas divididas para os invasores tomarem conta. Na ocasião o Presidente da República era o João Goulart, então o esquema tava montado, de invasão, de desordem.”⁷⁵

Walter Cortes apontou o comício do dia 13 de março como elemento agravante da crise e falou da intervenção militar como a solução para o descrito quadro, na sua interpretação, caótico.

O anúncio do que passou a ser o histórico comício da Central do dia 13 de março de 1964 foi recebido com euforia pelas esquerdas e com intolerância pelos grupos conservadores. O PSD, que conforme Lúcia Hippólito havia até aquele momento empreendido todos os esforços para assegurar a integridade do mandato Goulart, rompeu com o governo no dia 10 de março, ou seja, a apenas três dias do anunciado comício.⁷⁶

Com efeito, os resultados dos inflamados discursos proferidos no palanque armado na Central do Brasil em meados de março de 1964 foram devastadores. Leonel Brizola reiterou então as propostas da Frente de Mobilização Popular. Propunha um plebiscito que iria decidir sobre a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para a substituição do Congresso Nacional, tendo como propósito a aprovação de uma nova Constituição que permitisse a efetivação das reformas de base. “O novo parlamento deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos, todos ‘autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do Poder Legislativo’”, afirmou Brizola no comício.⁷⁷

A conspiração militar a partir daquele evento foi recrudescida, avançando de forma acelerada. No campo e nas cidades, a euforia das esquerdas era recebida com indignação e

⁷⁴ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷⁵ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷⁶ HIPPIÓLITO, Lúcia. Op., cit, p. 415.

⁷⁷ FERREIRA. João Goulart. Op. cit.,p. 422

cautela por diversos grupos políticos e sociais. O pecuarista além-paraibano Walter Cortes comentou: “Mas aquele comício lá na Central do Brasil é que foi o estopim, porque fez a coisa explodir. Aí que os generais viram que teriam que tomar uma posição.”⁷⁸ A “tomada de posição” dos militares veio na lembrança de Walter Cortes restabelecer a tranquilidade para os produtores rurais:

“Bom, quando veio de Juiz de Fora o general Mourão Filho. Foi uma revolução que não deram nem um tiro, não matou ninguém, graças a Deus, naquela época. Então, isso foi um fato que eu fiquei sabendo, como eu te falei, nunca acompanhei muito isso. Eu cuidava da minha vida, muito mal! Porque tava difícil, minha filha, tava uma situação de pavor!”⁷⁹

Walter Cortes relacionou ainda a intervenção militar de 1964 com um personagem já apresentado neste capítulo pelo relato do ferroviário aposentado Ivanir, o Nerinho. Trata-se do “capitão Romeu Rosa”. Walter falou longamente sobre a figura de Rosa, juiz-forano que chegou a Além Paraíba, na década de 1960, envolto em certo mistério:

“Ele chegou aqui sem família, andava sempre só, meio mal vestido e foi se infiltrando na cidade. Só depois que eu me inteirei da verdadeira identidade dele. Aí é que eu fui saber que ele era militar. Ele vestiu a farda e foi apanhar o material, as armas, as munições.”⁸⁰

Afirmou que Rosa foi enviado com a incumbência de penetrar no meio ferroviário, produzir e enviar relatórios sobre a ação dos militantes de esquerda.

Ao lembrar, com visível entusiasmo aquele que se tornou seu “grande amigo”, o capitão Romeu Rosa, cita o Serviço Nacional de Informação, SNI, como o organismo responsável pela presença do militar em Além Paraíba. Contudo, as narrativas sugerem que o “espião” deve ter chegado à cidade bem antes de junho de 1964, quando o SNI foi criado. Os depoimentos não determinam a data, mas dão a entender que ele conviveu durante certo tempo com os além-paraibanos. Tempo suficiente para travar bons relacionamentos, que lhe rendem hoje reconhecimentos como os de Walter e Nerinho: “Ele foi um grande amigo”. “O capitão Rosa foi muito legal com a gente”. Significativo é que ao referir-se ao SNI, o entrevistado exemplifica o que Michael Pollak⁸¹ chama de “fenômeno da projeção”.

⁷⁸ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷⁹ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁸⁰ Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁸¹ POLLAK, Michael. “Memória... op. cit.

Transferiu o mérito da bem sucedida missão do capitão Rosa a uma das instituições que mais tarde tornou-se um dos grandes símbolos da ditadura militar.

Sobre o desenrolar da ação militar no dia 1º de abril de 1964 em Além Paraíba, ele afirmou que “quando invadiram o sindicato da Leopoldina, os sindicalistas já tinham levado as armas para o meio do rio e desaparecido com elas.” Logo depois esclareceu que não presenciou a cena: “Isso eu fiquei sabendo. Eles prenderam alguns, a maioria fugiu. Depois eles os caçaram, encontraram uns, outros foram se apresentando.”⁸²

Walter Cortes levanta em seu relato uma questão polêmica: comentários na cidade davam conta que os militantes sindicais estavam armazenando armamentos para a luta revolucionária. A versão foi refutada por veemência por Nerinho que igualmente negou, atribuindo tais boatos ao esforço dos grupos de direita para desgastar a imagem dos trabalhadores da Leopoldina junto à opinião pública local.

Ao responder como viveu a deflagração do golpe de 1964, o comerciante Josué de Souza Cerqueira, de 81 anos, adiantou que no dia 31 de março estava desempenhando suas atividades rotineiras e não se recorda de muitos detalhes. Mencionou, porém, os discursos de Leonel Brizola na rádio Mayrink Veiga sendo rebatidos ferozmente pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, em discursos veiculados pela Rede da Democracia.⁸³ As palavras do político udenista ainda estão bem vivas na memória de Josué: “Vai sair que nem rato do bueiro!”⁸⁴

Recordou-se ainda do clima reinante na cidade: Um grande “alvoroço” em torno das especulações sobre o que estava por acontecer. A prisão dos sindicalistas era muito comentada:

“Começaram dizendo que o fulano de tal estava no telhado da casa dele. Parece que todos aqueles que se envolveram com o sindicato se sentiram sem condução de se defender e tomar um caminho qualquer que eles ficassem livre dessa pressão, então eu lembro disso. Aí, nessa época, a coisa pegou feio mesmo. O temor de quem era sindicalista nessa época. O indivíduo que tomava atitude de fazer greves essas coisas, era considerado um fora da lei mesmo, o negócio era pegar eles mesmo. Então, nas palestras de outras pessoas, nós dizíamos assim: O fulano de tal ele sumiu.. Ninguém sabe aonde ele foi parar.. Então é o um monte de gente daqui sumiu na época..Zé Cristiano, Nerinho, Valter Portilho.”⁸⁵

⁸² Depoimento de Walter Cortes à autora. Além Paraíba, julho de 2010..

⁸³ Como forma de reação ao horário cativo de Brizola na rádio Mayrink Veiga, várias emissoras de rádio se uniram formando a “Rede da Democracia”. FERREIRA, Jorge. João Goulart... op.cit.,p. 372

⁸⁴ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁸⁵ Depoimento de Josué de Souza Cerqueira à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

Ele insistiu que nunca foi a favor de regime ditatorial, tampouco da intervenção militar na política, mas em seu relato insinua várias vezes que o golpe de 1964 interrompeu uma “situação muito conturbada”.

As reações ao golpe hoje são revividas por sujeitos históricos que desde então já acumularam mais 48 anos de existência. Quase meio século aparta o indivíduo que agora lembra, daquele que experimentou, viveu. Ou seja, a subjetividade do narrador molda a sua memória a partir de toda a sua vivência acumulada. Sem perder de vista este pressuposto, a meu ver essencial para quem pretende trabalhar com História Oral, insisto em considerar que o conjunto dos relatos revela um ponto muito sólido, embora delineado por menor ou maior ênfase e alegado por motivações distintas, que é a exacerbação dos antagonismos ideológicos. Desta forma, penso que as narrativas aqui reunidas e analisadas podem se aproximar das interpretações que resgatam a polarização política da década de 1960 como importante elemento que favoreceu o golpe civil-militar.

Qualquer pesquisa voltada para o governo Goulart e o seu lamentável desfecho, a intervenção militar, não pode ignorar – sem nunca perder de vista o contexto da Guerra Fria – a crise econômica que afligia o país e seus desdobramentos políticos de difícil resolução para um governante de notória tendência nacionalista e reformista.⁸⁶ Tampouco pode desconsiderar o papel específico dos militares⁸⁷ ou negligenciar a interferência do governo norte-americano no cenário político brasileiro, cujo resultado foi a desestabilização do governo Goulart. Essa ingerência estadunidense no Brasil dos anos sessenta é hoje comprovada e detalhada por Carlos Fico em estudo de grande relevância.⁸⁸ Contudo, não deve ser menor a ênfase na sucessão de impasses entre interesses divergentes, agravados sim pela posição irredutível dos grupos reacionários frente às demandas dos grupos reformistas; mas também pela gradativa inflexão à direita das alas civis moderadas e dos segmentos militares inicialmente não golpista, por sua vez determinada pela crescente radicalização das alas esquerdistas, cujos líderes seguidamente se autodenominavam de revolucionários em seus textos e discursos.⁸⁹ A narrativa do ex-ferroviário além-paraibano demitido pela ditadura militar por sua ativa participação sindical revela que nos palanques interioranos não foi muito diferente. Relembra, com nostalgia e empolgação, um dos chavões repetidos nos comícios

⁸⁶ GOMES, Ângela de Castro. “Memórias em ...op. cit., p. 98

⁸⁷ Fico ressalta que todos os aspectos devem ser considerados “quando da análise de fenômenos complexos, como visivelmente foi o golpe de 64”. FICO, Carlos. Op. cit., p. 43.

⁸⁸ FICO, Carlos *O grande irmão*. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

⁸⁹ FERREIRA, Jorge. “Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular” *Anos 90*. 2009, vol.16, n.29, p.81-124

locais: “As nossas panelas vazias serão os tambores da revolução.”⁹⁰ Como lembra Rodrigo Patto Sá Motta, a década de 1960 foi um momento delicado para os “grupos liberais e conservadores no Brasil e alhures, pois a revolução parecia estar na ordem do dia por toda a parte.”⁹¹ O autor enfatiza o papel preponderante do temor ao comunismo no quadro imediatamente anterior à intervenção militar. As memórias aqui reunidas ressaltam esse temor de várias formas: o medo explícito dos produtores rurais, proprietários ou não, a precaução de ferroviários e eletricitários revelada inclusive no trato com os companheiros sindicalistas do PCB e ainda a reação de uma parcela não desprezível da população que, a exemplo de outros pontos do país, como nas capitais, mostrou seu apoio à ação golpista.⁹²

A rebelião dos marinheiros, em 25 de março, foi na opinião de vários autores o elemento que acabou detonando o golpe militar.⁹³ A anistia dos revoltosos determinada por Goulart foi interpretada pelo oficialato militar como um desrespeito total à ordem e a hierarquia. Como agravante, Jango pouco mais tarde resolveu prestigiar a festa da posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos. No dia 30 de março, atendendo ao convite da Associação, compareceu ao Automóvel Clube. Seu discurso, mesmo proferido na tentativa de amainar os ânimos, promovendo a união das Forças Armadas como fiadora do seu governo, acabou repercutindo muito mal entre os militares já insatisfeitos com o seu governo.

As bancas de revistas, na manhã do dia 31 de março, alardeavam as manchetes inequívocas dos principais jornais do país: a imprensa pregava, sem rodeios, a deposição de Goulart. Rodrigo Patto Sá Motta resalta que o presidente foi surpreendido com o ataque de segmentos que apoiaram sua ascensão. “Foi o caso, por exemplo, do *Jornal do Brasil*, que no início da gestão Goulart criticava em termos ácidos os “industriais do anticomunismo” e defendia a necessidade das reformas de base.”⁹⁴

A campanha anticomunista cumpriu um importante papel na desestabilização do governo Jango. Rodrigo Patto Sá defende essa constatação, ressaltando inclusive a destacada ingerência dos EUA e a atuação conjunta do IPES e do IBAD “estimulando a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964.”⁹⁵ Sem negar, portanto, a influência da ação estadunidense e do complexo IPES-IBAD, o autor traça um amplo panorama sobre o medo real que as pessoas sentiam frente ao comunismo, sobretudo a partir da revolução

⁹⁰ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, 2010.

⁹¹ MOTTA, Rodrigo PATTO SÁ. “Em guarda ... op. cit., p. 129.

⁹² Refiro-me à manifestação religiosa de apoio ao golpe logo após o 31 de março. Ambas foram descritas por Ivanir de Souza Bastos e Edson Abreu da Silva no capítulo anterior.

⁹³ Ver FERREIRA, Jorge. João Goulart. Op. cit, p. 521-522; FIGEIREDO, Argelina. Op. cit., p. 184.

⁹⁴ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Em guardaop. cit., p. 342.

⁹⁵ Idem, p. 304

cubana. O autor vai mais além. Avalia que a única tentativa de manipulação que pode ser atribuída aos líderes do golpe é que eles tinham uma “avaliação imprecisa da extensão da “ameaça comunista”, apesar de acreditarem nela: “Ainda assim, se esforçaram para convencer o público de que os bárbaros estavam à porta.”⁹⁶

No entanto, a intervenção militar é que se avizinhava. As primeiras ações dos militares foram voltadas para dismantelar as organizações de esquerda, dentre elas, os organismos sindicais. Voltemos para o passado marcante lembrado por Ivanir de Souza Bastos, o Nerinho:

“No dia 1º de abril... Que eles se enganaram. Negócio de 31 de março é mentira, porque a revolução estourou no dia 1º de abril, e como o 1º de abril é dia da mentira e a revolução foi uma mentira, uma covardia, eles passaram para o 31 de março. Então, no dia 1º de abril, era duas e pouca da tarde, eles entraram dentro do sindicato.”⁹⁷

No dia 1º de abril de 1964 a Delegacia Sindical de Além Paraíba havia deflagrado logo pela manhã mais uma paralisação em oposição à movimentação militar noticiada e localmente percebida por toda a população. O movimento foi inócuo, logo debelado. Os sindicalistas em fuga preocupavam-se apenas em ganhar tempo, pois a esperança em uma reação ainda era justificadamente esperada. Afinal, os Grupos dos Onze se formaram em turbilhões no município; afinal, as Forças Armadas eram também os fuzileiros navais, munidos de fuzis, que ladeavam Brizola nas suas aparições televisivas.⁹⁸ Eram também os marinheiros anistiados por Goulart poucos dias antes. Por outro lado, os maiores líderes das esquerdas sempre afiançaram, publicamente, uma segurança inquebrantável frente à possibilidade de um golpe de Estado. Segundo Denis de Moraes, Luiz Carlos Prestes teria assim se posicionado em janeiro de 1964, “Pinga-Fogo” um programa veiculado pela extinta TV Tupi:

“Estou convencido de que qualquer tentativa de golpe reacionário, hoje, no Brasil, será a guerra civil (...) Estamos convencidos de que a guerra civil, se os reacionários nos levarem a ela, levará à vitória do povo, à vitória das forças patrióticas e democráticas, acelerará o processo revolucionário. Preferimos, porém, a vitória do povo através do caminho pacífico.”⁹⁹

⁹⁶ Idem, p. 344

⁹⁷ Depoimento de Ivanir de Souza Bastos à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁹⁸ FERREIRA, Jorge. “A estratégia do confronto”. Op. cit., p. 189

⁹⁹ MORAES, Denis de. *As esquerdas... op. cit.*, p. 195.

“No entanto, os Grupos dos Onze de Brizola não saíram de casa no dia 1º de abril de 1964”¹⁰⁰ Os movimentos de esquerda foram desmantelados. “Encerrado o embate, no campo da luta, iniciaram-se imediatamente as batalhas da memória.”¹⁰¹

As armadilhas da memória

A memorialística sobre o golpe civil-militar de 1964 foi enriquecida principalmente durante o processo de redemocratização e hoje se constitui em fonte e objeto histórico, pois ao mesmo tempo em que se reporta àquela temporalidade, pode também ser vista como o esforço vitorioso da consolidação da verdade. Contemplo aqui o posicionamento de Beatriz Sarlo frente a esta perspectiva. A autora pondera que “não se deve basear na memória uma epistemologia ingênua” e que, portanto, “ não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança.”¹⁰² A crítica incide sobre um certo regime de verdade – aberto na Europa após o Holocausto e no caso latino-americano após os períodos militares – pela subjetividade dos testemunhos da história. Conforme a autora, nestes contextos a ambiguidade entre a memória e a história foi reforçada, pois ambas passaram a reivindicar o passado. Se por um lado a memória está avalizada para um retorno ao passado com bases em subjetividades; de outro a história se julga estruturada como disciplina acadêmica, envolvendo também os relatos individuais como instrumentos do ofício do historiador. “Nas últimas décadas, a história se aproximou da memória e aprendeu a interrogá-la; a expansão das ‘histórias orais’ e das micro-histórias é suficiente para provar que esse tipo de testemunho obteve uma acolhida tanto acadêmica como midiática.”¹⁰³

Como bem aponta Beatriz Sarlo, com o final das ditaduras latino-americanas, a lembrança tornou-se instrumento da construção da verdade, inclusive na esfera jurídica. Mas um ponto crucial abordado pela autora diz respeito à anacronia da memória. Essa discordância do presente e do pretérito inerente à memória – o anacronismo – persegue também a disciplina história e um de seus problemas seria justamente reconhecê-la e delinear seus limites.

Reconhecer que o fugidio passado ganha corpo nas narrativas onde o presente sempre se revela em fios de tempos entremeados “não implica que todo relato do passado se entregue

¹⁰⁰ Idem, p. 161.

¹⁰¹ REIS, Daniel Aarão. Op. cit., p. 39

¹⁰² SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 44

¹⁰³ Idem, p. 43

a essa heterogeneidade como a um destino fatal, mas que trabalhe com ela para alcançar uma reconstrução inteligível.”¹⁰⁴ A autora recomenda que se saiba “com que fibras está construída e, como se tratasse da trama de um tecido, que as disponha para mostrar da melhor maneira o desenho pretendido.”¹⁰⁵

¹⁰⁴SARLO, Beatriz. Op. Cit. p. 60.

¹⁰⁵ Idem, p. 60.

Conclusão

As vivências relatadas por antigos moradores de Carmo e Além Paraíba estão impregnadas dos vários tempos que formam o agora e ressurgem depuradas a serviço da memória. Muitos privilegiam a valorização das organizações sindicais, revelando maior ou menor grau de pertencimento classista. Outros ainda demonstram cuidados com a memória individual e nenhum zelo com a memória da “categoria”. Outros ressaltam valores na luta de representação pela afirmação de suas identidades, como a importância do trabalho enfatizada em contraposição às greves, à “desordem”, termo que ao lado de outros como “anormalidade” e “situação insustentável” é ainda utilizado para justificar o “mal necessário”, ou seja, a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Entre o conjunto de depoimentos, duas constantes foram observadas: o papel das paralisações dos ferroviários no processo de antagonismo entre “a classe ferroviária” e grande parte da população local e ainda o grande espaço cedido a Leonel Brizola, descrito, de forma entusiasmada, como o grande líder dos trabalhadores e até comparado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

“Eu falei com os companheiros: ó, nós tamo aí fazendo um levantamento pro Grupo dos Onze comandado pelo Leonel Brizola. Era Brizola todo mundo gostava. Era muito querido, quase como é o Lula hoje.”¹

“Olha, o Brizola era o seguinte: ele achava que o Brasil teria que ser um grande Brasil (...) O Brizola era um gênio. Era uma coisa fora de série! É igual que você vê o Lula falando. Isso, esse Lula aí, ué!”²

Nos trechos acima os entrevistados enveredaram por uma questão crucial nas disputas de legitimação entre o Partido dos Trabalhadores da redemocratização e o trabalhismo dos anos 1960. Relacionaram a importância de Brizola no pré-golpe à figura carismática do ex-presidente Lula. Considero essa associação bastante interessante, pois de forma muito espontânea acaba por apontar, a despeito das disputas entre “o novo e o velho sindicalismo” as semelhanças entre os desdobramentos do fenômeno político de massas alcançado pelos dois partidos, o PTB de Vargas, Jango e Brizola e o PT de Lula. Muito embora correntes acadêmicas³ critiquem o trabalhismo, minimizando a ação dos trabalhadores no período antecedente ao golpe civil-militar de 1964, o que a pesquisa em microescala nos aponta é, ao

¹ Depoimento de Onofre Silvério à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

² Depoimento de Manoel Loureiro à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

³ O autor Antônio Luigi Negro representa uma dessas linhas interpretativas. NEGRO, Antônio Luigi. “Paternalismo, populismo e história social.” *Cadernos AEL*, Campinas. V. 11, n. 20-21, 2004.

contrário, uma grande participação dos trabalhadores urbanos e também rurais, esses últimos, há de se ressaltar, em variados graus de engajamento político ideológico.

Creio que posso concluir reiterando que os relatos sobre o período imediatamente anterior ao pré-golpe destacam a força sindical. Em Além Paraíba, os trabalhadores da Rede Ferroviária Federal participavam de constantes paralisações que foram se tornando cada vez mais frequentes à medida que a crise institucional do governo João Goulart se agravava. Percebidos pela sociedade local como um bloco monolítico, cujas demandas estariam ligadas aos projetos revolucionários de líderes como Leonel Brizola, os ferroviários, militantes sindicais atuantes ou não, apresentavam na verdade diferentes graus de pertencimento classista e de engajamento nas propostas consideradas mais radicais dos grupos esquerdistas, como a reforma agrária na “lei ou na marra.”⁴ No entanto, existia entre eles um ponto em comum que os aglutinava em torno das lideranças trabalhistas: a valorização dos aspectos materiais e simbólicos decorrentes da política varguista. “Com base no difuso ideário getulista, e indo além dele, a geração de trabalhistas liderada por Goulart “refundou” o PTB, tornando-o um partido com feições reformistas que, até 1964, somente tenderia a radicalizar.”⁵ No relato dos militantes de esquerda a figura do presidente João Goulart surge como a “avalizar” as reivindicações trabalhistas. No microuniverso observado, os trabalhadores se apoiaram, quer em termos partidários, quer em termos sindicais, na estrutura governamental. A garantia de pagamento dos dias de paralisação dos ferroviários, o incentivo à sindicalização rural e uma legislação voltada para a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais podem ser tomadas como exemplo do meu argumento.

A importância do Pacto de União e Ação (PUA) foi em vários depoimentos relembra. Se o PUA esteve ligado à FMP de Leonel Brizola, evidenciando ainda mais a militância dos ferroviários, por outro lado, as paralisações tiveram a anuência de Jango, embora ele se queixasse de que as seguidas greves prejudicavam seu governo. Os relatos enfatizam que as greves do transporte ferroviário – que localmente se traduziam em longas manifestações que não só paralisavam o transporte como afetavam o cotidiano de toda a cidade, estendendo-se inclusive ao fechamento do comércio – tinham seu êxito totalmente garantido pelo presidente João Goulart. Ou seja, mesmo tendo a estabilidade de seu governo cada vez mais abalada pelas crescentes ondas grevistas, Jango continuava a avalizá-las. Essa

⁴ O percurso dos projetos de reforma agrária no Legislativo ocorreu paralelamente à intensa campanha que objetiva pressionar o Congresso Nacional a referendá-la. Brizola, cujos discursos na rádio Mayrink Veiga eram sistematicamente acompanhados pelos sindicalistas além-paraibanos, apregoava a reforma agrária “na lei ou na marra”, refrão que foi inaugurado por Francisco Julião durante o I Congresso Nacional de Trabalhadores do Campo, realizado em Belo Horizonte, em 1961.

⁵ FERREIRA, Jorge. João Goulart... op. cit., p. 138.

era a lógica do seu governo – pelos seus críticos, tanto da oposição como partidários de legenda política, vista como oscilante – mas que certamente poderia ser explicada pela origem do seu capital político e pessoal. Ao responder se em 1964 temiam a possibilidade de um golpe militar, um dos antigos representantes do “sindicato do pau puro” declarou: “Não, nós conhecíamos uma parte, que era a parte de João Goulart e nós tínhamos certo poder com o poder dele. A gente parava a ferrovia 10, 12 dias. Assim era e nós sempre ganhávamos as greves.”⁶

Especificamente com relação à questão fundiária, a Superintendência da Reforma Agrária – SUPRA – foi lembrada por Onofre Silvério, que aos 21 anos deixou a lavoura para se tornar delegado sindical dos eletricitários, vereador petebista e membro do G11, como um dos “grandes avanços” do governo Goulart. Criada em 1962, a SUPRA exerceu grande influência na sindicalização rural, tendo sido, na verdade, criada com este objetivo.⁷

As diretrizes da SUPRA, instituição gestada logo no início do governo Goulart visando ao incentivo e planejamento de uma reforma agrária planejada e negociada no Congresso Nacional,⁸ foram sendo apropriadas por lideranças como Onofre Silvério. O trabalhador da usina hidrelétrica da Ilha dos Pombos, que relembra a si próprio como “o único que teve coragem para enfrentar o povo grande do Carmo”⁹ era, em 1964, vereador pelo PTB, portanto, um político da situação, apoiado em sua militância local pela estrutura do governo João Goulart, mas também um admirador do discurso impactante de Leonel Brizola que pregava ações revolucionárias como a criação dos Grupos de Onze Companheiros, forma de organização popular “com forte influência da Revolução Cubana.”¹⁰ Para os grupos conservadores locais, essas nuances entre o projeto nacional-reformista do governo Jango e a posição insufladora de Brizola pela ruptura com a legalidade¹¹ eram imperceptíveis ou, pelo menos, não consideradas. Passaram a utilizar as expressões que integraram o jargão da direita para de certa forma justificar o golpe civil-militar de 1964: “situação insustentável”, “desordem,” “baderna,” “anormalidade” e “ameaça.”

⁶Depoimento de Iran Portilho à autora. Além Paraíba, julho de 2010.

⁷GRYNSPAN, Mário. Op. cit, p. 67.

⁸“As iniciativas do presidente não avançaram, principalmente pelo artigo 141 da Constituição, que previa pagamento prévio em dinheiro para desapropriações por interesse público. Esse aliás era o ponto central do conflito entre as esquerdas e os conservadores.” FERREIRA, Jorge. João Goulart... op. cit., p. 270.

⁹O “povo grande” eram os produtores rurais, a maioria pecuaristas, do município do Carmo.

¹⁰FERREIRA, Jorge. João Goulart... op. cit., p. 391.

¹¹Jorge Ferreira afirma que comparações feitas naquela temporalidade entre Leonel Brizola e Fidel Castro não eram infundadas, ressaltando, no entanto, que são equivocadas as interpretações que culpam a atuação do político gaúcho pelo desgaste do governo João Goulart e pelo golpe militar: “Se era radical, sectário, pregador revolucionário, defensor da ruptura institucional, era porque as esquerdas igualmente eram radicais, sectárias, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum.” Idem, pp. 289 – 291.

Em 19 de março de 1964, paulistanos comemoraram o dia dedicado a São José, padroeiro da família, de uma forma inusitada. Entre 500 a 800 mil pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, protestando contra a “ameaça comunista”, Brizola e Goulart. A passeata de São Paulo, assim como os movimentos surgidos no interior do país, foi minimizada pelas esquerdas, primeiramente por sua conotação religiosa, segundo por acreditarem que as marchas representavam apenas os temores da “classe média” e não a os anseios do “povo.”¹²

No meu entender, aqui reside o ponto nodal sobre os confrontos ideológicos dos anos de 1960. As esquerdas não consideraram a repercussão de suas escolhas entre a população de um país cujas características mais extensas estavam ainda bem distantes dos novos valores ensejados pelos “anos rebeldes”, ou seja, pelas transformações sociais e culturais da década de 1960. Tais valores eram novidades, portanto incipientes, mesmo em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo. Tanto assim, que à participação do total aproximado de 250 mil pessoas reunidos no comício do 13 de março, se opuseram, seis dias depois, cerca de 500 mil, conforme os cálculos mais prudentes, na capital paulista. Já no dia 2 de abril, consumada a intervenção militar, cerca de 1 milhão de pessoas integraram a chamada “marcha da vitória” na cidade do Rio de Janeiro.

Números como esses devem nos levar a considerar que os movimentos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, tão vultosos, não eram apenas desprezíveis manifestações de reacionários e influenciáveis pelo discurso alarmista das direitas contra o “fantasma do comunismo”. Esse fantasma, como bem se posiciona Rodrigo Patto Sá,¹³ realmente assombrava grande parcela dos lares brasileiros. Grande parte de um país continental, em 1964 eminentemente católico, rural e conservador, num primeiro momento apoiou o golpe militar, muito em função do que via, ouvia e, sobretudo, do que temia. Em Além Paraíba, uma manifestação, ora descrita como procissão, ora como passeata, reuniu um grande número de pessoas, conforme a lembrança dos entrevistados, que com velas acesas proferiam preces em agradecimento ao “retorno da ordem.”

A exacerbação dos conflitos ideológicos, não foi, portanto, apenas uma construção dos grupos e organizações golpistas civis e militares. Confrontos existiram. Em Além Paraíba, grande parte dos relatos sobre a animosidade entre parcelas da população local e os militantes sindicais da Leopoldina continua silenciada. Muitas pessoas que viveram a agitação daqueles

¹² Idem, pp. 446-447.

¹³ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda...* op. cit.

anos admitiram que tais confrontos foram acirrados e frequentes. Preferiram, no entanto, não registrar suas narrativas, receando o embate com a memória vitoriosa e por ela inibidos.

Creio ter cumprido o principal objetivo deste trabalho: pluralizar a memória do golpe civil-militar de 1964 a partir do peculiar contexto interiorano escolhido como recorte espacial. Assumem várias formas as disputas da memória percebidas nesta microperspectiva: de um lado, a fala autorizada dos antigos membros da Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina; do outro a lembrança envergonhada dos que se contrapõem à memória institucionalizada ou depoimentos como o do comerciante que até hoje se ressentido de ter sido rotulado pelos sindicalistas como um dos “tubarões” da cidade, porque trabalhava com panificação, exercendo, conforme ressaltou, sua profissão com honestidade, estimulado pelo “legítimo interesse no justo lucro.”¹⁴ De um lado, a filha que valoriza a imagem do pai como intelectual pacato, exemplar chefe de família, hoje patrono do Centro Cultural de sua cidade, em detrimento da imagem do pai revolucionário, líder de uma organização de esquerda;¹⁵ do outro, o homem de origem rural¹⁶ que optou por não mais rever o local onde viveu “os melhores tempos da sua vida,” abruptamente transformado em tempo de perdas e isolamento pela ditadura militar.

¹⁴ Refiro-me a Josué de Souza Cerqueira, proprietário da padaria Rei do Pão Quente, em Além Paraíba.

¹⁵ Refiro-me a Jair Macuco, líder do Grupo dos Onze do Carmo.

¹⁶ Refiro-me a Onofre Silvério, preso por ter integrado o G11 do Carmo.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. *História Oral - a experiência do CPDOC*. RJ, Ed. da FGV, 1990.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo, Editora UNESP, 2010.

BECKER, Jean-Jacques. “A opinião pública.” In REMOND, René (org.) *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. “Os partidos”. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*, Rio de Janeiro, FGV.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000

_____. *Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2004

BURKE, Peter (org.). 1992. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.

CHARTIER, Roger. “A nova história cultural existe?” In : LOPES Herculano, VELLOSO Monica e PESAVENTO Sandra (Orgs). *Histórias e Linguagens: texto, imagem oralidade e representações*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006, p. 39.

_____. *À beira da falésia. A História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre : UFRGS, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo. 1945-1964*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. “*Esquerdas no Panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular*.” Anos 90. 2009, vol.16, n.29, p.81-124

_____. “Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular” In FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2007, pp. 543-583.

_____. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática, volume 3*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003, pp. 343-404.

_____. A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização popular. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.

_____. Entre a história e a memória: João Goulart. In FERREIRA, Jorge & AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Coleção As esquerdas no Brasil, vol. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

_____. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucia de Almeida Neves (orgs.).2003. *O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FERREIRA, Marieta de M. (org.). *Usos e abusos da História Oral*. RJ, Ed. da FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart. Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FICO, Carlos. *O grande irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

_____. *Além do golpe*. Rio de Janeiro, Record, 2004

FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política:1961-1964*, São Paulo, Paz e Terra, 1993.

GRYNSZPAN, Mário. “O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores.” In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart. Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

GIRADERT, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. Rio de Janeiro; Companhia das Letras, 1987.

JEANNENEY, Jean Noel. “A mídia.”In: REMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, pp. 9-10

HIPPOLITO, Lúcia P. *De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

LAVAREDA, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundo/Iuperj, 1991.

MELO, Hildete, BASTOS, Carlos e ARAUJO, Victor. A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In *João Goulart. Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória*. São Paulo, Contexto, 1992.

MORAES, Denis de. *As esquerdas e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho". O anticomunismo no Brasil*. São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 2002

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista. In FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *João Goulart. Entre a memória e a História*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NORA, P. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". In: Projeto História, n. 10, PUC/SP, 1993.

PAULA, Dilma Andrade de. *Fim da linha: a extinção de ramais da estrada de ferro Leopoldina, 1954-1974*. 2000. 353 f. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, pp. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p 109.

QUELER, Jefferson José. "Quando o eleitor faz a propaganda política: o engajamento popular na campanha eleitoral de Janio Quadros (1959 - 1960)." *Revista Tempo*, 2010. Vol. 14, n. 28.

REIS, Daniel Aarão; RINDET, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). 2007. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964.2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

SENRA, Douglas Pereira. *Além da Ferrovia: a Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina em Além Paraíba (1959-1964)*. Rio de Janeiro. 153f. Dissertação de Mestrado. Vassouras, Universidade Severino Sombra, 2003.

THOMPSON, Alistair. "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias". In: Projeto História, revista do Dept. de História da PUC/SP, 1997.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes

Entrevistas realizadas pela autora.

Agripino Firmino da Silva. Além Paraíba, 25 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora.

Darcy José Lopes. Além Paraíba, 15 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lucia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 4 horas.

Edson Abreu da Silva. Além Paraíba, 22 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora

Francisco Rosa da Silva. Além Paraíba, 20 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora

Iran Thomazini Portilho. Além Paraíba, 21 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 2 horas

Ivanir de Souza Bastos. Além Paraíba, 18 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lucia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 4 horas.

Joaquim Ferraz Ribeiro Junqueira. Além Paraíba, 24 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lucia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 30 minutos.

Josué de Souza Cerqueira. Além Paraíba, janeiro de 2012. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora.

José Martins de Abreu. Além Paraíba, 16 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 2 horas

Manoel Loureiro. Além Paraíba, 14 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora

Onofre Silvério. Teresópolis, 22 de novembro de 2010. Entrevistado por Marta Lucia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 4 horas.

Rubens da Silva Mota. Além Paraíba, 25 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora.

Sueli Macuco Queiroz. Carmo, 19 de julho de 2010. Entrevistada por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 2 horas

Walter Cortes. Além Paraíba, 18 de julho de 2010. Entrevistado por Marta Lúcia Lopes Fittipaldi. Tempo de gravação: 1 hora

Arquivos

Arquivo Oral do Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba:

José Bento Januário. Além Paraíba, 2000.

Ulisses Incerti. Além Paraíba, 2000.

Waldir Filgueiras. Além Paraíba, 2000.

Arquivo das atas das reuniões da Delegacia Sindical da Estrada de Ferro Leopoldina. Museu de História e Ciências Naturais de Além Paraíba.

Periódicos

Jornal Além Parahyba (Além Paraíba – MG)

Jornal Última Hora(Rio de Janeiro)

Documentos Oficiais

Ata de reunião da Câmara Municipal de Além Paraíba. Além Paraíba, 11 de março de 1964.

Sites

www.estacoesferroviarias.com.br

www.ibge.gov.br

www.museuhcnaturais.org.br

www.brasilrepublicano.com.br